UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

MARIA EDUARDA PEREIRA BIZZOTTO

DIÁRIO DA CRISE: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA GREGA NO PERÍODO 2001-2011

Florianópolis

2012

MARIA EDUARDA PEREIRA BIZZOTTO

DIÁRIO DA CRISE: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA GREGA NO PERÍODO 2001-2011

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

Florianópolis

2012

MARIA EDUARDA PEREIRA BIZZOTTO

DIÁRIO DA CRISE: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA GREGA NO PERÍODO 2001-2011

Este trabalho de conclusão de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de Novembro de 2012

_____

Prof. e orientador Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Prof.ª Kátia Regina de Macedo, Msc.

Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Prof. Luciano Daudt da Rocha, Msc.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: meus pais, Carlos Eduardo e Mara e o meu irmão Caio, que confiaram no meu potencial para esta conquista. Não conquistaria nada se não estivessem ao meu lado. Obrigada, por estarem sempre presentes em todos os momentos, me dando carinho, apoio, incentivo, determinação, fé, e principalmente pelo Amor de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta longa caminhada.

Aos meus pais, Carlos Eduardo Negrão Bizzotto e Mara Regina Pereira Bizzotto. Ambos serão responsáveis por cada sucesso obtido e cada degrau avançado pro resto da minha vida. Durante todos esse anos vocês foram um grande exemplo de força, de coragem, perseverança e energia infinita para nunca desistir diante do primeiro obstáculo encontrado. Vocês são e sempre serão meu maior porto seguro, meu maior exemplo de vitória, meus heróis e simplesmente aqueles que mais amo. Obrigada por estarem sempre comigo. Obrigada simplesmente por participarem comigo durante essa caminhada, me ajudando a construir os alicerces de um futuro que começa agora.

Ao meu irmão, Caio Pereira Bizzotto, pelo apoio e carinho oferecidos, e por estar presente nos mais importantes momentos da minha vida.

Aos meus avós e aos meus familiares que sempre acreditaram no meu trabalho e me ajudaram no que foi preciso.

Ao meu companheiro, Heraldo Dias, um agradecimento mais do que especial, por ter vivenciado comigo, passo a passo, todos os detalhes deste trabalho. Por ter me dado todo o apoio que necessitava nos momentos difíceis, todo carinho, respeito, por ter me aturado nos momentos de estresse, e por tornar minha vida cada dia mais feliz.

As minhas queridas amigas que guardarei pra sempre no coração, Gessika Caldeira Stiefelmann, Jennifer Fernandes Giassi, Tais Fernanda Faria e Vanessa Jenifer Rossi, as quais foram companheiras, pois trilharam junto comigo sem jamais me deixar pra trás, e amigas, que a qualquer momento se dispunham a ajudar.

Agradeço a todos os meus amigos que de alguma maneira ajudaram para esta realização.

Em especial agradeço ao meu professor Baltazar, que foi um orientador extraordinário, estando sempre presente, esclarecendo as minhas dúvidas, tendo muita paciência, competência, confiança, conhecimentos e principalmente, amizade.

RESUMO

O tema de estudo do presente trabalho é a crise financeira de 2009 na Grécia. A importância desse trabalho se baseia no fato de que uma grave crise, como a da Grécia, em um dos blocos mais importantes do mundo, o bloco da União Européia, define o futuro do cenário internacional como um todo. Além disso, a crise da dívida representa o maior desafio para a UE desde a sua criação. Dessa forma, o problema da pesquisa está em identificar as principais causas da crise financeira grega de 2009. Os objetivos do estudo são: descrever a evolução da economia grega após a adoção do euro, conceituar a crise das dívidas soberanas, bem como seus impactos nas economias nacionais, e analisar os impactos da dívida soberana grega na sociedade. As informações presentes no trabalho foram coletadas, principalmente, em livros de autores importantes, como George Soros, Odete Maria de Oliveira, Joseph Stiglitz, entre outros, bem como em artigos científicos e periódicos na internet. O resultado da análise identificou três principais causas para a crise financeira grega. A primeira causa foi a crise financeira norte-americana de 2007, que além de atingir a Grécia, atingiu países como Portugal, Espanha, Irlanda e até mesmo a Itália. A segunda causa foi consequência do aumento desenfreado da dívida pública grega, e por fim, a falta de solidariedade e coordenação política da União Européia para resolver questões de endividamento público dos Estados da Zona Euro.

Palavras-chave: Dívidas Soberanas. Grécia. Crise Financeira. Zona Euro.

ABSTRACT

The theme of this work is to study the 2009 financial crisis in Greece. The importance of this work lies on the fact that a serious crisis like that, in Greece, in one of the world's major blocks, the block of the European Union, defines the future of the international scene as a whole. Furthermore, the debt crisis is the biggest challenge for the EU since its inception. Thus, the key problem is to identify the main causes of the Greek financial crisis of 2009. The study objectives are: to describe the evolution of the Greek economy after the adoption of the euro, conceptualizing the sovereign debt crisis and its impact on national economies, and analyze the impact of the Greek sovereign debt in society. The information contained in this article was collected mainly in important books by authors such as George Soros, Odete Maria de Oliveira, Joseph Stiglitz, among others, as well as articles on the internet. The result of the analysis identified three main causes for the Greek financial crisis. The first cause was the U.S. financial crisis in 2007, which besides reaching Greece, reached countries like Portugal, Spain, Ireland and even Italy. The second cause was the due to the rampant Greek public debt, and finally, the lack of solidarity and policy coordination in the European Union to resolve issues of public debt of euro zone states.

Key words: Sovereign Debt. Greece. Financial Crisis. Euro Zone.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Posição das populações européias com relação ao Euro 55

Tabela 1 – Rating da Grécia no período de 2000 a 2007 65

Gráfico 2 - Parte de cada país no total do PIB da União Européia no ano de 2011 75

Tabela 2 – PIB e PIB per capita da União Européia no período de 2001 a 2011 76

Tabela 3 – Crescimento do PIB da União Européia no período de 2001 a 2011 77

Tabela 4 – Desemprego na União Européia no período de 2001 a 2011 78

Tabela 5 – Déficit Orçamental e Dívida Pública da União Européia no período de 2001 a 2011 80

Tabela 6 – Inflação na União Européia no período de 2001 a 2011 81

Tabela 7 – Balança de Pagamentos da União Européia no período de 2001 a 2011 82

Gráfico 3 – Market share europeu para importação em 2011 83

Gráfico 4 – Market share europeu para exportação em 2011 84

Tabela 8 – Balança comercial da União Européia no período 2001 a 2011 (em milhões de dólares) 85

Tabela 9 – Market Share dos parceiros de exportação da União Européia 86

Tabela 10 – Market Share dos parceiros de importação da União Européia 86

Tabela 11 – PIB e PIB per capita da Grécia no período de 2001 a 2011 89

Tabela 12 – Crescimento do PIB grego no período de 2001 a 2011 90

Tabela 13 – Taxa de desemprego na Grécia no período de 2001 a 2011 91

Tabela 14 – Déficit orçamental grego no período de 2001 a 2011 93

Tabela 15 – Dívida Pública e privada grega no período de 2001 a 2011 94

Tabela 16 – Taxa de juros da Grécia nos ano de 2001 a 2011 95

Tabela 17 – Inflação grega no período de 2001 a 2011 96

Tabela 18 – Balança de Pagamentos da Grécia no período de 2001 a 2011 97

Tabela 19 – Carga tributária da Grécia no período de 2001 a 2010 98

Tabela 20 – Importações e exportações gregas no período de 2001 a 2011 (milhares de dólares) 100

Tabela 21 – Market Share dos parceiros de exportação da Grécia 101

Tabela 22 – Market Share dos parceiros de importação da Grécia 101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA 11

1.2 OBJETIVOS 13

1.2.1 Objetivo geral 13

1.2.2 Objetivo Específico 13

1.3 JUSTIFICATIVA 14

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 15

1.4.1 Caracterização da pesquisa 15

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA 16

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18

2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GLOBALIZAÇÃO 18

2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA 26

2.2.1 O conceito de Integração 27

2.2.2 Teorias da Integração Européia 28

2.2.3 Formas de atuação 33

2.3 DÍVIDAS SOBERANAS 37

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO SOBRE A CRISE AMERICANA DE 2007-2009 40

3.1 CRONOLOGIA DA CRISE 43

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 47

4.1 MARCOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA 47

4.1.1 Tratado de Paris 50

4.1.2 Tratados de Roma 52

4.1.3 Tratado do Ato Único Europeu 53

4.1.4 Tratado de Maastricht 54

4.1.5 Tratado de Amsterdã 56
4.1.6 Tratado de Nice e Tratado de Lisboa 57
4.2 A QUESTÃO DA IDENTIDADE EUROPÉIA 58
4.3 A CRIAÇÃO DO EURO 60
4.3.1 Custos e benefícios da moeda única 64
4.3.2 Discursos sobre o bom desempenho do Euro 66
4.3.3 Início dos problemas da Zona do Euro 68
4.3.4 A falta de união política e fiscal 72
4.4 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA EUROPÉIA NO PERÍODO 2001-2011 75
4.4.1 Comércio Exterior 82
5 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA GREGA NO PERÍODO 2001 - 2011 88
5.1 COMÉRCIO EXTERIOR 99
5.2 OS ALTOS GASTOS PÚBLICOS E A EVASÃO FISCAL GREGA 102
5.2.1 Olimpíadas de 2004 104
5.2.2 Os gastos continuam 106
5.3 OS PEDIDOS DE RESGATE E A TROIKA 107
5.4 MEDIDAS DE AUSTERIDADE 109
5.5 CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE GREGA 111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 114
REFERÊNCIAS 116

1 INTRODUÇÃO

Através dos elementos nacionais e internacionais e dos acontecimentos ocorridos a partir do ano de 2001, a proposta deste projeto é analisar as principais causas da crise econômica grega de 2009, para compreender o cenário interno da Grécia e, conseqüentemente, sua situação internacional, e através de um panorama político e econômico, discorrer sobre a evolução do país nos últimos dez anos. Especificamente, o trabalho fará uma análise da Grécia após sua entrada na Zona Euro, mais precisamente de acontecimentos que levaram o país grego a sua situação atual, acontecimentos tais como os gastos excessivos, como os com as Olimpíadas de 2004, as trocas de governo, a evolução da dívida nacional, o aumento do desemprego e os pedidos de empréstimo.

A seguir será feita uma breve exposição do tema geral do projeto, onde serão expostos pontos como o surgimento da crise financeira norte-americana e as suas respectivas conseqüências para a União Européia e a Grécia.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

O mundo em 2011 acompanhou o desenrolar da crise na maior economia do planeta, pois uma possível declaração de moratória americana poderia desencadear um movimento de pânico de resultados inimagináveis. A desconfiança gerada em 2007, pela crise no mercado imobiliário, deu-se em decorrência da elevação da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco, sistema, esse, chamado de mercado hipotecário subprime (CINTRA; FARHI, 2008). Nesse sistema, clientes sem bom histórico de crédito e sem comprovação de renda, conseguiam financiar imóveis, esses imóveis adquiridos, por sua vez eram vendidos, e com o dinheiro adquirido os clientes compravam novos imóveis e o financiavam em outras instituições financeiras. Dessa forma aumentava-se o risco de perdas (ESTADÃO, 2008a).

Essa expansão na demanda por empréstimos aconteceu principalmente pela queda nas taxas de juros básica, que em meados de 2004 passou para 1%, quando em 2001 era de 6%. Essa redução das taxas de juros causou um aumento significativo dos empréstimos em geral, mas empréstimos imobiliários principalmente. O que, por conseqüência, elevou o preço

dos imóveis, levando a tomada de mais empréstimos para ganhos imobiliários (GONÇALVES, 2008).

Essa crise gerada pelos Estados Unidos atingiu outros continentes, como o Europeu, que também era acusado de possuir ativos altamente arriscados em hipotecas de baixa qualidade.

A transmissão da crise para a Europa foi o suficiente para que os governos de países como Alemanha, França, Holanda, Espanha, Áustria, Portugal, Reino Unido e Suécia injetassem imediatamente US$ 2,75 trilhões para garantir as operações interbancárias. Além disso, a Itália anunciou disponibilizar "o quanto fosse necessário" para que a crise não prejudicasse a União Européia. Sem essas medidas imediatas o colapso poderia ter sido maior (MAZZUCCHELLI, 2008).

Porém, essas medidas não foram suficientes para afastar a crise da Europa, e atualmente a União Européia (UE) atravessa profunda crise, sem perspectivas de recuperação. A crise arrastou países como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. A Itália, que inicialmente mostrava-se resistente frente à crise, hoje também atravessa os mesmos problemas de países como a Grécia, que era considerada a única com problemas mais graves.

A crise na Europa agravou a situação econômica da Grécia. O país apresentou resultados e prejuízos políticos, sociais e econômicos nunca antes vistos na história grega. Exemplo de problema político foi a declaração do primeiro ministro George Papandreou, no final de 2009, afirmando que a herança deixada pelo governo anterior, de Kostas Karamanlis, era muito pior do que se conhecia e que o déficit fiscal grego sobre o Produto Interno Bruto (PIB) era maior que 10%, ou seja, aumentou-se a desconfiança de que a Grécia manipulou seus números quando da adesão a Zona Euro, onde o déficit orçamentário não poderia ultrapassar 3% do PIB. Outro número que surpreende é o da dívida pública em porcentagem do PIB, que em 2011 alcançava 135,6%, um número muito elevado se levarmos em consideração que o máximo permitido pelo Tratado de Maastricht é de 60% (MILANESE, 2010a).

A Grécia terá grandes obstáculos pela frente para resolver seus problemas, sejam eles políticos ou econômicos, pois segundo Jamil Chade (2010), o maior problema para a Europa neste momento de crise está exatamente nas menores economias, uma vez que sua capacidade de reação e ajuste também é pequena, e, portanto, terão dificuldades para

restabilizar suas finanças. Dessa forma, como a Grécia representa apenas 2% do PIB total da UE, a mesma terá grandes problemas em ultrapassar a crise e por fim se recuperar por inteira (CHADE, 2010a).

Nesse sentido, a consolidação desse projeto possibilitará o entendimento sobre o período 2001-2011 e ajudará a responder a problemática da pesquisa, que é: quais são as principais causas da crise econômica de 2009 na Grécia?

Para encontrar as considerações pertinentes à pergunta de pesquisa e encaminhar adequadamente o estudo, apresenta-se, a seguir, os objetivos do trabalho.

1.2 OBJETIVOS

As definições do objetivo geral e dos objetivos específicos desta pesquisa serão apresentadas a seguir, delimitando assim o escopo estudado neste trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar as principais causas da crise econômica de 2009 na Grécia no contexto da União Monetária.

1.2.2 Objetivo Específico

Os objetivos específicos do estudo são os seguintes:

- Descrever a evolução da economia grega após a adoção do Euro;
- Conceituar a crise das dívidas soberanas e seus impactos nas economias nacionais;
- Analisar os impactos da crise da dívida soberana grega na sociedade.

1.3 JUSTIFICATIVA

Perante esses objetivos, é imprescindível mostrar a importância pela qual a escolha desse tema justifica a elaboração de um estudo tão aprofundado como é a elaboração de uma monografia. Sendo assim, desenvolver um trabalho baseado em um acontecimento muito importante para a história de um país é um desafio não só pessoal como acadêmico, também.

A importância desse trabalho se baseia no fato de que uma grave crise, como a da Grécia, em um dos blocos mais importantes do mundo, o bloco da União Européia, define o futuro do cenário internacional como um todo. Afinal, uma possível declaração de moratória ou até mesmo a retirada da Grécia da União Européia representaria uma grande quebra de estabilidade do continente europeu. A crise da dívida representa o maior desafio para a UE desde a sua criação (QUEIROZ, 2011).

O interesse da autora e sua vontade pela economia e política internacional foi um dos motivos principais para a escolha desse tema, pois um trabalho dessa magnitude proporcionará à autora a oportunidade de conhecer a fundo a história de um país tão importante para a história mundial. Além de ser uma realização pessoal, estudar as três estruturas nacionais (política, história e economia) da Grécia, irá representar uma bagagem de informações adicionais à formação acadêmica, desenvolvendo na autora, como profissional de Relações Internacionais, uma visão crítica e um maior conhecimento sobre os elementos que abrangem o contexto grego. Além de proporcionar um conhecimento profundo sobre o país em questão, esse projeto fornecerá um entendimento a mais sobre outros pontos que serão citados ao longo do trabalho como forma de fundamentar sua pesquisa, como a Crise Mundial de 2007 e a formação da Zona Euro.

No que diz respeito ao foco acadêmico, o trabalho torna-se um instrumento prático e preciso, que ajudará a transmitir, não só para a autora, mas para aos interessados no assunto, informações atualizadas sobre a grande precursora da democracia mundial. É uma forma de conhecer a Grécia por diferentes ângulos, podendo-se, também, desenvolver um amplo panorama sobre o país em questão. O trabalho poderá também fornecer uma visão crítica ao assunto, pois como cita Barros e Lehfeld (2000), as pesquisas devem contribuir para uma formação de uma consciência crítica no pesquisador. Portanto, conhecer de forma prática o cenário em que a Grécia está inserida e informar-se sobre os caminhos da política exterior

grega e sua atuação no cenário internacional é fundamental para um internacionalista, já que esses aspectos são de grande influência nas relações internacionais (BARROS; LEHFELD, 2000).

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta etapa do projeto tem como principal objetivo explanar através de que métodos a autora obterá as informações e como essas serão utilizadas durante o desenvolvimento deste trabalho.

1.4.1 Caracterização da pesquisa

A caracterização da pesquisa pode ser feita através de quatro classificações básicas, são elas: (1) a classificação quanto à natureza; (2) quanto a abordagem do problema; (3) quanto aos objetivos e; (4) quanto aos procedimentos.

Quanto à natureza, que será desenvolvida para o presente projeto será utilizada a pesquisa básica. Esse tipo de pesquisa, segundo Barros e Lehfeld (2000), tem por finalidade o conhecer por conhecer, ou seja, está mais em um nível de especulação mental a respeito de determinado fato. Também, segundo os autores, esse tipo de pesquisa não implica, em um primeiro momento, na transformação da realidade social. Como o presente projeto não prevê a transformação da realidade social grega, e sim apenas analisar e entender os fatos que sucederam a crise econômica, essa pesquisa é classificada como básica (BARROS; LEHFELD, 2000)

A pesquisa, quanto a sua abordagem do problema, é qualitativa. Segundo Neves (2008), a pesquisa qualitativa é uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, idéias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados (NEVEZ, 2008).

Esse tipo de pesquisa tem caráter exploratório quanto aos objetivos, ou seja, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. É

utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação (NEVES, 2008).

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa a ser desenvolvida por esse projeto é a exploratória. De acordo com Santos (2012), o objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, o pesquisador conhecerá mais sobre o assunto, sendo capaz, inclusive, de construir hipóteses. Ainda segundo o autor, esse tipo de pesquisa depende também de uma pesquisa bibliográfica, pois mesmo que existam poucas referências sobre o assunto pesquisado, nenhuma pesquisa hoje começa totalmente do zero. Como a crise econômica de 2009 na Grécia é um assunto relativamente novo, esse projeto busca explorar mais as informações existentes a fim de construir hipóteses sobre as principais causas da crise (SANTOS 2012).

O procedimento de pesquisa que irá ser efetuado para o projeto, será o bibliográfico e o documental. A pesquisa bibliográfica, para Barros e Lehfeld (2000), acontece quando se está tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado (BARROS; LEHFELD, 2000). Já a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico (GIL, 2008). De acordo com Santos, qualquer informação publicada (impressa ou eletrônica) é passível de se tornar uma fonte de consulta. Dessa forma, o presente projeto irá procurar informações, principalmente, em meios como livros, artigos, revistas especializadas, teses, dissertações e sites (SANTOS, 2012).

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente trabalho está dividido em 4 partes, a fim de que se possa apresentar a pesquisa de forma a contemplar o tema central e os objetivos específicos de maneira clara e harmoniosa.

Sendo assim, o primeiro momento é dedicado à contextualização da crise financeira mundial. Trabalhando seu início em 2007 nos Estados Unidos e suas conseqüências para os países da Europa, em particular a Grécia.

No segundo capítulo o foco passa a ser a fundamentação teórica do trabalho. Nessa etapa são apresentados conceitos sobre globalização, relações internacionais, integração econômica, bem como seus modelos de aplicação, como a Zona de Livre Comércio, o Mercado Comum, a União Aduaneira e a União Econômica e Monetária. Além disso, serão abordadas as teorias de integração européia, como também a crise financeira norte-americana, mostrando suas causas e impactos.

O terceiro capítulo tratará sobre o processo de formação da União Européia, apresentando seus primeiros passos para a integração, bem como seus mais recentes problemas, como, por exemplo, a falta de união política e fiscal. Além disso, o terceiro capítulo ainda apresenta uma breve caracterização sobre a economia européia, suas principais economias e seus principais parceiros.

Por último, apresenta-se uma breve caracterização sobre a economia da Grécia, seus principais parceiros, seus setores da economia, bom como produção interna. Apresenta-se ainda uma análise sobre seus principais índices econômicos, bem como seus altos gastos públicos. O último capítulo fala ainda sobre os pedidos de resgate disponibilizados para a Grécia, como também as medidas de austeridade implantadas, e suas conseqüências para a sociedade grega.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir deste momento passa-se a delinear os contornos que darão forma a esta pesquisa, com a apresentação da revisão bibliográfica dos temas e suas relevâncias para a problemática apresentada e suas respectivas abordagens teóricas, conceituais e práticas.

Desta forma, não há como debater sobre a situação atual da Grécia sem considerar os acontecimentos anteriores do início da crise mundial dos créditos, nos Estados Unidos, que estão intrinsecamente ligados e, portanto colaboraram para que o país chegasse a sua situação atual.

São inúmeras as premissas que resultaram na eclosão da crise, porém, aqui será apresentado um breve resumo sobre o início da crise nos Estados Unidos, seus significados e implicâncias mundiais, bem como uma caracterização sobre as dívidas soberanas. Outro aspecto que aqui será apresentado e que fundamentará a pesquisa é o processo de globalização mundial, que gerou interdependência entre os Estados, e levou a uma maior integração regional.

2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GLOBALIZAÇÃO

Atualmente vivemos em um "admirável mundo novo", o que para Oliveira (1999), é "caracterizado pela rapidez, praticidade, poder de armazenamento e transmissão instantânea do conhecimento, somados à transnacionalização da economia, revolução biotecnológica usada na agricultura, veterinária, alimentação, nutrição e o alcance fantástico da tecnologia de ponta" (OLIVEIRA, 1999, p. 53).

Essa "aldeia global", fundamentada pelo Paradigma da Interdependência, reconhece o papel dos atores não-governamentais, onde as organizações internacionais tendem a substituir os papéis considerados próprios do Estado. Porém, não significa a extinção ou diminuição do poder do Estado, na verdade, o mesmo passa a atuar em conjunto com outros atores, como as empresas transnacionais, as instituições supranacionais, e as organizações internacionais (OLIVEIRA, 2003).

O Paradigma da Interdependência foi antecedido por outros três paradigmas, o idealista, o realista e o paradigma da dependência. Esses paradigmas buscam explicar e dar sentido aos fatos que estão se desenrolando no cenário internacional, ou seja, os paradigmas são uma maneira de organizar a realidade (OLIVEIRA, 1999).

O paradigma idealista surgiu após a 1ª Guerra Mundial na tentativa de estudar os motivos de tamanha violência e evitar futuras guerras. Esse paradigma surge de uma necessidade internacional, que é a busca pela Paz. Os idealistas buscavam alternativas para a construção de uma ordem articulada a partir de valores morais, normas e instituições jurídicas. Almejavam uma estrutura organizacional de alcance mundial, condenavam a prática dos pactos secretos e pediam o fim da diplomacia profissional e abandono da política do equilíbrio de poder (RIBAS, 2012).

Assim, foi firmado um Tratado Internacional denominado Liga das Nações. Porém, o mesmo fracassou, devido à desconfiança recíproca entre os países, o que exaltou o equívoco e a inadequação histórica dos princípios do idealismo em acreditarem na harmonia de interesses. Nesse contexto, surgiu o Paradigma Realista, que buscava atingir o caráter ingênuo e normativo do idealismo (RIBAS, 2012).

Apesar de sua tradição histórica, aparecendo no século IV a.C., e no século XVI e seguintes, foi apenas no último pós-guerra que o realismo se firmou como doutrina das Relações Internacionais. “A partir de então, e durante toda a Guerra Fria, a concepção realista predominou praticamente incontestável e foi responsável pela formação dos mais importantes quadros de análises e explicações dos eventos internacionais” (OLIVEIRA, 2003, p. 182).

O Paradigma Realista vê a realidade de forma crua, objetiva, cruel e opressora. Para os realistas o ser humano é mau por natureza e apenas busca o interesse próprio. Hans J. Morgenthau (1948), notório defensor contemporâneo do realismo, afirma “como toda política, a política internacional implica uma luta pelo poder. Não importa quais sejam os fins últimos da política internacional: o poder sempre será o objetivo imediato” (MORGENTHEU, 1948 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 182).

Encontra-se também enraizado nos pensamentos de Nicolau Maquiavel, na sua obra O Príncipe. A obra de Maquiavel demonstra o fenômeno da luta dos governantes pela aquisição, manutenção e exercício do poder político. Para o autor, a força é o elemento fundamental para o equilíbrio dos poderes (OLIVEIRA, 1999).

Para a perspectiva realista o ator supervalorizado é o Estado. Os indivíduos ou organizações internacionais que não detêm poder de sanção, seja ela militar ou jurídica, não possuem qualquer função de relevância na sociedade internacional (RIBAS, 2012).

A teoria realista é identificada por quatro características principais, são elas:

> a) concepção estatocêntrica das relações internacionais (o Estado soberano é o único e exclusivo agente político internacional, ao qual todos os demais interessados devem recorrer para fazer valer seus interesses na seara externa); b) as relações internacionais são balizadas pela busca por poder e pelo emprego recorrente da força; c) a política interna caracteriza-se pelo emprego de princípios da moral comum, diferentemente da política externa, cujos principais elementos são o poder e a segurança; d) o sistema internacional é naturalmente anárquico e conflitivo, posto que na ausência de uma força soberana detentora do monopólio da violência, impera a dominação do mais forte e o "estado de natureza" (OLIVEIRA, 2003, p. 183).

Com as transformações sociais que o fim Guerra Fria inevitavelmente provocou, como por exemplo, a ascensão de novas economias, entre elas Alemanha e Japão, o realismo foi pouco a pouco perdendo espaço. Nesse contexto, surgiram novos paradigmas, com novas concepções e propostas (RIBAS, 2012).

Aproximadamente na década de 60 surgiu a Teoria da Dependência. Pautada na relação econômica, preocupou-se com o problema da desigualdade causado pela exploração dos países desenvolvidos para com os países em via de desenvolvimento. Foi com esse novo paradigma que se passou a utilizar os termos *centro* para designar os países ricos e *periferia* para referir-se a países pobres (RIBAS, 2012; OLIVEIRA, 1999; ZANGHELINI, 2011).

O Paradigma da Dependência defende que os Estados são atores importantes do sistema, mas não são os únicos. Organizações Internacionais e não-governamentais, empresas transnacionais e movimentos de libertação nacional são reconhecidos, e tidos como de extrema importância (ZANGHELINI, 2011).

Este paradigma é pessimista em relação à possibilidade de convivência harmônica entre os atores internacionais, permanecendo a idéia de haver sempre no jogo internacional um ganhador e um perdedor. Na visão dependentista, o sistema internacional é marcado pela dinâmica, funcionamento, evolução e contradição do capitalismo, que por sua vez é portador de uma política imperialista, o que explica o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo (ZANGHELINI, 2011; OLIVEIRA, 1999).

Para sobreviver, o capitalismo explora a periferia, sua mão-de-obra e matéria-prima barata, exporta seu capital e parte de sua produção para obter taxas de lucro mais elevadas (OLIVEIRA, 1999).

Simultaneamente com o Paradigma da Dependência, surge o Paradigma da Interdependência. Enquanto o primeiro acentua a natureza desequilibrada da ordem mundial, em que uns dominam e outros são dominados, o segundo diz que todos são interdependentes. A idéia de interdependência implica em uma dependência recíproca, evidenciando a existência de uma teia de interesses que se interpenetram e se completam (OLIVEIRA, 2003).

Além disso, o Paradigma da Interdependência reconhece as disparidades entre os Estados nacionais quanto à capacidade de atuação no cenário mundial em termos políticos, econômicos, militares, geopolíticos, culturais e tantos outros. Mas independente dessas diferenças, o paradigma crê na paz entre as nações dominantes e subordinadas, centrais ou periféricas, como tendência necessária ou ideal realizável (IANNI, 2001).

Porém, há quem conteste a maneira pela qual algumas formulações sobre a interdependência pensam sobre a integração, o equilíbrio e a harmonia entre os Estados nacionais e outros atores presentes no cenário mundial, afirmando certa dose de idealização e utopismo (IANNI, 2001).

A interdependência está longe de reduzir a possibilidade de conflitos, na verdade, a mesma só aumenta o grau de complexidade do sistema, pois os Estados passam a estar mais interdependentes. Uma possibilidade proposta para a diminuição dos conflitos é a respectiva redução do grau de interdependência mútua, pois conforme o fluxo de transações entre os países declinam, diminuem proporcionalmente as oportunidades de conflito (OLIVEIRA, 2003).

Entre as principais modificações decorrentes do novo paradigma que busca explicar as relações internacionais está que:

> a) os Estados não são os únicos e mais importantes atores da cena internacional: atores transnacionais que atuam além das fronteiras geográficas dos países adquirem notável importância; b) a força não é mais o instrumento político de maior importância: a manipulação econômica e o uso das organizações internacionais passam a ter significativa preponderância sobre o antigo mecanismo de violência; c) a segurança deixa de ser o objetivo principal da política internacional, o qual passa a ser projetado em termos de bem-estar social e desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2003, p. 190).

O Paradigma da Dependência e o Paradigma da Interdependência surgiram, principalmente, devido ao processo de globalização que passava a sociedade global. Processo esse, que teve seu ponto de partida nas Grandes Navegações européias dos séculos XV e XVI (MAGNOLI, 2003).

> O processo de globalização que se registra na atualidade é uma conseqüência natural do desenvolvimento do capitalismo que nasceu nas entranhas do feudalismo nas cidades medievais e se expandiu, progressivamente, constituindo mercados e Estado nacionais a partir do século XV. O estágio de globalização do capital se iniciou também nessa época com as correntes de comércio que vários países europeus mantinham com o Oriente e a partir da descoberta da América por Cristóvão Colombo (ALCOFORADO, 1997, p. 74).

Esse processo de globalização surgiu, principalmente, das evoluções nos meios de transporte e telecomunicação. Assim, a primeira fase da globalização, que durou de 1870 até 1913, aproximadamente, foi caracterizada pela elevada mobilidade dos capitais e da mão-de-obra, junto com um auge comercial, baseado na grande redução dos custos de transporte (CEPAL, 2002).

Com o início da Primeira Guerra Mundial o processo de globalização sofreu uma estagnação, só voltando a se desenvolver com o fim da Segunda Guerra Mundial. Nessa segunda etapa, que durou de 1945 a 1973, houve grandes esforços para desenvolver instituições de cooperação internacional nas áreas financeira e comercial. Essa etapa foi caracterizada pela grande expansão do comércio de manufaturas entre os países desenvolvidos, pela existência de variadas organizações econômicas mundiais e por uma baixa mobilidade do capital e da mão-de-obra (CEPAL, 2002).

Já a terceira etapa do processo de globalização, que aconteceu nas últimas décadas do século XX, foi caracterizada pela "gradual generalização do livre comércio, pela crescente presença de empresas transnacionais no cenário mundial, pelo crescimento e a elevada mobilidade dos capitais, e uma notável tendência à homogeneização dos modelos de desenvolvimento, além da subsistência de restrições aos movimentos da mão-de-obra" (CEPAL, 2002, p. 19).

Esse processo de globalização se enraizou, principalmente, nas revoluções tecnológicas, como as de transporte, informação e comunicação. Os progressos atingidos nessas áreas possibilitaram avanços futuros na produtividade, no crescimento econômico e no comércio internacional. Foi dessa forma, que aos poucos, foram surgindo a globalização financeira, a globalização comercial e a globalização produtiva. Hoje, essa crescente

internacionalização alcança áreas como a ambiental, política, social e cultural (CEPAL, 2002).

Com o surgimento do processo de globalização, surgiram também controvérsias quanto a sua definição. Nesse sentido, não há uma definição única e universalmente aceita para a globalização. É nesse sentido que as principais críticas à globalização surgem, pois o termo pode ser usado para definir as mais variadas situações e áreas, como a financeira, comercial, produtiva, social, institucional, cultural, etc. (HELD; McGREW, 2001; ARMADA, 2012).

As definições mais comumente utilizadas optam por compreender a globalização:

> a) enquanto fenômeno predominantemente geográfico tecnológico, com reflexos sociais; b) enquanto perspectiva basicamente histórica configurando análises inter-relacionadas com a geografia (relações espaço/tempo), com a sociologia (as conseqüências sociais do processo), com a economia (evolução do modo capitalista de produção) e com a política (em âmbito estatal, internacional ou supranacional); c) enquanto fenômeno cultural e ideológico, marcado pela uniformização do pensamento e pela massificação dos padrões de consumo; d) como a passagem qualitativa de uma economia internacionalizada para uma economia globalizada, onde as economias nacionais são absorvidas e rearticuladas no interior da economia global; e) por fim, há ainda os que preferem demonstrar que a globalização em curso não é um fenômeno natural, conseqüência da normal evolução do sistema capitalista, e passam a denunciar a existência de uma política de globalização, uma deliberada decisão de implantar o modelo econômico global, controlado pelos agentes do mercado (FEITOSA, 2004, p. 2).

Pierre Size (1997), no livro "Dicionário da Globalização", conceitua o termo globalização e ainda cita a maior e mais rápida propagação das crises financeiras em função do processo de globalização (SIZE, 1997).

> A globalização é um termo utilizado há vários anos pelos economistas da moda para descrever um processo apresentado como recente, mas de fato, existente desde o início do século. [...] Este nome surge pelo fato de que este processo tomou uma amplitude particular desde os anos 80, em que a desregulamentação generalizada acelera as condições da concorrência no plano mundial e o desenvolvimento dos meios de transporte e telecomunicações suprimiram um a um os obstáculos à deslocalização de centros de produção. Ao mesmo tempo, as crises financeiras, que no passado levavam meses ou anos para se propagar, agora tocam todas as praças financeiras em alguns instantes (SIZE, 1997, p. 55,56).

Já para Held e McGrew (2001), a globalização refere-se "a uma mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo". Porém, essa maior relação entre os Estados não promoverá uma "sociedade mundial harmoniosa", pelo contrário, poderão ocorrer conflitos de diversas naturezas devido ao fato de a globalização não atingir ou não beneficiar a todos (HELD; McGREW, 2001, p. 13).

Em um sentido mais específico, a globalização pode ser definida como um processo social, influenciado, principalmente, pelas inovações tecnológicas e que deu origem a uma rede mundial de conexões e interdependência. Essa rede mantém em contato um número cada vez maior de atores sociais e fatores econômicos, políticos, culturais e comunicativos, que se apresentam desconexos em razão da distância geográfica e dos obstáculos culturais e sociais que os cercam (FEITOSA, 2004).

Para Ianni (2003), globalização pode ser vista como um processo histórico, simultaneamente social, econômico, político e cultural, no qual se movimentam indivíduos, povos e governos, sociedades e culturas, línguas e religiões, nações e continentes. A globalização do mundo expressa a expansão do capitalismo, proporcionando novas tecnologias, novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados (IANNI, 2003).

Se por um lado a globalização possibilita o intercâmbio econômico e cultural entre os países, a informatização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, entre outros benefícios, pode também gerar problemas (AZEVEDO; ARENGA, 2007).

Os críticos do processo globalizacional alegam, por exemplo, exploração de mão-de-obra e de recursos naturais em países em desenvolvimento, além de descontentamento com os custos humanos e ambientais do processo e uma partilha desigual dos benefícios. Há quem defenda também, que a integração global está mais para uma disputa de poder entre os ricos do que uma tentativa de equiparar os níveis entre todos os estados participantes (AZEVEDO; ARENGA, 2007; POWELL; GHAURI, 2011).

Entre as críticas à globalização estão:

> A redução progressiva das barreiras comerciais e de investimentos pressiona a redução dos salários; o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas cria maior insegurança no trabalho e diminui a garantia de emprego; a adoção de padrões ambientais inadequados em alguns países contribui para o aumento da poluição; o processo aumenta a desigualdade de renda, tanto entre os países como dentro deles, o que gera tensões sociais e políticas; os governos perdem autonomia; a desregulamentação dos setores de produção e de serviços leva a maiores oportunidades de especulação (POWELL; GHAURI, 2011, p.1).

Joseph Stiglitz, crítico severo sobre a maneira como a economia mundial é administrada, afirma que a globalização não é necessariamente ruim, na verdade, depende do modo como a mesma é administrada. Para Stiglitz (2007) há um número muito grande de países e pessoas que não estão desfrutando dos benefícios da globalização (STIGLITZ, 2007).

Partindo da argumentação de que a globalização deve ser para todos, Joseph Stiglitz (2007), indica pelo menos cinco preocupações centrais que os grupos descontentes apresentam sobre a globalização:

> 1) as regras do "jogo" são injustas, projetadas e arquitetadas para beneficiar os países industriais avançados; 2) a globalização estaria por promover valores materiais em detrimento de outros valores como o meio-ambiente e os direitos humanos; 3) a globalização acabou por "tirar" parte da soberania dos Estados Nacionais, conseqüentemente retirando sua capacidade de tomar decisões em áreas essenciais que afetam o bem-estar dos seus cidadãos. Neste sentido, a globalização estaria por prejudicar a democracia; 3) embora a globalização tenha emergido com o discurso que todos se beneficiarão economicamente, há evidências empíricas tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento de que há perdedores de ambos os lados; 5) o sistema econômico recomendado com certa insistência ou até mesmo imposto pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento caracteriza-se por ser inapropriado e em algumas instâncias altamente danoso (STIGLITZ, 2007, p. 67,68).

Em resposta ao título do seu livro, Joseph Stiglitz (2007), aponta seis pontos fundamentais que seriam importantes para a reformulação da globalização. Entre os pontos indicados pelo autor está a difusão da pobreza, que deve se tornar uma preocupação global; ajuda estrangeira para alívio de dívidas, nesse caso aumentar substancialmente a ajuda aos países em desenvolvimento; um comércio mais justo, com a redução de tarifas à produtos advindos de países em desenvolvimento e redução dos subsídios à indústria nacional dos países desenvolvidos; limitações da liberalização da economia, por não contribuir para o desenvolvimento e sim para a instabilidade dos países em desenvolvimento; proteção ao meio ambiente e uma melhor governança global (STIGLITZ, 2007).

Stiglitz é defensor da globalização, não a "velha" globalização como foi arquitetada, mas uma "nova" globalização, que seja reformada para atingir seus objetivos e promessas fundamentais. O autor crê que podemos fazer a globalização funcionar, não apenas para os ricos e poderosos, mas também para os mais pobres (STIGLITZ, 2007).

Outros críticos da globalização são Gerald Boxberger e Harald Klimenta (1999), que defendem a idéia de que a globalização nada mais é do que um projeto político das grandes corporações. Como indica o título da obra dos dois autores alemães, "As dez mentiras da Globalização", discorre sobre dez questões paradigmáticas, como por exemplo, a idéia de que o Estado social é caro demais, a globalização é uma oportunidade para a superação do desemprego, a globalização não é tributável, ou ainda, que os países em desenvolvimento lucram com a globalização (BOXBERGER; KLIMENTA, 1999).

A Globalização além de ser o novo dogma dos economistas, é também, e principalmente, a nova racionalidade das instituições internacionais e multiculturais, bem como dos Estados nacionais.

> Tudo acontece ou deve acontecer de uma determinada forma em função e como conseqüência inexorável da globalização. As privatizações, as políticas de estabilização, os programas compensatórios, a formação de blocos regionais, o livre comércio, o império da modernização e da competitividade que leva ao desemprego, a abertura total ao mercado mundial, o fim de qualquer proteção às economias nacionais, a ausência de políticas industriais e comerciais que levem em conta as diferenças existentes no mundo, a reestruturação da economia mundial – tudo isso é apresentado como inevitável e explicado como conseqüência natural da globalização (SOUZA, 1996, p.2 *apud* VIEIRA, 1999, p. 152).

Foi apenas iniciado o processo de desvendar a complexidade do fenômeno da globalização, pois o seu verdadeiro significado e real alcance permanecem em aberto. Será ao decorrer da evolução do processo que serão auferidas suas reais implicações. De qualquer forma, as mudanças que a globalização já gerou representam não só uma ruptura com os padrões do passado mais também um evento heurístico, que deverá ser o fio condutor na compreensão dos paradigmas que sucederão o atual (VIEIRA, 1999).

No momento, a globalização ainda não permite aos estudiosos uma leitura completamente decodificada do fenômeno e das conseqüências que poderão acontecer. Porém, a busca pela harmonia mundial, no entanto, deve continuar a constituir a eterna aspiração internacionalista (VIEIRA, 1999).

A seguir serão abordadas algumas particularidades sobre a integração econômica, escolha comum entre os Estados nacionais atuais, como uma forma de eliminar ou neutralizar os efeitos da competição internacional gerada pela globalização.

2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Nos primórdios da União Européia, seus integrantes sentiam-se ameaçados pela União Soviética. Dessa forma, a integração regional poderia significar uma força armada mais ampla, capaz de deter um inimigo que, isoladamente, não seria possível barrar. Porém, com o fim da Guerra Fria, esse tipo de motivação (temor de um ataque militar) foi perdendo espaço para uma nova forma de ameaça, a competição econômica dentro de um mundo globalizado (MARIANO; MARIANO, 2002).

O crescimento significativo da globalização econômica levou, e tem levado uma série de Estados a buscar maior escala, eficiência e competitividade para suas respectivas economias. O caminho natural é o da cooperação e integração (PREDEBON, 2010). Esses fenômenos, globalização e integração, são características da sociedade internacional contemporânea, o que reflete o impasse estatal frente à impossibilidade de realizar adequadamente suas funções, a menos que se integre a outros Estados (OLIVEIRA, 2002).

O principal objetivo do estabelecimento de um processo de integração econômica regional para os Estados é uma melhor alocação dos fatores de produção e dos recursos disponíveis, uma diminuição dos custos de produção e uma melhoria na qualidade dos bens produzidos, ganhos em economia de escala, e uma melhor capacidade de inserção no cenário internacional (PREDEBON, 2010).

Haas identifica quatro motivações básicas para uma integração regional,

> a) desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum; b) promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem-estar; c) interesse em uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, por meio de persuasão, de coerção ou de ambos; d) a vontade comum de construir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla (HAAS *apud* MARIANO; MARIANO, 2002).

De início, é importante evidenciar o conceito do termo integração, visto que o mesmo não contempla um mesmo significado, podendo, dessa forma, ser empregado em diversos sentidos e direções.

2.2.1 O conceito de Integração

O uso da palavra integração para indicar a ligação de economias diferentes em grandes regiões econômicas é bastante recente. Segundo Rolim (1994), a sua utilização iniciou por volta de 1939 e 1942. Já seu uso em documentos oficiais, apareceu por volta dos anos 1947, e logo depois, já era usada de forma generalizada, tanto na Europa como nos Estados Unidos (ROLIM, 1994).

Existem algumas divergências quanto ao uso do termo integração. O mesmo pode ser utilizado tanto para representar um processo, como também o resultado obtido através

desse processo. Há também diferentes funções, quando da sua dimensão, seja ela econômica, política, militar ou cultural (OLIVEIRA, 2002; ROLIM, 1994).

O termo integração, em seu sentido mais comum, conota a idéia de um processo que leva à junção de partes, anteriormente separadas, de forma que as mesmas dão origem a uma comunidade, onde são empregados interesses, sentimentos, valores, atitudes, e até mesmo instituições políticas (RAMOS, 2005).

> A noção de integração pode variar em função de sua dimensão (econômica, política, militar, cultura, etc.), segundo a forma particular de seu desenvolvimento (no caso da integração econômica européia, na apresentação de diversas fases que se identificam com as sucessivas etapas da integração), em nível de sua produção (ideologias, valores, instituições, etc.). A noção de integração se apresenta, portanto, como uma noção não equívoca e pode ser apreendida desde a economia, a política, o direito (SOLDATOS, p. 23 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 29,30).

No âmbito da integração regional, o autor clássico E. Haas define integração social como um "processo pelo qual os atores políticos, em diferentes cenários nacionais, são persuadidos a transferir as suas lealdades, expectativas e atitudes políticas para um novo e mais largo centro" (Haas, 1968, p. 16 *apud* RAMOS, 2005, p. 329).

Segundo Odete Maria de Oliveira (2002), integração significa compor um todo com partes diversas. A dificuldade em compor esse todo está na diversidade dessas partes, como por exemplo, na União Européia, onde as diferenças internas tornam o processo de integração bastante delicado e lento (OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, é possível afirmar que o objetivo primordial dos processos de integração consiste na criação de mercados maiores, tomando como base a prerrogativa clássica de que mercados maiores operam de forma mais eficiente que mercados menores (MACHADO, 2000).

2.2.2 Teorias da Integração Européia

Com o desenvolvimento e repercussão do processo de integração da União Européia, foram desenvolvidas diversas teorias que buscaram explicar tal fenômeno. Porém, não existe teoria dominante sobre o porquê e como funciona a integração regional européia. Na verdade, há relativamente pouco desacordo sobre os fatos e sobre as motivações dos atores, mas ainda não há uma única teoria que possa explicar adequadamente a dinâmica de

um processo tão complexo de mudança na relação entre Estados nacionais, previamente soberanos, e economias nacionais cada vez mais interdependentes (SCHIMITTER, 2010).

Dentre as teorias ditas clássicas, estão as teorias funcionalista, federalista e neofuncionalista. Essas três teorias são as que, geralmente, são apontadas como as que melhor explicam o processo de integração da União Européia (RAMOS, 2005).

2.2.2.1 Federalismo

A Teoria Federalista de integração econômica tem caráter predominantemente político, objetivando a formação de uma união federal entre os Estados integrantes, com a finalidade de garantir a paz mundial (OLIVEIRA, 2003).

Dessa forma, no Federalismo, os Estados transferem de forma voluntária suas respectivas soberanias para instituições federais. O Federalismo é uma forma de solução política para governar, unitariamente, a diversidade, fazendo das diferenças uma oportunidade para soluções políticas diferentes das estaduais clássicas (PINTO, 2004; RAMOS, 2005).

> Nessa ótica, espera-se que uma organização política supranacional, construída deliberadamente, possa gerir os interesses das partes recorrendo a instituições eficazes desenhadas para o efeito. Não se trata de mera cooperação intergovernamental, uma vez que se torna como necessária a transferência de poderes soberanos da esfera do estado nacional para as instituições supranacionais. Assume-se a necessidade da criação de um centro supranacional, com poderes constitucionalmente consignados e separados do nível nacional, para as matérias do âmbito regional (supranacional) relevantes (SANDE, 2000, p. 31-33 *apud* RAMOS, 2005, p. 333).

A transferência da soberania por parte dos Estados nacionais não significa o desaparecimento dos mesmos, pelo contrário, seus elementos essenciais, como território, população, governo e poder político permanecem. Dessa forma, os Estados-membros continuam mantendo suas condições de sujeitos primários do direito internacional e ainda têm a capacidade de decidirem sobre a criação, duração e competência das organizações internacionais que pretendem instituir e transferir suas competências (OLIVEIRA, 2003; RAMOS, 2005).

Umas das principais críticas pertinentes à Teoria Federalista é a debilidade de um sentimento coletivo europeu. Se nos Estados Unidos o Federalismo tem funcionado bem, é devido à forte tradição democrática dos norte-americanos e à sua participação ativa na vida

associativa. O que não acontece com os europeus, cujos países tendem muitas vezes a satisfazer os interesses nacionais e a procurar obter ganhos individuais (OLIVEIRA, 2003; PINTO, 2004).

Além disso, outros três argumentos fundamentam a crítica ao Federalismo na Europa:

> a) o caráter estático da estrutura federalista perante a dinâmica progressiva do processo da integração comunitária; b) a impossibilidade de um Estado federal assimilar os objetivos *sui generis* das Comunidades Européias; c) a ocorrência específica de revisão dos Tratados Comunitários, onde os Estados apresentam uma função essencial (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

Em réplica a Teoria de integração Federalista, apresenta-se o Funcionalismo. Apesar de também aderir ao princípio da paz universal entre as nações, o mesmo diverge da tese de que a criação federalista de um governo supranacional seria o meio de atingir a integração regional (PINTO, 2004).

2.2.2.2 Funcionalismo

A Teoria Funcionalista surgiu como uma contestação à Teoria Federalista. Trata-se de uma corrente de pensamento que defende que o Estado, por si só, não é capaz de atender a todas as suas exigências fundamentais, portanto deve procurar atender seus objetivos nos agrupamentos políticos (FERNANDES, 2007).

A Teoria Funcionalista não buscava a erradicação das soberanias. Apenas defendia que para a paz ser concretizada, deveria haver a transferência gradual de autoridade e de funções dos Estados soberanos para órgãos internacionais. Esses órgãos por sua vez, teriam domínio sobre áreas funcionalmente específicas (CALEGARI, 2009).

Desenvolvida, principalmente, por David Mitrany, a Teoria Funcionalista acredita que a forma mais segura de alcançar a integração e a paz é a cooperação ao nível de certas tarefas funcionais, tanto de natureza técnica como econômica, ao invés da criação de novas estruturas institucionais no plano político. Nesse sentido seria criado um sistema de órgãos internacionais funcionais, que funcionaria com a transferência de certas funções e autoridades dos Estados para tais agências. Essa transferência de competência se daria porque os funcionalistas acreditavam que os Estados não conseguiam atender aos problemas

econômicos e sociais de sua responsabilidade, estando as organizações internacionais funcionais mais habilitadas (CALEGARI, 2009; PINTO, 2004).

David Mitrany sustenta que para a Teoria Funcionalista:

> (1) o desenvolvimento econômico e tecnológico fazem da integração política uma situação possível e necessária; (2) o problema da guerra pode ser resolvido através de acordos internacionais em áreas funcionais específicas (saúde, serviços postais, comunicações, etc.); (3) o mundo integrado econômica e tecnologicamente deu lugar a muitos problemas tecnicamente complexos que os Estados individualmente não podem tratar eficazmente, mas que organizações internacionais resolveriam; e (4) os Estados Nação, no seu próprio interesse, deveriam estabelecer tais organizações internacionais para implementar as atividades requeridas e oportunamente sentiriam as vantagens da cooperação pacífica, diminuindo a importância das fronteiras políticas (PINTO, 2004, p. 21).

Por influência do Funcionalismo que os primeiros passos para a Comunidade Européia foram dados. Nesse momento não era mais defendido o método imediatista e urgente de integração, mas sim o método funcional, onde a evolução da integração se daria de forma gradual e por setores (CALEGARI, 2009).

Porém, com o desenvolver do processo de integração, a Teoria Funcionalista, com o seu caráter universalista, tornou-se incapaz de explicar o fenômeno que acontecia na Europa, com a criação das Comunidades Européias, demonstrando não ser o modelo suficiente para explicar esta integração que estava emergindo na ordem mundial. Desta forma, diante da carência desta teoria em melhor perceber e articular o nível nacional e o supranacional, é que surgiu a corrente Neofuncionalista (CALEGARI, 2009).

2.2.2.3 Neofuncionalismo

A Teoria Neofuncionalista teve sua origem na Teoria Funcionalista do pré-Segunda Guerra Mundial, tendo surgido como resposta à incapacidade da Liga das Nações de manter a paz depois da Primeira Guerra Mundial. De tal incapacidade nasceu à consciência de que para alcançar a paz era necessário algo mais do que o federalismo voluntário (PINTO, 2004).

Essa teoria deposita sobre as autoridades centrais um papel de grande importância, visto que serão tais autoridades quem irão determinar o caminho a ser seguido pelos Estados no processo de integração. Além disso, os Neofuncionalistas acreditam na transferência de

soberania das estruturas nacionais para as estruturas internacionais e centrais, afirmando ainda que com as instituições centrais comuns, a integração econômica contribuiria para a eficácia da integração política (CALEGARI, 2009).

Isso, porque a grande contribuição dessa teoria concentra-se no mecanismo chamado *spill over*, na qual o processo de integração ia se intensificando gradualmente e de forma expansiva, através da propagação por setores. O processo *spill over* abrangeria, inicialmente, áreas econômicas, e em sua evolução, se estenderia a áreas políticas. Além disso, o mesmo processo implica que diferentes aspectos da economia e política dos Estados e regiões estejam vinculados, de forma que os problemas de uma área provocam problemas em outra, requerendo dessas soluções (CALEGARI, 2009; OLIVEIRA, 2003).

Pelo processo de *spill over* à proporção em que fossem atribuídas às instituições supranacionais mais funções, as responsabilidades e poderes existentes nessas instituições tenderiam tanto ao crescimento como ao aprofundamento da integração então existente (CALEGARI, 2009).

Para a Teoria Neofuncional seria a partir de uma supranacionalidade que os integrantes do processo poderiam formular interesses comuns.

> A tomada de decisão nesse contexto supranacional seria facilitada porque partiria de um denominador comum, que é o interesse compartilhado por todos de integrarem-se, e, no decorrer das negociações, as diferenças seriam aparadas através de uma tentativa de maximização dos pontos em comum, deixando de lado, num primeiro momento, as divergências mais difíceis de serem conciliadas. Com isso, seria possível a criação de uma agenda de negociação positiva que permitiria a descoberta de áreas e elementos impulsores do processo (MARIANO, 1995, p.8).

Os autores Neofuncionalistas condicionam o desenvolvimento da cooperação internacional, ou integração, a algumas condições básicas para o seu sucesso:

> a) este processo deve ocorrer em economias industrializadas e abertas ao mercado externo, preocupadas com a implementação de uma política de abertura econômica, pois não seria possível aumentar o intercâmbio econômico entre economias fechadas em si mesmas; b) as sociedades envolvidas devem ser pluralistas e nas quais os grupos de interesses possuam livre expressão. A possibilidade de representação dos interesses é fundamental para o processo; afinal, esses grupos deverão ter a capacidade de se relacionarem direta e livremente; c) os sistemas políticos também devem ser pluralizados, pois esta é a única forma de garantir canais de expressão aos grupos de interesses. Sem isso, a participação social é inviabilizada e o processo se dá somente no nível governamental. O *spill-over* ocorre apenas quando conta com espaço social para sua expansão; se a participação social é limitada, esse fenômeno fica restrito ao governo e a alguns grupos fortes o suficiente para conseguirem de alguma forma um mínimo da participação (MARIANO, 1995, p. 9).

A Teoria Neofuncionalista, assim como a Funcionalista, tornou-se insuficiente para explicar o processo de integração europeu, tendo em vista a evolução ocorrida dentro deste espaço internacional. Entretanto, há autores que defendem que o Neofuncionalismo emergiu novamente e que, ainda hoje se impõe como uma teoria bastante importante (CALEGARI, 2009).

2.2.3 Formas de atuação

Para Oliveira (2002), os processos de integração econômica regional apresentam diferentes formas de atuação, como zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária. Geralmente, cada uma das etapas compreende a anterior, porém, com maior intensidade. Para todos os casos, o sucesso dependerá da vontade política dos Estados-Membros. "[...] quanto maior for a necessidade de cooperação entre os países envolvidos, mais complexo o alcance do desenho de integração econômica escolhido, melhor será sua gama de resultados" (OLIVEIRA, 2002, p.36).

Entre os resultados da integração regional está o aumento da produção e da taxa de crescimento, aumento da concorrência interna, melhor aproveitamento das economias e melhoria dos termos de troca do grupo membro com terceiros países (OLIVEIRA, 2002).

2.2.3.1 Zona de Livre Comércio

Esse tipo de integração é a forma mais antiga e mais simples de integração econômica (OLIVEIRA, 2002). A Zona de Livre Comércio prevê a eliminação de todas as restrições tarifárias e não tarifárias que incidem sobre a circulação de mercadorias entre os integrantes. Trata-se de um acordo à esfera comercial, que não implica compromissos a respeito do intercâmbio de cada Estado com países externos ao bloco. Teoricamente, um integrante de determinada Zona de Livre Comércio pode se associar a outras zonas similares (MAGNOLI, 1997).

A finalidade de um tratado de livre comércio, do ponto de vista econômico, é ampliar a exposição da economia dos países integrantes à concorrência externa, a fim de estimular ganhos de produtividade na estrutura produtiva nacional (MAGNOLI, 1997).

Um dos principais problemas enfrentados pelas Zonas de Livre Comércio é evitar o intercâmbio comercial de bens importados de terceiros países dentro da zona de integração, isentos de tarifas ou qualquer outro encargo comercial, visto que esse tipo de produto é normalmente taxado pelos governos nacionais quando da sua entrada no mercado. Outro ponto bastante importante é a questão sobre a criação ou desvio de comércio gerado pela área de livre comércio. Para Oliveira (2002), a oferta de produtos advindos de países da zona livre pode substituir a oferta nacional mais cara, que antes era sustentada pela proteção tarifária. Dessa forma, se antes não havia comércio internacional, este foi gerado agora, aumentando o comércio entre os países e conseqüentemente forçando a competitividade e a especialização dos mesmos. Portanto, não houve desvio de comércio, mas sim criação (OLIVEIRA, 2002).

Assim, em teoria, uma Zona de Livre Comércio é um conjunto geográfico e político, onde não existe nenhum obstáculo às trocas de mercadorias e de serviços, bem como nenhum direito aduaneiro ou obstáculos tarifários, como normas sanitárias ou técnicas (BRUM, 1993).

Concretizada a Zona de Livre Comércio e eliminados os obstáculos interiores, o passo seguinte no processo de integração é o estabelecimento de uma tarifa exterior comum às importações de produtos oriundos de terceiros países.

2.2.3.2 União Aduaneira

Uma Zona de Livre Comércio mais avançada, onde é previsto um sistema de tarifas externas comum aos Estados-Membros frente a terceiros países, é a União Aduaneira. Nessa etapa da integração econômica, os Estados-Membros, além de instituírem o livre comércio entre si, passam também a aplicar as mesmas tarifas externas e as mesmas políticas comerciais aos produtos advindos de fora da união (OLIVEIRA, 2002). Essas tarifas externas consistem em um imposto de importação comum cobrado sobre mercadorias provenientes de países externos ao bloco (MAGNOLI, 1997). Se na fase anterior os Estados-Membros

estavam livres para negociar com terceiros, agora, eles perdem o poder de negociar as taxas de aduana, ficando essa tarefa delegada aos órgãos comunitários competentes, que estabelecem uma política comercial comum aos Estados-membros, em substituição às políticas nacionais, como se todos eles formassem um único território. A formação de uma União Aduaneira já implica, portanto, uma cessão de parte da soberania dos Estados sensivelmente maior que na Zona de Livre Comércio (FERREIRA, 2009).

Para Magnoli (1997), a finalidade de uma União Aduaneira é atrair investimentos produtivos para o interior do território recoberto pelo tratado. As empresas que nele se instalam, sejam elas controladas por capitais internos ou externos, beneficiam-se do tamanho do mercado consumidor gerado pela regra de livre comércio (MAGNOLI, 1997).

Superadas as etapas anteriores, o que engloba a consolidação de uma tarifa externa comum, o processo de integração regional agora exige a liberalização de todos os fatores produtivos, como trabalhadores, serviços e capitais entre Estados-Membros (FERREIRA, 2009).

2.2.3.3 Mercado Comum

Trata-se de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira que permite a livre circulação de fatores e serviços nos Estados-Membros, isto é, a liberação de bens, capitais, serviços e pessoas, com a eliminação de toda forma de discriminação, que deve abranger tanto o acesso como o exercício do trabalho. Assim, os trabalhadores assalariados, permanentes ou de temporada, como também seus familiares, terão acesso às mesmas vantagens sociais e fiscais que os trabalhadores nacionais (OLIVEIRA, 2002; FERREIRA, 2009).

“Constitui, o Mercado Comum, uma das formas mais complexas de integração econômica, o que requer medidas de destacada condução política de harmonização às condições desiguais dos Estados-Membros” (OLIVEIRA, 2002, p.38).

O Mercado Comum almeja estimular a integração internacional das corporações produtivas e financeiras no interior do bloco. A idéia consiste em unificar praticamente todas

as dimensões dos mercados nacionais, criando um mercado regional poderoso (MAGNOLI, 1997).

As liberdades só serão atingidas por completo na fase seguinte do processo de integração comunitária, da União Econômica e Monetária, quando se desdobrarão esforços para consolidar a cooperação monetária e a coordenação das políticas econômicas entre os países membros (FERREIRA, 2009).

2.2.3.4 União Econômica e Monetária

A União Econômica e Monetária representa uma forma ainda mais complexa de integração regional. Além de ser um Mercado Comum acrescido de uma moeda única, a União Econômica e Monetária prevê a harmonização de determinadas políticas, além da comercial, como a "Política Agrícola, Ambiental, Regional, Industrial, Transporte, Comunicação, Competência, Coesão Econômica e Social, etc., e, especialmente as políticas macroeconômicas" (OLIVEIRA, 2002, p. 39; MAGNOLI, 1997).

Característica marcante dessa fase é a entrada em funcionamento de um sistema integrado entre o Banco Central Comunitário e os Bancos Centrais Nacionais, que será responsável pelo desenvolvimento da política monetária do bloco, ditando critérios de convergência entre as economias dos países membros. Isso ocorre e é necessário exatamente porque a idéia é que se possa ter maior controle sobre o capital (FERREIRA, 2009).

Para o bom funcionamento de uma União Econômica, a harmonização das políticas monetária e fiscais são elementos essenciais. Mas para que haja harmonização os Estados-Membros devem atribuir algumas de suas competências à Comunidade, que passará a exercer seus atributos com exclusividade e independência (OLIVEIRA, 2002; FERREIRA, 2009).

Após a União Econômica e Monetária, a União Total representa a forma mais avançada e completa de integração regional, onde além da coordenação e unificação das economias nacionais dos Estados-Membros, há também um Parlamento comum, uma Política Exterior de Defesa e Segurança e de Interior de Justiça também comuns. Como exemplo desse tipo de união são as federações, como os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2002).

2.3 DÍVIDAS SOBERANAS

Atualmente, a interdependência entre os Estados alcança um ponto onde o isolamento pode provocar danos econômicos no longo prazo, como perda de mercados, perda tecnológica e prejuízo a capacidade dos setores internos. Esses danos são significativos o suficiente para justificar a opção pelos esforços de integração, cooperação, e concertação na área econômica internacional. Além disso, alguns Estados não conseguem atingir seus objetivos sozinhos, o que torna os regimes internacionais cruciais na ajuda a esses tipos de Estados (CARDOTE, 2009).

Se por um lado a globalização possibilitou uma qualidade de vida mundial melhor para a população, onde trocas de experiências puderam ser feitas e a geração de conhecimento e desenvolvimento ficou mais fácil, por outro lado, desenvolveu o endividamento dos Estados, por exemplo. Por volta dos anos 80, os Estados que tinham limitações estruturais e políticas fiscais ineficientes, buscavam no crédito a ajuda para se desenvolver socialmente e estruturalmente frente ao grande desenvolvimento mundial. Porém, o endividamento público, que inicialmente atuou como fator determinante para o desenvolvimento econômico, passou a atuar como um dos principais problemas das finanças públicas. O que antes era considerado o financiador do desenvolvimento, era agora utilizado para cobrir déficits de curto prazo (SOARES, 2010; GARSELAZ, 2000).

As dívidas públicas assumidas por esses Estados nas décadas passadas, muito têm a ver com o endividamento dos países europeus atualmente. Afinal, as dívidas soberanas nada mais são do que dívidas públicas, que foram contraídas com o pretexto de desenvolver os países pertencentes à Zona Euro, porém, sem controle, foram sendo contraídas de forma exacerbada levando os países à sua atual situação financeira (GARSELAZ, 2000).

As dívidas soberanas contraídas por países da Europa nos mostram o panorama do atual sistema mundial. Segundo Mário Soares (2010), ex-presidente de Portugal:

> “A crise, que afeta o euro, ou seja, todos os Estados da UE e não só os da Zona Euro, o Reino Unido é uma prova disso, põe em risco o projeto europeu no seu conjunto. O que seria gravíssimo, não só para a Europa, mas também para todo o Ocidente, que entraria em decadência, com efeitos extremamente negativos em todo o resto do Mundo. O fim, ou pelo menos quebra de parte da UE, significaria um recuo civilizacional tremendo” (SOARES, 2010).

De forma geral, essas dívidas surgem de duas maneiras, quando o montante de receitas do Estado não é suficiente para fazer face às despesas, e por este motivo ele tem de recorrer a empréstimos junto de bancos nacionais ou estrangeiros, ou quando o saldo das relações com o exterior é deficitário, e o Estado se vê obrigado a recorrer ao financiamento externo para equilibrar a Balança de Pagamentos (SIMÕES, 2010).

Essas dívidas soberanas podem ser internas, quando os credores são residentes no país, ou externas, quando resultante de empréstimos e financiamentos contraídos no exterior. No caso de dívidas soberanas internas, essas podem ser bilaterais, multilaterais ou privadas. As dívidas podem ser de curto, médio ou longo prazo, quando passam de 30 anos (TOLEDO, 2003).

Um dos problemas pertencentes às dívidas soberanas é a falta de uma autoridade supranacional que seja capaz de obrigar o cumprimento dos acordos internacionais, sem contar que não existem ativos aos quais os credores possam ter acesso em caso de default (TOLEDO, 2003). Essa falta de burocracia que regule e que de certa forma obrigue os Estados devedores a pagar suas dívidas gera problemas muito maiores. Como por exemplo, o *moral hazard*.

Essa expressão criada por Kenneth Arrow pode ser traduzida como “risco moral”, e significa o “excesso de confiança dos agentes econômicos do que alguém os socorrerá se alguma coisa der errado em suas operações” (SANDRONI, 2007, p. 31).

No caso da dívida grega, instituições européias como o Banco Central Europeu (BCE), buscam ajudar o país com fundos de resgates, não permitindo dessa forma que o país decrete falência. Porém, essa forma de ajudar e assegurar que nada de pior irá acontecer, pelo menos em um curto prazo, não estimula o Estado devedor a controlar e planejar suas finanças, pois o mesmo sabe que se a situação piorar novamente, essas instituições irão entrar outra vez em cena (ALDRIGHI, 2006).

Além do Banco Central Europeu, financiam a dívida da Grécia o Fundo Monetário Internacional e os principais países da União Européia, como por exemplo, Alemanha e França. O dinheiro que está sendo emprestado à Grécia conta com taxas de juros mais baixas, mas ainda acima do custo de tomada de empréstimos de países como Alemanha e França (BBC BRASIL, 2012a).

A Grécia enfrenta problemas com altas taxas de juros em seus pedidos de resgate principalmente por causa das agências de classificação de risco, mais popularmente conhecidas como agências de *ratings*, que diminuíram, ao longo dos anos, a nota da Grécia, tornando o país menos confiável economicamente. As notas atribuídas por essas agências correspondem com a opinião da agência sobre a capacidade do emissor desses títulos de honrar seus compromissos com os investidores. Quanto menor forem essas notas, menor será a capacidade do país de honrar com seus compromissos, o que para o caso da Grécia, que detém uma divina soberana muito alta, influência na capacidade do país em conseguir financiamento externo (ESTADÃO, 2011a).

Portanto, a crise econômica da UE é um problema mundial, visto que seus desdobramentos podem implicar em conseqüências para toda a sociedade internacional. A crise que iniciou nos Estados Unidos e hoje atinge a Europa é um sinal de que a interdependência pode provocar prejuízos quando não bem planejada e administrada. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, disse recentemente em um de seus discursos que a situação européia é de interesse americano, visto que a UE é o maior parceiro comercial dos Estados Unidos. Se em um primeiro momento foi a crise americana que afetou a Europa, agora é a situação da UE que preocupa os Estados Unidos (ABC NEWS, 2012).

Nesse sentido é de extrema importância compreender o funcionamento do mercado internacional, como ele se movimenta e interage, e de que forma um acontecimento econômico nacional pode afetar toda uma comunidade internacional de países, como por exemplo, a crise americana que atingiu o continente europeu.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO SOBRE A CRISE AMERICANA DE 2007-2009

A crise dos Estados Unidos de 2008 vem sendo o que analistas, como por exemplo, o ex-presidente do Banco Central dos EUA (Fed), Alan Greenspan, chamam de "a maior crise econômica desde a década de 30″ (Alan Greenspan *apud* EXAME, 2008a). Para Alan Greenspan:

> A crise atual é do tipo que aparece 'uma ou duas vezes por século' porque coloca em risco a solvência das maiores instituições financeiras. Temos o exemplo do americano Bear Stearns, comprado pelo JP Morgan, e do britânico Northern Rock, assumido pelo governo do Reino Unido (Alan Greenspan *apud* EXAME, 2008a).

O ex-presidente do Fed declarou em 2008 acreditar que a crise no setor financeiro só seria superada quando os preços dos imóveis nos Estados Unidos parassem de cair. Segundo ele, com a queda na construção de novos imóveis e mantidos os níveis atuais de demanda dos americanos, o estoque imobiliário em excesso poderia ser liquidado 'no final deste ano' (EXAME, 2008a). O que não aconteceu. Alan Greenspan foi criticado na época por uma parcela de analistas que afirmavam que o ex-presidente do Fed era um dos principais responsáveis por alimentar a bolha imobiliária, reduzindo continuamente as taxas de juros, como forma de manter a aceleração econômica, mesmo em fases menos favoráveis. Para esses analistas, Alan Greenspan tentou evitar uma das leis de auto-regulação do mercado (EXAME, 2008b).

Em discurso no Brasil, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declarou sua indignação: "A crise nasceu nos países avançados. Ela é conseqüência da crença cega na capacidade de autorregulamentação dos mercados e, em grande medida, da falta de controle sobre as atividades financeiras. Durante muitos anos, os especuladores tiveram lucros demais, investindo dinheiro que não tinham em negócios irreais. Nós todos estamos pagando por essa aventura" (Luis Inácio Lula da Silva *apud* GALL, 2010, p. 18).

A crise financeira americana aconteceu porque o Banco Central dos Estados Unidos (Fed) há anos vinha se esforçando para evitar uma recessão econômica no país, fazendo esforços para manter a economia norte-americana sempre aquecida (SUPERINTERESSANTE, 2008).

Esse esforço do governo americano em manter a economia aquecida vem de anos anteriores, George Soros explica que a crise financeira começou a se desenvolver com o

estouro da bolha de internet, no final de 2000, o que fez com que o Banco Central dos EUA cortasse a taxa de juros de 6,5% para 3,5% em um intervalo de poucos meses. Logo após o choque financeiro, vieram os atentados de 11 de setembro de 2001, e para amenizar os impactos do atentado na economia, o Federal Reserve continuou a redução das taxas de juros até chegar em 1% em julho de 2003, e a manteve por praticamente um ano. Durante os próximos 31 meses, as taxas de juros reais nos EUA foram negativas (SOROS, 2008).

Com a diminuição das taxas de juros feita pelo FED, os créditos disponíveis no mercado aumentaram o que levou a um uso exacerbado dos empréstimos de altíssimo risco, por pessoas com histórico de inadimplência e que, por conseqüência, ofereciam menor garantia de pagamento. Esse alto consumo imobiliário propiciado pelas baixas taxas de juros aumentou os valores das casas, e aumentou também o consumo norte-americano, que logo enfrentou um boom no mercado imobiliário (SOROS, 2008).

Entre 1993 e 2007, a dívida das famílias americanas subiu de 89% para 139% da receita pessoal disponível. As pessoas tomavam segundas hipotecas sobre suas casas e também contraíam empréstimos, dando o valor de suas casas como garantia, acreditando que a valorização dos imóveis residenciais continuaria por tempo indeterminado (GALL, 2010).

O acesso fácil ao crédito e a confiança dos americanos de que a valorização dos imóveis iria durar, tornaram os Estados Unidos extremamente dependentes da atividade financeira e imobiliária, sustentada por fluxos de capital estrangeiro. As dívidas do setor financeiro americano saltaram de 22% do PIB em 1981 para 117% em 2008. Os setores financeiro, imobiliário e de seguros americanos representavam 18% do PIB, enquanto o setor manufatureiro e governamental representava 12% (GALL, 2010)

Para Soros esse boom imobiliário tomou um caráter especulativo, segundo SOROS (2008).

> A valorização de dois dígitos nos preços das casas gerou especulação. Quando se espera que o valor de uma propriedade cresça mais que o custo dos empréstimos, faz sentido ter mais propriedades do que se pretende ocupar. Em 2005, 40% de todas as compras do setor eram feitas como investimento ou segundo imóvel, e não para moradia. Como o crescimento da renda média real foi anêmico nos anos 2000, os investidores usaram a criatividade para fazer os imóveis parecerem acessíveis. Os artifícios mais populares eram os financiamentos a taxas reajustáveis, tendo como chamariz a cobrança de juros abaixo do mercado nos primeiros dois anos. [...] Os critérios para a concessão de crédito implodiram, e as chamadas hipotecas subprime tornaram-se amplamente acessíveis para pessoas com histórico duvidoso de crédito (SOROS, 2008, p.15).

Há dois tipos de taxas de juros nos Estados Unidos. Temos a *prime rate* que é a taxa de juros básica, utilizada por bancos comerciais em empréstimos a clientes preferenciais. Por outro lado a *subprime* é uma espécie de crédito de segunda linha, concedido a clientes que possuem maior risco de inadimplência e, portanto, com juros mais elevados. Porém esses juros elevados foram bruscamente diminuídos. Em 2001 os juros para o subprime eram de 6%, em 2004 chegaram a ser de apenas 1% (MARINHO, 2008).

Essa expansão do crédito imobiliário serviu para manter a economia interna aquecida, pois movimentava a indústria de construção, gerando empregos diretos e indiretos (MARINHO, 2008). Os juros baixos, crédito fácil, regulamentações mais fracas, fizeram com que os preços das casas aumentassem mais de 50% entre 2000 e 2005 (GEROMINI, 2009). Mas no último ano os preços residenciais médios caíram 14% em termos nominais, chegando aos 18% em termos reais. Isso significava uma queda maior do que em qualquer ano desde a Grande Depressão (GALL, 2010).

> A Merril Lynch calculou que metade de todo o crescimento do PIB americano no primeiro semestre de 2005 estava ligada ao setor imobiliário, fosse diretamente, por meio de construção de casas novas e consumo relacionado, como as compras de mobília nova, ou indiretamente, pelo consumo com o dinheiro obtido com o refinanciamento das hipotecas. Martin Feldstein, ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos, calculou que, entre 1997 e 2006, o refinanciamento de hipotecas botou nas mãos dos consumidores mais de 9 trilhões de dólares em dinheiro vivo (SOROS, 2008, p. 14,15).

Porém foi entre 2005 e 2007, quando as taxas de juros começaram a subir, que então as coisas se complicaram, especialmente nos financiamentos a longo prazo, como é o caso das hipotecas. Os problemas com a inadimplência comprometeram o mercado norte americano. Entre 1990 e 2007, a dívida total com hipotecas nos Estados Unidos passou de US$ 2,5 trilhões para US$ 10,5 trilhões. O fenômeno se espalhou por todo o mundo, o que obrigou os bancos centrais de países ricos a injetarem moeda no mercado a um custo mais baixo para evitar uma crise financeira geral (GALL, 2010; SOROS, 2008).

Segundo George Soros (2008), o início da atual crise financeira pode ser oficialmente fixado em agosto de 2007. Pois foi quando os bancos centrais se viram obrigados a intervir para dar liquidez ao sistema bancário. Segue abaixo algumas datas importantes do ano de 2007, citadas por Soros em seu livro como início da atual crise.

> No dia 6 de agosto, a American Home Mortgage, uma das maiores empresas de financiamento imobiliário e hipotecas dos Estados Unidos, pediu concordata depois de demitir a maioria dos seus funcionários. Alegou que era vítima dos problemas que atingiam as financeiras do setor de crédito de hipotecas *subprimes* e seus clientes. No dia 9 de agosto, os mercados de créditos de curto prazo pararam quando

> um grande banco francês, o BNP Paribas, congelou três fundos de investimento no valor de 2 bilhões de euros, citando problemas no setor de crédito subprime americano.[...] Em 10 de agosto, o Banco Central Europeu injetou mais 61 bilhões de euros no sistema bancário. Nos Estados Unidos, o FED anunciou que providenciaria o volume de reservas necessárias para combater a crise de liquidez. Em 13 de agosto, o Banco Central Europeu colocou mais 47,7 bilhões de euros nos mercados financeiros – a terceira injeção de crédito em três dias úteis. Os bancos centrais dos Estados Unidos e do Japão também reforçaram as injeções anteriores. [...] Em 13 de setembro, veio a público que o Northern Rock, maior banco de crédito imobiliário britânico, estava à beira da insolvência (SOROS, 2008, p. 12,13).

Essa "bolha imobiliária" formou-se justamente a partir da expansão de crédito concedido para que as pessoas comprassem ou melhorassem seus imóveis entre 2001 e meados de 2004. A expansão foi tão ampla que vários agentes do mercado passaram a realizar empréstimos considerados de altíssimo risco. Com o estouro da bolha, as instituições financeiras que bancaram esses empréstimos tiveram sua solidez econômica duramente afetada. Outro problema é que, como os títulos são renegociados entre essas instituições as coisas chegaram ao ponto de que o mercado já não sabia mais quais instituições financeiras detinham esses títulos de empréstimos (NADER, 2007).

A queda nos preços das residências gerou uma forte estagnação nas vendas imobiliárias nos Estados Unidos. Pagando uma prestação mais alta e com o valor do imóvel cada vez menor, os americanos reduziram o consumo, o que afetou de forma negativa economias de todo o mundo (SOROS, 2008).

Foi devido à baixa no consumo que o crédito sofreu uma forte contração no mundo inteiro, pois o medo de que os empréstimos concedidos não fossem honrados pelos tomadores causou efeito ao redor do mundo. Em abril de 2008 outras economias do mundo começaram a fazer cortes em suas taxas de juros, na tentativa de reativar o crédito e impulsionar o consumo, mas isso não aconteceu (NADER, 2007).

3.1 CRONOLOGIA DA CRISE

O ano de 2008 foi para os Estados Unidos um ano a se esquecer, dúvidas em relação ao futuro, deterioração da economia, resgates de empresas e bancos, quebra de grandes ícones norte-americanos. Em março foram registradas quedas na construção civil, o então presidente do Fed, Bem Bernanke, disse que os preços das casas continuariam a cair,

foram registrados aumentos nas taxas de desemprego, e o banco Bear Sterns foi comprado pelo JP Morgan por apenas US$ 236 milhões (FARHI, 2012; ESTADÃO, 2008b).

Em abril houve cortes nas taxas de juros ao redor do mundo na tentativa de reativar o crédito e impulsionar o consumo, mas isso não foi o suficiente. Nos EUA o mercado de trabalho sofria com mais cortes de vagas, e bancos e empresas reportavam prejuízos bilionários. Em maio de 2008 a agência de crédito Fannie Mae informou perdas na casa dos US$ 2 bilhões, isso devido a queda no consumo (MOREIRA;SOARES, 2010; GEROMINI, 2009).

No mês de junho de 2008, três grandes bancos dos EUA, o Morgan Stanley, Merrill Lynch e o Lehman Brothers, tiveram suas classificações de risco de crédito reduzidas pela *Standard & Poors*. A nota do Morgan Stanley diminuiu de AA- para A+, enquanto os ratings de Merrill Lynch e Lehman Brothers foram rebaixados de A para A+ (INFOMONEY, 2008a). Alguns dias após ter sua nota rebaixada, o banco Lehman Brothers registrou um prejuíjo de US$ 2,8 bilhões, mostrando que o pior da crise ainda estava por vir (INFOMONEY, 2008b).

Apesar de o setor financeiro ser um dos mais afetados pela crise, outro setor da economia americana, o automotivo, também enfrentou prejuízos. O setor automotivo que antes era hegemônico passou a enfrentar problemas devido à queda nas vendas e no aumento do preço do combustível. Nesse momento, carros grandes e caminhonetes potentes, carros símbolo dos EUA, se tornaram inviáveis, levando grandes montadoras como Ford, GM e Chrysler a ter prejuízos. A Ford noticiou prejuízo de US$ 8,7 bilhões, em 24 de julho de 2008 (INFOMONEY, 2008c). Em agosto do mesmo ano, a GM teve prejuízo de US$ 15,5 bilhões, quatro vezes maior do que a expectativa do mercado, e o quarto prejuízo consecutivo da empresa (INFOMONEY, 2008d).

O mês de setembro movimentou os mercados mundiais. A seguir algumas datas memoráveis apontada pela agência de notícias BBC:

> 7 de setembro de 2008: governo dos EUA anuncia o resgate das gigantes das hipotecas Fannie Mae e Freddie Mac, na tentativa de evitar o colapso do mercado de crédito imobiliário do país
> 8 de setembro: as ações do Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos EUA, registram queda de 45%
> 15 de setembro: o banco de investimentos americano Lehman Brothers anuncia concordata depois da recusa do governo dos EUA em resgatar a instituição. A dívida bancária do banco era de US$ 613 bilhões, US$ 115 bilhões em dívidas de detentores de títulos e ativos avaliados em US$ 639 bilhões

> 16 de setembro: o *Federal Reserve* anuncia ajuda de US$ 85 bilhões (posteriormente esse valor chega a US$ 180 bilhões) para resgatar a gigante seguradora AIG quando sua nota de crédito foi rebaixada para uma classificação menos que "AA". A AIG foi considerada muito grande para quebrar, visto que o seu colapso seria sentido em toda economia global. A AIG tinha 30 milhões de segurados nos EUA, atividades em 130 países e apólices para mais de 100 mil empresas e entidades
> 19 de setembro: o governo dos EUA anuncia um pacote de auxílio de US$ 700 bilhões para comprar ativos "podres", especialmente do setor hipotecário, e injetar dinheiro nos bancos
> 21 de setembro: Goldman Sachs e Morgan Stanley passam de banco de investimentos para holdings
> 25 de setembro: quebra do banco Washington Mutual, gigante do setor de hipotecas dos EUA, com ativos avaliados em US$ 307 bilhões (BBC BRASIL, 2009a).

O mês de outubro de 2008 começou com a aprovação do senado e do congresso do pacote de resgate de US$ 700 bilhões, porém, os mercados financeiros entenderam que a aprovação desse pacote gigante significava que a situação estava realmente grave, e os mercados financeiros continuaram a sofrer com as fortes perdas (INFOMONEY, 2008e). No decorrer do mês, as perdas de empresas ligadas ao setor financeiro continuaram a crescer. Merrill Lynch reportou perdas de US$ 5,1 bilhões (INFOMONEY, 2008f), o Citigroup informou perdas de US$ 2,8 bilhões (INFOMONEY, 2008g).

O Federal Reserve aumentava cada vez mais o volume de empréstimos a bancos. No dia 17 de outubro, o Fed bateu o recorde de volume de empréstimos, chegando a emprestar US$ 437,5 bilhões por dia a bancos, evidenciando a necessidade de capital dos bancos nos EUA (INFOMONEY, 2008h). O número de execuções hipotecárias continuava subindo, aumentando 71% na comparação trimestral, chegando a mais de 765 mil execuções, comprovando o agravamento da crise nos EUA (INFOMONEY, 2008i).

Novembro não foi um mês muito diferente dos outros, com novos sinais de agravamento da crise. O banco JP Morgan divulgou uma projeção que dizia que somente se veria uma recuperação da economia em 2010, e ainda por cima, fraca (INFOMONEY, 2008j). Mais dois bancos americanos quebraram, o Flanklin Banl e o Security Pacific, demonstrando que o pior da crise não havia ficado para trás (INFOMONEY, 2008k). Os EUA anunciaram novos planos de combate à crise foram anunciados; como por exemplo, planos de investimentos em empresas privadas através da compra de ações dessas empresas interessadas. Alguns dias depois, o FED e o Tesouro norte-americano aumentaram o valor da ajuda à AIG para US$ 152,5 bilhões (INFOMONEY, 2008l).

Em dezembro de 2008, os EUA divulgaram dados sobre a produção industrial, acusando novamente retração da atividade no país. O indicador atingiu 36,2 pontos, enquanto as expectativas do mercado indicavam 37 pontos. O índice também veio abaixo da medição

de outubro, que marcara 38,9 pontos (INFOMONEY, 2008m). Outro dado importante divulgado em dezembro de 2008 e que movimentou fortemente as bolsas, foi um estudo realizado pelo *National Bureau of Economic Research* (NBER), em tradução livre, Agência Nacional de Pesquisa Econômica, que divulgou que os Estados Unidos da América se encontram em recessão desde 2007, conforme notícia divulgada pelo site Infomoney (2008n).

> De acordo com o estudo realizado, o último período de expansão econômica norte-americana durou 73 meses, tendo início em novembro de 2001 e fim em dezembro de 2007. A partir daí, a economia dos Estados Unidos deu forte sinal de desaceleração. "O comitê identificou dezembro de 2007 como o mês de enfraquecimento, determinando posteriormente que o declínio seguido na atividade econômica foi profundo o bastante para qualificar uma recessão", apontou o órgão. Adotou-se tratar recessão como um período de dois trimestres seguidos de retração para determinada economia. De acordo com dados do PIB (Produto Interno Bruto) norte-americano, o terceiro trimestre apontou recuo de 0,5% na atividade do país. Antes de esperar pela seqüência que determinaria a confirmação convencional desta recessão, a NBER argumenta que "as recessões começam quando a economia atinge um enfraquecimento da atividade e termina quando consegue retomar o crescimento". Dois indicadores principais considerados pelo órgão são produção doméstica e o nível de empregos da economia. Para se ter uma idéia, a última medição do Employment Report, referente a outubro, apontou alarmante taxa de desemprego de 6,5%, maior nível desde 1994. Nesta segunda-feira (1), o indicador do nível de atividade industrial do país caiu mais que o esperado em novembro (INFOMONEY, 2008n).

Para que se possam compreender os impactos causados pela crise norte-americana no continente europeu, é imprescindível falar sobre o processo de criação da União Européia, demonstrando suas principais características e problemas. Dessa forma, será apresentado a seguir o processo de formação da União Européia.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A partir desse momento serão abordados os temas que darão desenvolvimento a esta pesquisa, com a apresentação dos principais temas e suas relevâncias para a problemática apresentada.

Desta forma, não há como debater sobre a situação atual da Grécia sem considerar o processo de formação da União Européia, bem como seus problemas estruturais que levaram a crise do bloco europeu. Além disso, serão abordadas as características econômicas da União Européia e da Grécia, em especial as principais causas para a crise grega de 2009.

4.1 MARCOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

A União Européia é conhecida hoje como sendo o modelo de integração regional de maior sucesso (PFETSCH, 2001). Segundo PFETSCH (2001, p. 13,14) "[...] a União forma um construto político *sui generis*, ou seja, um regime político sem precedentes na história". Para o autor o bloco econômico tem algumas peculiaridades que a levam a essa singularidade, tais como

> [...] A comunidade européia surgiu, ates de mais nada, da convergência e da sintonia de certos interesses particulares dos Estados. Os próprios interesses nacionais levaram os governos dos Estados europeus ocidentais a associar-se, sem pressão externa.
> A União Européia é, em segundo lugar, uma construção política que continua em evolução e ainda está longe de alcançar sua forma definitiva. Encontramo-nos em pleno processo de constituição de um regime.
> A União caracteriza-se, em terceiro lugar, pela circunstância de que a formação política das vontades e a tomada de decisão se dão em muitos níveis diferenciados – nacional, regional e local. Participam não apenas os atores estatais, mas, igualmente, as organizações não-governamentais e os diversos grupos sociais.
> Em quarto lugar, a União distingue-se por ser uma associação voluntária de Estados democráticos.
> Diversamente de outras associações regionais, a União, em quinto lugar, procura promover a unidade da diversidade e da multiplicidade dos Estados que se associam. Numerosos mecanismos cuidam de produzir a compensação entre as diferenças existentes entre os Estados e em seu interior.
> Em sexto lugar, a União constitui um construto misto de organização supranacional, com órgãos comunitários próprios, e de cooperação intergovernamental interestatal. O efeito conjunto desses dois modelos políticos caracteriza a peculiaridade da estrutura institucional da União PFETSCH (2001, p. 13).

O processo de integração da Europa apresentado hoje como um multifacetado construto político, interdependente e integrado, foi desde seu início um movimento crescente e dinâmico e ainda o é até hoje (PFETSCH, 2001). Afinal, para se chegar aos patamares alcançados pela UE, é exigido um alto grau de convergência entre os membros. No caso da UE, os interesses nacionais dos Estados membros levaram a essa integração (LEME, 2010).

Para que se possa entender o processo de unificação da Europa é preciso analisar primeiramente quais são as possíveis razões que motivam os países a se integrar. No processo de integração estão contidas razões econômicas, políticas e sociais. No caso da UE em particular, os principais motivos que levaram a integração foram os políticos (LEME, 2010).

Outro ponto importante a ser analisado é o de que a cooperação entre os Estados está conectada a segurança internacional. Segundo Nayara Leme (2010), os atos de cooperação seriam firmados em um primeiro momento em áreas mais técnicas e específicas e estariam relacionadas às esferas econômica e social. A esfera política seria atingida em um segundo momento, onde seriam criados valores comuns, atingindo também outras áreas mais específicas. Esse processo gradual é chamado de *spillover*, ou seja, uma integração gradual através de setores específicos com a capacidade de se espalhar para novas áreas e setores, promovendo dessa forma a integração. A fase mais profunda desse processo é a integração monetária. Alterar o sistema monetário de um país não é uma tarefa simples e exige intensos esforços, principalmente quando da existência de várias economias distintas e governos com políticas fiscal e monetária diversas. Além de diferentes culturas e interesses nacionais muito diferenciados (LEME, 2010).

Apesar do alto grau de integração da UE atualmente, intelectuais e homens do poder discutiram por mais de dois séculos como formar uma unidade européia. Segundo PFETSCH (2001, p. 16) podemos considerar o duque francês Maximiliano de Béthune Sully como o primeiro defensor de uma concepção fundada no equilíbrio de poderes. Sully desenvolveu no início do século XVII um equilíbrio europeu entre quinze Estados, sendo esses, igualmente fortes, para que a paz fosse garantida. Seria, portanto fundada uma federação na Europa, em forma de república cristã, comandada pela França (PFETSCH, 2001).

Pouco depois em 1713, um pensador francês, o abade de Saint-Pierre propunha a paz perpétua do continente e a constituição de uma associação federativa formada pelos Estados europeus soberanos, que debateriam através de assembléias ou congressos. Os

Estados seriam guiados pelo racionalismo e pelo progresso. O projeto de Saint-Pierre previa "[...] uma garantia mútua do *status quo* territorial e constitucional, uma presidência em rodízio na assembléia federal, uma espécie de segurança coletiva no caso de infração ao tratado e decisões européias colegiadas por maioria" (PFETSCH, 2001, p. 17).

Immanuel Kant, em 1795, também defendeu uma posição pró-federação. Em sua obra *Sobre a paz perpétua*, Kant defende uma organização federal da Europa com Estados republicanos. Sua idéia baseia-se em dois artigos fundamentais, o primeiro onde a constituição civil de cada Estado deve ser republicana e o segundo artigo onde o direito internacional deve estar baseado em um federalismo de Estados livres (PFETSCH, 2001, p. 17).

Em 1815, durante o Congresso de Viena, houve outra tentativa, envolvendo inicialmente apenas Inglaterra e França. Depois da Primeira Guerra Mundial aconteceram alguns movimentos a favor da integração, mas com o fracasso da Liga das Nações, que previa um mundo de paz, os Estados voltaram a se utilizar do nacionalismo e uma possível integração foi deixada de lado (LEME, 2010).

Foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que a Europa tomou uma atitude mais concreta em direção a integração. Os países estavam devastados, e foi dada prioridade para a reconstrução econômica e política, sem falar na criação de estruturas que garantissem a segurança e a paz coletivas. Segundo Nayara Leme (2010), não havia outra opção, uma vez que a Europa estava intensamente destruída, sem infraestrutura e produção. O ponto crucial que deu início as mudanças foi que em todo o continente, exceto na Alemanha e na Áustria, existia um sentimento a favor de mudanças em toda a população. Foi esse sentimento de mudança que favoreceu alguns partidos de esquerda a chegarem ao poder e que países, como a Itália, que havia sofrido com o Fascismo, lutassem para acabar com o nacionalismo (LEME, 2010). Existia também a idéia de tornar a Europa uma terceira potência mundial. A Europa, cuja ordem social e cuja orientação da política exterior fosse eqüidistante dos Estados Unidos e da União Soviética, poderia servir de intermediária entre ambos, formando um contrapeso (PFETSCH, 2001).

Havia duas possibilidades para se alcançar o objetivo: a primeira era a proposta federalista, onde seriam criadas instituições comuns a todos os países e seria formado os "Estados Unidos da Europa". A segunda era a proposta funcionalista, que visava uma

integração gradual, que aos poucos eliminaria possíveis conflitos. A proposta funcionalista também previa uma unificação econômica (LEME, 2010).

A proposta federalista foi colocada em prática em 1946 e dois anos depois ocorreu o primeiro encontro organizado para dar início à nova constituição. Porém a Inglaterra ficou de fora, declarou que seria apenas uma amiga e apoiadora da nova união. A União Federalista Européia (UFE) não teve sucesso, pois os países estavam mais preocupados com as suas respectivas reconstruções econômicas (LEME, 2010).

Em 1947 os Estados Unidos disponibilizou 13 bilhões e 150 milhões de dólares para que a economia européia se reerguesse. Para utilizar esse dinheiro foi criada a Comissão para a Cooperação Econômica Européia (CCEE), onde os países teriam total autonomia para decidir onde investir, porém com a participação dos Estados Unidos na CCEE, a autonomia não era total, visto que os americanos influenciavam algumas atitudes. A CCEE mudou em 1948 para a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) e pouco avançou na idéia de integração européia. Porém a OECE foi peça chave para que os países da Europa entendessem sua mútua dependência econômica. Em 1961 a organização mudou mais uma vez de nome e passou a ser a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (LEME, 2010).

4.1.1 Tratado de Paris

O Tratado de Paris foi firmado em 18 de abril de 1951, porém só entrou em vigor em 23 de julho de 1952, por um período de 50 anos. Celebraram o contrato a Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Criando assim, a primeira das três Comunidades Européias, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA).

> O Tratado estabelecia quatro objetivos fundamentais: a) criação de um mercado comum ao setor do carvão e do aço; b) livre circulação de fatores no âmbito setorial; c) aspiração política de contribuir com o desenvolvimento da África como forma de recuperação dessa antiga potência colonial; d) estabelecimento de uma federação européia. Exatamente essa última pretensão motivava mais uma das razões do desacordo da não participação do Reino Unido no processo de integração. (OLIVEIRA, 2002, p. 94).
>
> Outros objetivos encontram-se expressos e dispostos nesse Tratado de constituição: a) zelar pela regularidade do abastecimento; b) assegurar a igualdade de acesso às fontes de produção; c) fixar preços em nível mais baixo possível; d) melhorar a qualidade do produto; e) promover uma política de exploração racional nos recursos

> naturais; f) melhorar as condições laborais e de vida dos trabalhadores; g) fomentar o desenvolvimento dos intercâmbios internacionais (OLIVEIRA, 2002, p. 95).

Segundo disposto no Tratado de constituição CECA, o mercado comum se fundava nas seguintes proibições.

> a) restrições quantitativas referentes à circulação dos produtos e pessoas; b) medidas ou práticas que estabelecessem discriminações entre produtores, compradores e usuários no concernente às condições de preço, entrega e tarifas de transporte, bem como medidas ou práticas que obstaculizassem a livre eleição do comprador de seu abastecedor; c) subvenções ou ajudas outorgadas pelos Estados ou gravames especiais impostos por eles; d) práticas restritivas tendentes à exploração dos mercados (OLIVEIRA, 2002, p. 94).

Dessa forma o Tratado CECA, segundo OLIVEIRA (2002, p.94,95), tinha dois objetivos, um de cunho geral e outro de cunho imediato. O de cunho geral estava "voltado à expansão eminentemente econômica, melhoria do nível de vida dos países participantes dessa organização e a harmonização das economias dos Estados-Membros através do estabelecimento de um mercado comum". Já os objetivos mais específicos estavam direcionados "a eliminar as restrições internas do comércio do carvão e do aço, impulsionar a liberação do comércio, desmantelar as políticas e praticas discriminatórias às competências supranacionais desse setor" (OLIVEIRA, 2002).

Quatro instituições dotadas de poderes efetivos, imediatos e supranacionais foram criadas. São elas, o Conselho de Ministros, a Alta Autoridade (Comissão), a Assembléia Parlamentar (Parlamento Europeu) e o Tribunal de Justiça (OLIVEIRA, 2002).

O Tratado CECA deu início a um processo progressivo e irreversível de integração em um setor estratégico politicamente e economicamente para a época e, portanto, para os seis Estados-Membros dessa comunidade (OLIVEIRA, 2002). Além de dar início ao processo de integração da União Européia, o CECA possibilitaria à França obter o carvão necessário para a reconstrução de sua economia e ainda controlaria o rearmamento da Alemanha. Dessa forma, uma guerra entre França e Alemanha se tornava não apenas impensável, mas também materialmente impossível (LEME, 2010).

4.1.2 Tratados de Roma

Os Tratados foram firmados em 25 de março de 1957, e entraram em vigor em 1º de janeiro de 1958 "estabelecendo a nova Europa, a Europa da integração supranacional" (OLIVEIRA, 2002, p. 96).

Os Tratados de Roma deram origem à Comunidade Européia do Átomo (CEEA ou Euratom) e à Comunidade Econômica Européia (CEE), o que mais tarde passou a ser chamada apenas de Comunidade Européia (CE). Os Tratados representavam a promessa que de a integração continuaria avançando (LEME, 2010).

A proposta dos Tratados de Roma ia um pouco além quando apostava na criação de um mercado comum geral que ampliava os objetivos do Tratado de Paris. Em um primeiro momento a França não foi a favor da criação de um mercado comum geral, alegando temer por suas indústrias nacionais. Os outros países aceitaram. Quando houve a mudança do primeiro ministro francês, a França se alinhou aos outros parceiros, porém levantou algumas concessões (LEME, 2010).

De acordo com Odete Maria de Oliveria (2002, p. 97) os objetivos da CEEA giravam em torno do estabelecimento das condições necessárias à formação e crescimento rápido das indústrias nucleares. Para tal finalidade, essa Comunidade se comprometeu:

> a) desenvolver a investigação e difusão dos conhecimentos técnicos; b) fixar normas de segurança, proteção sanitária da população e dos trabalhadores; c) facilitar os investimentos; d) velar para o abastecimento regular; e) garantir a utilização pacífica dos materiais nucleares; f) criar um mercado comum com garantia à livre circulação dos trabalhadores, materiais e equipamentos e capitais para os investimentos nucleares (OLIVEIRA, 2002, p. 97).

Por sua vez, a CEE, segundo Odete Maria de Oliveira (2002), apresentava os seguintes objetivos gerais:

> a) promover um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas ao conjunto da Comunidade; b) manter a expansão contínua e equilibrada; c) apresentar estabilidade crescente; d) acelerar a elevação do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integrassem. O objetivo fundamental prendia-se em torno da criação de um mercado comum, segundo o Tratado, se fundava sobre as quatro liberdades essenciais para o mercado: liberdade de circulação de pessoas e serviços, liberdade de estabelecimento e liberdade de capitais (OLIVEIRA, 2002, p. 97).

As duas novas organizações tiveram suas respectivas sedes instaladas em Bruxelas e seguiram a estrutura institucional da CECA. Dessa forma, os Estados-Membros

passaram a adotar um número cada vez maior de decisões comunitárias e a dividir as operações das três comunidades que funcionavam no âmbito da integração: CECA, CEE e Euratom (LEME, 2010).

A primeira revisão do Tratado de Roma foi apresentada em 1986, pelo então presidente da Comissão Européia, o francês, Jacques Delors. Seu projeto dava origem ao Tratado do Ato Único Europeu (LEME, 2010).

4.1.3 Tratado do Ato Único Europeu

O Tratado do Ato Único Europeu (AUE) visava acelerar e aprofundar a integração européia, pois mais do que uma cooperação comercial, a Europa, dos agora nove (Grécia, Portugal e Espanha aderiram) teria também cooperação em política externa e uma política comum em segurança (LEME, 2010).

Para OLIVEIRA (2002, p. 116) "os objetivos do Tratado podem ser assim pontuados: a) estabelecimento de um grande mercado sem fronteiras, como meta maior; b) adoção das políticas estruturais e de apoio às regiões mais atrasadas; c) cooperação monetária e de investigação e tecnologia; d) dimensão social; e) proteção ao meio ambiente" (OLIVEIRA, 2002, p. 116).

Jacques Delors focou o seu relatório na questão das disparidades econômico-monetárias e a solução seria uma maior unificação dos Estados-Membros nesse nível. Dentre as mudanças, a mais importante está na inclusão definitiva do Sistema Monetário Europeu (SME) no quadro comum dos países de modo a conferir maior coesão econômica e monetária à comunidade. De acordo com Nayara Leme (2010), as fases propostas pelo Relatório Delors foram:

> Primeiramente todos os membros deveriam ingressar no mecanismo de taxa de câmbio; em seguida, as margens das taxas de câmbio passariam por uma redução e as decisões macroeconômicas estariam sob a responsabilidade da UE e, por fim, seria criada a moeda única européia, e as decisões de política monetária passariam para as mãos de um sistema europeu de bancos centrais, tendo o FED norte-americano como modelo, com a direção de um banco central europeu (LEME, 2010, p. 24,25).

Para Nayara Leme (2010), "através do mercado comum, seria possível alcançar a especialização e a melhorar as economias de escala, tornando as firmas européias mais

competitivas no mercado internacional, o que naquele momento era de extrema importância para enfrentar Estados Unidos e Japão" (LEME, 2010, p. 25).

> Como resultado do aprofundamento da integração, o mercado comum passou a se desenvolver, o que conseqüentemente afetou a vida dos cidadãos europeus. Empresários e trabalhadores começaram a compartilhar de fato um mercado único. Paralelamente a sociedade civil se foi transnacionalizando (...). A divisão entre as sociedades nacionais e a sociedade européia tornou-se cada vez mais fluída (Leme, 2010, p. 25).

Essas importantes reformas e inovações ocasionadas pelo Tratado do Ato Único Europeu em atingir um mercado interior levaram o processo de integração a um próximo passo, que foi o Tratado de Maastricht, que avançou mais uma etapa em direção ao processo de unificação. A união econômica e monetária. Considerado o último degrau da integração econômica e o primeiro degrau da integração política (OLIVEIRA, 2002, p. 116).

4.1.4 Tratado de Maastricht

De acordo com Nayara Leme (2010) o novo Tratado criou a União Européia, apresentou significativas modificações, sendo a mais importante delas a implantação de uma moeda única que entraria em circulação até 1999. As outras novidades contidas no Tratado versavam sobre: novos direitos para os cidadãos da União, melhorias na saúde, infraestrutura, cooperação para o desenvolvimento, mais poderes para o Parlamento Europeu e introdução de uma política externa e de segurança comum, entre outras (LEME, 2010).

A União Européia foi constituída, segundo o Tratado de Maastricht, sobre três pilares, sendo o primeiro deles o pilar comunitário composto pelas três instituições já existentes (CECA, CEE e Euratom), o segundo pilar continha a política externa e a política de segurança comum, já o terceiro pilar era formado pela cooperação dos Estados na área da justiça e negócios internos (LEME, 2010).

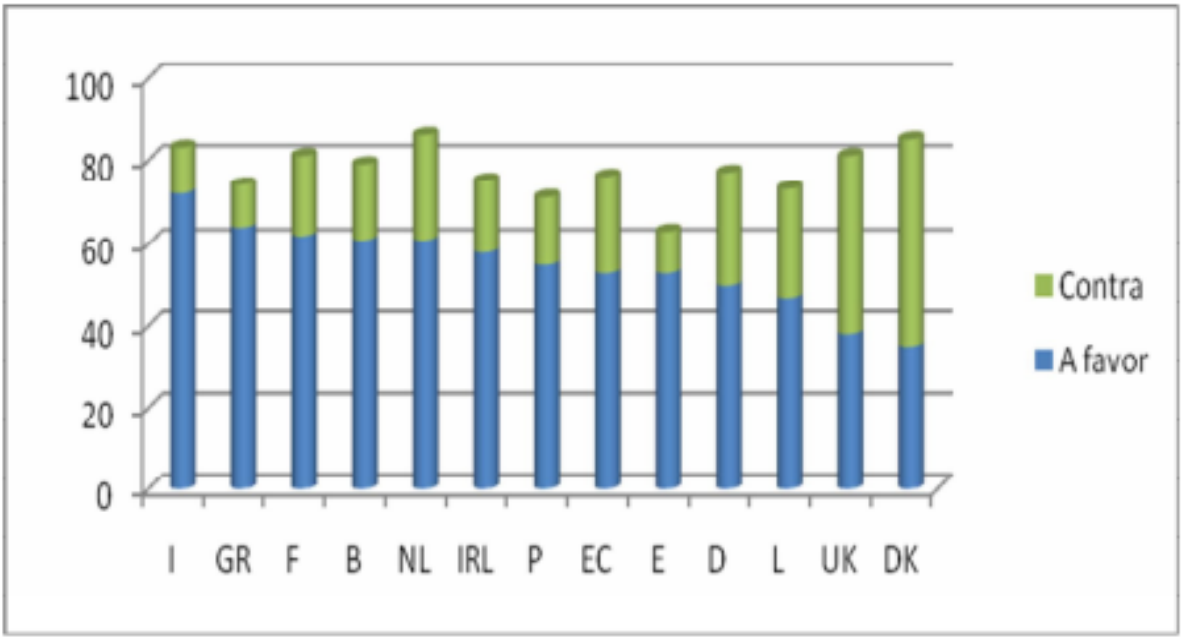
> O objetivo do Primeiro Pilar trata de finalidade ampla, relativa ao progresso econômico e social equilibrado e sustentável e que se relaciona com a criação de um espaço sem fronteiras e a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais fixada no Tratado de Roma (1957) e completada no Tratado do Ato Único Europeu (1986), somando-se os objetivos de fortalecimento da coesão econômica e social e o estabelecimento da união econômica e monetária e sua moeda única, o grande salto inovador do Tratado de Maastricht.
> O objetivo do Segundo Pilar prende-se ao marco da identidade da União Européia junto ao cenário internacional, no que diz respeito à concretização de sua Política

> Exterior e de Segurança Comum (PESC), a qual poderá conduzir, em momento próprio, a uma defesa comum.
> O objetivo do Terceiro Pilar liga-se à criação da cidadania da União Européia, com a finalidade de proteger direitos e interesses dos seus nacionais. Só um nacional de um Estado-Membro pode ser cidadão da Comunidade Européia e somente enquanto manter essa qualidade. Trata-se de uma cidadania dinâmica e evolutiva, um complemento, não constitui um substitutivo das nacionalidades dos Estados-Membros (OLIVEIRA, 2002, p. 119).

O objetivo da cooperação judicial também merece atenção no Tratado de Maastricht, pois os Estados-Membros de comprometeram em cooperar nas seguintes áreas: política de asilo, cruzamento de fronteiras e seus controles, imigração, luta contra tóxicos, cooperação em matéria civil e penal e formas graves de criminalidade (OLIVEIRA, 2002).

Após Maastricht, em meados dos anos de 1990, alguns países reagiram em relutância à moeda única européia, apesar de a maioria dos Estados se mostrarem a favor. Foi então que alguns governos passaram a aplicar referendos internos para dar a população o direito de decidir. Em junho de 1992 a Dinamarca rejeitos a adoção ao Euro com 50,7% da população votando contra. O Gráfico 1 abaixo representa a porcentagem da população de cada Estado a favor ou contra a adesão do Euro.

Gráfico 1 – Posição das populações européias com relação ao Euro



Fonte: Leme, 2010

Alguns critérios foram criados pelo Tratado de Maastricht para quando da adesão ao Euro.

> Para que os Estados-Membros interessados na adoção do Euro fizessem realmente parte da união econômica e monetária foi preciso seguir os critérios de convergência

> propostos em um dos protocolos de Maastricht. Tais critérios foram elaborados para que houvesse certa homogeneidade econômica e estabilidade entre os futuros parceiros da moeda. Primeiramente, cada país deveria apresentar, no ano anterior ao seu ingresso, uma taxa média de inflação de no máximo 1,5% acima da mesma taxa apresentada pelos países com maior estabilidade de preços; portanto, o futuro país a adotar a moeda comum deveria ter respeitado as margens de flutuação propostas pelo SME, pelo menos nos dois anos anteriores. Por fim, mas não menos importante, o déficit público anual de cada país candidato não poderia ultrapassar 3% do seu PIB, e sua dívida pública não ser mais de 60% do seu PIB. Posteriormente, por iniciativa alemã, foi criado o Pacto de Estabilidade e Crescimento com o objetivo de assegurar o cumprimento dos critérios de convergência no futuro e não apenas no momento da adesão à moeda (LEME, 2010, p. 28,29).

Buscando dar mais flexibilidade ao projeto de integração, em 1997 a União Européia deu outro passo importante para o aprofundamento do processo através do Tratado de Amsterdã, em vigor desde 1999. Esse novo Tratado revisou os anteriores, Roma e Maastricht, e os consolidou (OLIVEIRA, 2002, p. 120).

4.1.5 Tratado de Amsterdã

O Tratado de Amsterdã lançou a idéia de extensão da União Européia para o leste Europeu. A Alemanha apoiou fortemente a idéia, já países como a França, Itália e Espanha tiveram dificuldades na aceitação. Para a Alemanha, essa extensão significava mais segurança, visto que seus vizinhos iriam aderir à União e haveria uma maior estabilidade na região. Já França, Itália e Espanha, se preocupavam com os efeitos que poderiam afetar a UE. Afinal, quanto mais países integrassem o bloco, maior seria a diversidade entre o grupo e por isso, mais difícil seria manter as linhas federalistas (LEME, 2010).

O Tratado de Amsterdã estava previsto em dispositivo do Tratado de Maastricht, onde o último determinava uma Conferência Intergovernamental para o ano de 1996, com a finalidade de reavaliar o Tratado da União Européia (OLIVEIRA, 2002, p. 120).

De acordo com Odete Maria de Oliveira (2002), a União Européia deveria "a) internamente: realizar profunda reforma institucional, adequando sua estrutura à sua dinâmica atual. Situação adiada pelos Tratados anteriores, face à complexidade que o assunto encerra; b) externamente: preparar-se para a quinta ampliação" (OLIVEIRA, 2002, p. 120).

Os resultados do Tratado de Amsterdã quanto ao alargamento da União Européia para o leste Europeu foram muito modestos e não representaram qualquer decisão concreta.

Por isso, foi em 2001 que mais um Tratado foi agregado à constituição da União Européia, o Tratado de Nice (LEME, 2010)

4.1.6 Tratado de Nice e Tratado de Lisboa

O Tratado de Nice entrou em vigor em 2003. E modificou o Parlamento Europeu, introduzindo um novo sistema de distribuição de cadeiras, sendo esse novo sistema baseado no critério demográfico, ampliou também os poderes, introduzindo um número máximo de eurodeputados, no caso 732 (TRATADO DE NICE, 2001).

Atualmente a Alemanha tem 99 lugares, seguida da França com 74 lugares e do Reino Unido e da Itália com 72 lugares no Parlamento Europeu. A Grécia conta com 22 lugares. Malta, Luxemburgo, Estônia e Chipre têm a menor quantidade, todos com apenas 6 lugares. O Parlamento Europeu conta, em 2012, com 753 eurodeputados. (PARLAMENTO EUROPEU, 2012).

E por fim, em 2009 foi ratificado o Tratado de Lisboa, que teve como principal objetivo modernizar as instituições européias, principalmente por causa da globalização e dos alargamentos, atribuindo mais instrumentos para a atuação da União (LEME, 2010).

Uma das principais mudanças trazidas pelo Tratado de Lisboa é a ampliação de poder do Parlamento Europeu, que terá maior autonomia de decisão em assuntos de interior e justiça, assim como será mais livre para influenciar e rejeitar legislações. Entre as outras mudanças decretadas pelo Tratado de Lisboa está a duração do mandato da presidência do Conselho Europeu, que passará de seis meses para dois anos, e a Comissão Européia ficou mais enxuta, passando de 27 para apenas 17 membros (ESTADÃO, 2007a).

Porém, com o aumento do número de Estados-Membros pertencentes à União Européia, os problemas e as diferenças entre os Estados começaram a ficar cada vez mais evidentes, o que trouxe à tona, questões como a falta de uma identidade européia.

4.2 A QUESTÃO DA IDENTIDADE EUROPÉIA

Se a Europa estava enfrentando uma crise econômica e financeira, agora, sobretudo, enfrenta uma de identidade. E essa crise passa, não só pelos Estados, mas como pelo relacionamento entre eles. Se no início as elites européias podiam vender a prosperidade econômica propiciada pela integração, hoje os cidadãos das nações mais ricas buscarão uma identidade em termos normais, como é o caso dos alemães e franceses, que não defendem mais um "ser europeu". Dessa forma, também aumentará a relutância dos alemães e franceses em utilizar seus impostos para salvar países como a Grécia, tão diferente em termos culturais (ESTADÃO, 2012a).

> O resultado é um círculo vicioso: à medida que as identidades étnicas voltam a se manifestar, as diferenças étnicas tornam-se mais acentuadas, e todas as partes recorrem a estereótipos e à estigmatização do adversário pela língua ou por ações para degradar o inimigo e justificar atos hostis. Trata-se de um processo comum nos conflitos étnicos em todo o mundo, e hoje se tornou evidente também na Europa (ESTADÃO, 2012a).

Esses conflitos étnicos na Europa são destrutivos, tanto em termos econômicos quanto em termos políticos. No caso da Alemanha e da Grécia, por exemplo, os conflitos étnicos levaram os alemães a querer a Grécia fora da Zona do Euro, porém a saída grega pode causar perdas incalculáveis para a Alemanha. O termo PIIGS, por exemplo, também é outro exemplo de atos depreciativos. "Até as já gastas analogias com enfermidades, como uma eventual contaminação do Norte por causa do contágio do Sul. Os alemães pretendem ensinar aos gregos como devem viver; os gregos retrucam chamando-os de nazistas" (ESTADÃO, 2012a).

Outro caso foi a Bélgica, que em 2011 ficou mais de 300 dias com um governo "interino", devido a um desentendimento entre Valônia e o Flandres, que, mais próspero não queria subsidiar a outra metade. Os movimentos separatistas no País Basco e na Catalunha, enfraquecem mais a Espanha. E os escoceses, que acreditam que com a separação possam ter mais condições de manter o bem estar social (CARTACAPITAL, 2011). O ressurgimento dessas identidades nacionais estava sendo fortemente controlada pelas autoridades da Europa, que buscam uma identidade européia, uma maior integração dos povos europeus (ESTADÃO, 2012a).

"Assumindo que identidade nacional seja tudo aquilo que une e que é comum a um povo de uma determinada nação, como transpor esse conceito para um conjunto de países,

unidos por tratados, mas com diferentes culturas e diferente evolução econômica, política e social?" (ORNELAS, 2009, p. 1).

Se quando comparamos a identidade de diferentes comunidades de um mesmo país a tarefa não é fácil, fica ainda mais complexa, quando falamos do espaço Europeu, que congrega 27 Estados com especificidades culturais tão diversificadas (ORNELAS, 2009).

A União Européia possui símbolos como uma Bandeira, um Hino e um Dia Europeu, tal qual como cada nação. Porém, esses símbolos não são suficientes para criar um sentimento de pertença e uma consciência européia nos cidadãos, é preciso muito mais. Como a Europa caracteriza-se como um espaço crescente de integração econômica, de coordenação política, de harmonização cívica, de tolerância religiosa, de liberdade cultural e de soberania supranacional, para que o espírito europeu possa vingar, ele terá de ser "capaz de mesclar tradições, origens, valores, fidelidades, com outro resultado visível que não seja um *melting pot* de hostilidades e incompreensões" (ORNELAS, 2009, p. 3).

Há quem defenda que a identidade européia não pode ser igualada às identidades históricas clássicas dos Estados-Membros que constituem a UE.

> É uma identidade nova que assenta num conjunto de valores políticos e numa determinada consciência do mundo – não é produto da História; é, pelo contrário, um ato de vontade contra a História a partir de uma necessidade ética e, ao mesmo tempo, prática, de integração entre os países da UE. Por conseguinte, aquilo que se busca e se quer criar não pode ser o prolongamento das identidades nacionais historicamente construídas (INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS, 2006, p.1).

Por outro lado, há quem acredite que os povos não podem viver sem memória e sem identidade.

> [...] Sem Memória, não há identidade, quer se trate de indivíduos, quer de agrupamentos nacionais ou transnacionais. Se as culturas são o suporte da memória coletiva, também o são das identidades. Estas estão elaboradas no interior de uma dada comunidade. Se a cidadania está associada à política, a identidade está ligada à cultura. Uma Europa política unida não implica, por isso, necessariamente a destruição das identidades particulares, que, por inércia, resistem às mudanças.
> O que terá fundamento afirmar-se é que a criação de uma identidade européia não será seguramente consentânea com a existência de nacionalismos essencialistas, capazes de produzirem fragmentações identitárias. Os dois movimentos seriam contraditórios.
> Poderá, no entanto, haver um projeto político europeu que, ao mesmo tempo que respeite as identidades particulares e em coexistência com elas, produza uma identidade comum, na partilha dos mesmos valores e das mesmas normas [...] (FERNANDES, 2001, p. 7).

É preciso reconhecer que nem todas as culturas são compatíveis, pelo menos em certos estágios da sua evolução. Portanto, qualquer que seja o rumo seguido pela Europa, o

mesmo deve ser percorrido com tempo suficiente para que a mentalidade dos povos que compõe a União Européia se transforme de forma gradual, nas áreas sociais, políticas e econômicas. Além das transformações na mentalidade dos cidadãos, é importante a criação de um espírito e uma identidade comum a todos. Afinal, a identidade européia só fará sentindo à medida que for sendo formada uma consciência européia, onde todos os Europeus se sintam iguais, independentemente do local onde residam, e que as instituições supranacionais não são apenas fonte de receita, onde cada país tenta extrair o máximo possível para o seu próprio proveito (ORNELAS, 2009).

A Comunidade Européia do Carvão e do Aço que foi criada para evitar novos conflitos entre os Estados da Europa e a conseqüente união das economias nacionais em um mercado único que desenvolveria a Comunidade como um todo, tem sido um enorme êxito desde a sua criação em 1945. Mas a cooperação econômica não basta para o que é preciso construir atualmente, a cooperação política. A crise do euro veio mostrar que essa cooperação tem algumas limitações, que são, sobretudo, históricas e culturais (PRESSEUROP, 2012).

"É por isso que seja qual for a configuração futura da Europa política, ela deverá construir-se pela aposta na formação para a tolerância, para o respeito dos direitos inscritos na Carta dos Direitos Fundamentais e também para o espírito de unidade, a começar pelos níveis escolares mais baixos" (ORNELAS, 2009, p. 5).

A União Européia só terá uma identidade européia quando os cidadãos se identificarem com os símbolos europeus, bem como com as suas instituições e objetivos. Não se esquecendo do princípio que uniu a Europa: a manutenção da Paz (ORNELAS, 2009).

4.3 A CRIAÇÃO DO EURO

A moeda única européia foi criada no Tratado de Maastricht, de 1992, e entraria em circulação até 1999. Porém, o percurso em direção à moeda européia comum foi marcado por três importantes iniciativas: o Plano Werner, o Sistema Monetário Europeu (SME), e o Relatório Delors (OVERTVELDT, 2012).

O Plano Werner surgiu em uma reunião de cúpula em Haia, em 1969, que decidiu iniciar a elaboração do projeto de união econômica e monetária. Para o Plano Werner, a

criação de uma política econômica integrada reduziria os desequilíbrios macroeconômicos existentes entre os Estados-Membros. Visto que esses desequilíbrios "afetam direta e imediatamente o desenvolvimento da comunidade". As propostas do Relatório Werner ainda incluíam a "harmonização de competências tradicionais dos bancos centrais nacionais", como as políticas conjuntural, monetária, orçamentária, regional e de infra-estrutura. Além disso, o relatório ainda afirmava a necessidade de "um grau suficiente de harmonização tributária, um mercado de capitais efetivamente comum e diversos outros instrumentos para a obtenção do fim da convergência econômica dos países-membros" (PFETSCH, 2001, p.194,195).

Porém, a falta de vontade política dos governos nacionais em subordinar à Comunidade políticas públicas fundamentais levou ao insucesso o Plano Werner. Como em meados dos anos 1970 as propostas do Plano Werner ainda não haviam sido colocadas em prática, tomou-se a iniciativa então de criar um Sistema Monetário Europeu (SME), que foi o passo seguinte para uma política coordenada (OLIVEIRA, 2002).

O Sistema Monetário Europeu (SME) foi oficializado em 1979, com o objetivo principal de estabilizar as relações de câmbio entre as moedas européias (OLIVEIRA, 2002). O ponto principal do SME é a Unidade Monetária Européia (ECU), "uma moeda artificial que é definida a partir do peso relativo de cada moeda com relação ao PIB do respectivo país-membro". O marco alemão era considerado a moeda âncora do SME, por representar a maior parte de todas as moedas, 30% (PFETSCH, 2001, p. 197).

Além da Unidade Monetária Européia (ECU), o SME também contava com os mecanismos de intervenção e os mecanismos de crédito. Os mecanismos de intervenção funcionavam para que as moedas nacionais dos Estados-Membros flutuassem dentro dos limites fixados. "Em caráter geral, ambas são fixadas em 2,25% e em caráter especial, em 6%. Em 1993, foram ampliadas ao índice de 15%, face à conseqüência da grave crise" (OLIVEIRA, 2002, p. 333).

Os mecanismos de crédito do SME tinham a responsabilidade de facilitar a liquidez cambiária dos Estados-Membros, cujas moedas poderiam sofrer apreciações e depreciações ou se aproximar das cotações máximas e mínimas permitidas pela flutuação (OLIVEIRA, 2002). Além disso, o SME só permaneceria em funcionamento até a entrada em vigor da moeda única. Como nem todos os países poderiam aderir à união monetária, um SME adaptado continuaria em funcionamento para esses países (PFETSCH, 2001).

O Relatório Delors foi o último marco antes da celebração do Tratado de Maastricht, que foi a tradução jurídica e formal das propostas do Relatório Delors para a política monetária. Estavam previstas no Tratado três etapas, que teriam início em 1º de julho de 1990.

> A Fase Um [...] se caracterizava pela liberdade completa de movimento de capitais na Europa, pelo aumento da cooperação e da coordenação quanto à convergência e pelo trabalho preparatório para a Fase Três.
> A Fase Dois [...] incluía a constituição do Instituto Monetário Europeu (IME), precursor do Banco Central Europeu (BCE); o aumento da coordenação das políticas monetárias, por meio do IME (embora a responsabilidade pela condução da política monetária continuasse como privilégio das autoridades nacionais); a confirmação da plena independência dos bancos centrais nacionais; e mais trabalhos preparatórios para a Fase Três.
> A Fase Três [...] seria caracterizada pela fixação irrevogável de taxas de câmbio, pela introdução da moeda única e pela transferência da responsabilidade pela política monetária única ao Banco Central Europeu (BCE) (OVERTVELDT, 2012, p. 31).

Porém, antes de os Estados darem início às etapas propostas pelo Tratado, os mesmos deveriam adotar medidas para que suas respectivas aprovações fossem aceitas. O estabelecimento dessas condições de convergência para proceder à entrada em vigor da fase definitiva da União Européia foram estipulados para garantir uma convergência sustentável (OLIVEIRA, 2002, p. 343).

Os critérios de convergência, segundo Johan Van Overtveldt (2012), estão abaixo dispostos.

> Taxa de inflação que não superasse em mais de 1,5 ponto percentual a média das três taxas de inflação mais baixas entre os candidatos a participantes.
> Taxa de juros de longo prazo não superior em 2 pontos percentuais à média observada nos três países com mais baixa inflação
> Membro do Mecanismo de Taxa de Câmbio (MTC), do Sistema Monetário Europeu (SME) e ausência de desvalorização cambial nos dois anos anteriores à entrada na união.
> Déficit orçamentário do governo não mais alto que 3% do PIB; o déficit deve cair de maneira contínua e substancial e aproximar-se do padrão de 3%, ou, alternativamente, o desvio em relação aos 3% deve ser excepcional e temporário, mantendo-se próximo da meta.
> Dívida pública não superior a 60% do PIB (se for superior a 60%, a dívida pública deve diminuir o suficiente e aproximar-se de 60% em velocidade satisfatória) (OVERTVELDT, 2002, p. 32).

Entretanto, além dos benefícios, que serão discutidos a seguir, há de ser considerado o outro lado do processo, onde residem as incertezas que uma moeda única poderá provocar aos cidadãos e a sociedade. Além das incertezas quanto às conseqüências para a sociedade e para os cidadãos, existem ainda, as incertezas sobre o sucesso da adoção de moeda única (OLIVEIRA, 2002).

Para que uma união monetária possa ser considerada bem-sucedida, para todos os países-membros, os benefícios decorrentes dessa união devem ser superiores aos custos associados à perda de ferramentas políticas. Dessa forma, a teoria da Área Monetária Ótima (AMO), fornece uma lista com oito fatores necessários para o bom funcionamento de uma união monetária (OVERTVELDT, 2012, p. 55).

> *Mobilidade dos fatores de produção, especialmente trabalho.* [...] Quanto maior for a mobilidade, melhor se ajustará o sistema econômico aos choques assimétricos e menores serão os custos associados à perda de independência na condução da política monetária.
> *Flexibilidade de preços e salários.* [...] Essa flexibilidade ajuda a prevenir diferenciais inflacionários, desvantagens de custos e desemprego.
> *Semelhanças de taxas de inflação.* Quando as taxas de inflação entre os países-membros continuam baixas e semelhantes ao longo do tempo, os termos de troca entre esses países também se manterão bastante estáveis, reduzindo a necessidade de ajuste nas taxas de câmbio nominais. Diferenças nas taxas de inflação sempre resultam em desvantagens de custo para os países com inflação mais alta.
> *Grau de abertura de cada uma das economias.* Quanto mais aberta for a economia, menos úteis serão os ajustes de taxas de câmbio para corrigir choques assimétricos ou desvantagens de custos. Portanto, quanto mais aberta for a economia, menores serão as desvantagens de aderir a uma união monetária.
> *Grau de diversificação de cada uma das economias.* Países com economias mais diversificadas são menos vulneráveis a choques em setores específicos da economia e sentem com menos intensidade os efeitos dos choques assimétricos. Economias mais diversificadas são menos propensas a necessitar de ajustes na taxa de câmbio.
> *Integração Financeira.* Quando o mercado financeiro dos países-membros da união são bem integrados, pequenas diferenças nas taxas de juros levarão os fluxos de capital a amortecer os ajustes de perturbações adversas. A integração financeira também pode atenuar a necessidade de ajustes nas taxas de câmbio. Robert Mundell argumenta que a integração financeira contribui para a estabilidade de uma área monetária, por meio da formação de posições em ativos entre diferentes países e da conjugação de reservas cambiais, o que pode mitigar os efeitos de choques assimétricos.
> *Integração fiscal.* As uniões monetárias precisam de mecanismos transparentes de transferência fiscal para a redistribuição de fundos, a fim de se ajustar a choques assimétricos da maneira mais suave possível. A integração fiscal também reduz a necessidade de políticas monetárias independentes e de ajustes nas taxas de câmbio.
> *Integração Política.* A vontade política de promover a integração "fomenta a observância de compromissos conjuntos, sustenta a cooperação em várias políticas econômicas e estimula vínculos institucionais mais estreitos". [...] Obviamente, a integração política ajuda a promover a convergência política, que leva à convergência no desenvolvimento econômico (reduzindo a necessidade de recorrer a políticas monetárias autônomas) (OVERTVELDT, 2012, p. 55-57).

Há quem diga que a teoria da AMO tenha previsto o fracasso europeu. Na verdade, a mesma apenas advertiu que caso as condições não fossem ótimas, as discrepâncias entre as realidades dos países-membros levariam a união a uma ruptura. A UEM não preencheu todas as condições da AMO, adotando apenas as condições de semelhança de taxas de inflação, grau de abertura, grau de diversificação e integração financeira. Como as expectativas para com a criação do Euro eram tantas, a Europa simplesmente ignorou as críticas quanto a UEM. Para autoridades e políticos europeus, a união política e fiscal

decorreria com o tempo, como uma conseqüência da união monetária. Ou na verdade, a inclusão desses dois critérios de convergência tornaria toda a operação impossível (OVERTVELDT, 2012).

Com a criação da UEM, os discursos quanto aos benefícios e aos riscos que seriam alcançados com essa união se tornavam mais recorrentes. A adoção de uma moeda única era considerado um passo importante para o futuro da União Européia.

4.3.1 Custos e benefícios da moeda única

A unificação monetária significaria para a Europa a eliminação da última barreira relevante à livre circulação de bens e serviços, permitindo dessa forma a conclusão eficiente do Mercado Interno Europeu. A união monetária traria também benefícios inegáveis (ALVES, 2000).

O primeiro deles é a eliminação dos custos de conversão cambial, o que contribui para uma maior eficiência econômica. Além disso, o preço dos produtos seria reduzido, o que aumentaria a competitividade e manteria os níveis de inflação e juros baixos (ALVES, 2000).

Outro benefício é que os riscos cambiais deixariam de existir. Isso reduziria as incertezas e estimularia o comércio, os investimentos e a atividade econômica em geral. Isso porque a união monetária impede as desvalorizações competitivas, reduz as competições comerciais e as políticas protecionistas (OVERTVELDT, 2012).

Aderir à união monetária da Europa significaria fazer parte da segunda moeda mais forte do mercado financeiro mundial, o que por conseqüência diminuiria a dependência das economias européias das violentas flutuações do dólar americano (ALVES, 2000).

Além desses benefícios, outro ponto bastante importante da união monetária é a maior garantia oferecida aos Estados-Membros frente a uma crise. Os países pertencentes à união monetária têm acesso a mais facilidades propiciadas pelo sistema euro, como ajuda financeira para organizar suas finanças e enfrentar a crise. Porém isso só é garantido no curto prazo (OVERTVELDT, 2012).

Mas é exatamente em momentos de crise financeira que a perda dos instrumentos de política monetária e cambial fazem mais falta. Os Estados-Membros, nesse caso, ficariam apenas com as políticas fiscal e orçamental para atender a situação de crise (ALVES, 2000).

Além disso, as taxas de juros mais baixas tornaram os governos menos cuidadosos em relação aos déficits orçamentais e aos aumentos da dívida pública (OVERTVELDT, 2012).

A Grécia, por exemplo, quando da sua entrada ao Euro passou a ter uma maior visibilidade e confiança por parte dos investidores internacionais. Afinal, o país grego pertencia agora à união monetária européia e era tão digna de crédito quanto à altamente industrializada Alemanha. Entretanto, foi durante esse período que a Grécia conseguiu captar um grande volume de empréstimos e desistiu de tentar por em ordem as suas finanças, o que levou o setor público grego a se endividar como se não houvesse amanhã (ESTADÃO, 2011b).

Como é possível observar na Tabela 1, apresentada a seguir, as notas da Grécia na Agência de Risco Ficth melhoraram ao longo dos anos 2000 até 2004. O que prova, por sua vez, a confiança depositada no país grego.

Tabela 1 – Rating da Grécia no período de 2000 a 2007

Anos	Mar. 2000	Jul. 2000	Set. 2000	2001	2002	2003	Set. 2004	Dez. 2004	2007
Rating Internacional	BBB+	A-	A-	A	A	A+	A+	A	A

Fonte: Elaboração da autora baseado em Fitch, 2012.

Os gregos estavam consumindo mais, usando empréstimos baratos para isso. Eles compravam máquinas e carros alemães, o que ajudava a aumentar o PIB da Alemanha, enquanto deveriam dar introdução a reformas em seu país. “Nenhuma autoridade eleita estava disposta a reduzir a imensa burocracia do país, quase nenhuma estava interessada em pagamento da dívida, déficits comerciais ou custos trabalhistas, e pouquíssimos combatiam a corrupção, os subsídios fraudulentos e os privilégios imerecidos” (ESTADÃO, 2011b).

E foi justamente essa falta de atenção dos governos para com as suas finanças, que a crise financeira européia atingiu o estágio atual. Muito se discute sobre o desempenho da

moeda única européia, e se a união monetária trouxe de fato a estabilidade financeira para a Europa.

4.3.2 Discursos sobre o bom desempenho do Euro

O euro começou a circular em 12 países europeus no primeiro dia do ano de 2002. Cerca de 300 milhões de pessoas passaram a usar a nova moeda européia. O então presidente do Banco Central Europeu, Win Duisenberg, disse na época que o lançamento do euro "representava o nascimento de uma era para a região" (BBC BRASIL, 2002a).

Na época, moedas como o franco, o marco alemão e a lira foram abandonadas em nome de um projeto político e econômico que visava aprofundar a integração da União Européia. Hoje, dez anos depois, a moeda é usada por 332 milhões de habitantes de 17 países (ESTADÃO, 2012b)

A nova moeda foi recebida com muita festa pelos europeus na chegada do ano novo. Foram feitas filas logo após a meia-noite para que pessoas pudessem sacar as notas de euro. O então presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, disse que a moeda única seria um instrumento de estabilidade econômica e crescimento. "Hoje é um dia muito, muito especial, um grande dia para a Europa. Há poucos anos, o euro era um sonho, mas agora nós o transformamos em realidade" (BBC BRASIL, 2002a).

O sentimento era sem dúvida de euforia. Os políticos analisavam como um momento positivo e único na história da União Européia. Mas muitas pessoas estavam nervosas por não saber os efeitos práticos que a nova moeda poderia gerar (BBC BRASIL, 2001a). Como por exemplo, a inflação deixada em vários países que abandonaram as moedas nacionais. Porém, desde 1999 a inflação na zona do euro não ultrapassa a casa dos 2% (ESTADÃO, 2012b).

Ainda em 2007, com o início da crise financeira norte-americana, os discursos europeus sobre o sucesso do Euro continuavam. A Comissão Européia declarou que "o euro é o sucesso mais brilhante no processo de integração européia" (MOMBELLI, 2012). Na época o euro vivia sua maior cotação desde sua criação (UOL, 2007).

Já em 2008, quando o euro completava 10 anos de criação, e os Estados Unidos viviam o auge de sua crise financeira, os discursos quanto ao sucesso do euro continuavam. Segundo Johan Van Overtveldt (2012, p. 71), o então Ministro das Finanças da Alemanha, Peer Steinbrück, declarou em janeiro de 2008: "meu sentimento sobre o sucesso do euro é quase de euforia. É um dos maiores casos de sucesso na história da Comunidade Européia" (OVERTVELDT, 2012). Também em 2008 a Comissão Européia descreveu a união monetária nos seguintes termos:

> Sucesso retumbante... No intervalo de uma década (o euro), tornou-se, sem dúvida, a segunda moeda mais importante do mundo; trouxe estabilidade econômica; promoveu a integração econômica e financeira e gerou comércio e crescimento entre seus membros; e seu arcabouço para finanças públicas sólidas e sustentáveis ajuda a garantir que as gerações futuras continuem a se beneficiar dos sistemas sociais pelos quais, com justiça, a Europa é famosa (OVERTVELDT, 2012, p. 71).

Muitos eram os discursos sobre o sucesso atingido pelo euro nos seus 10 primeiros anos. E não foram apenas autoridades públicas que discursavam sobre o sucesso do euro. Economistas do setor privado, como Erik Nielsen, economista-chefe do Goldman Sachs na Europa, afirmou em junho de 2008 que, "até agora, o BCE, o euro e a economia da zona do euro têm todas as marcas de sucesso, inclusive... a contribuição para nível sem precedentes de estabilidade financeira" (OVERTVELDT, 2012, p. 72).

Joaquim Almunia, membro da Comissão Européia responsável por assuntos econômicos e monetários, declarou:

> O euro... acumulou reputação de solidez e de estabilidade, e trouxe benefícios estupendos para a economia européia: tanto para os cidadão quanto para as empresas... Comprovou-se que tanto as Cassandras quanto os céticos, que consideravam o euro um projeto inviável ou previam desastres, estavam errados... As vantagens econômicas da UEM são formidáveis para todos os seus membros (OVERTVELDT, 2012, p.72).

O sucesso estampado nos discursos de políticos europeus, bem como no de analistas e economistas era justificável. Afinal, a Europa conseguiu lançar o euro e no auge da crise financeira americana, em 2008, a situação européia não enfrentava grandes problemas. Sem falar que o BCE lidou com várias crises que aconteceram naquela década, como por exemplo, "o estouro da bolha pontocom, os ataques terroristas de 2001, as guerras no Iraque e no Afeganistão, o aumento acentuado do petróleo em 2008 e a evidente crise que teve início em 2007" (OVERTVELDT, 2012, p. 73).

Mas os desequilíbrios no âmbito da união monetária aumentaram gradualmente na primeira década. E nos fins de 2008, quando a recessão atacou a Europa, os mercados perceberam as situações insustentáveis que haviam se acumulado.

4.3.3 Início dos problemas da Zona do Euro

Há quem diga que a Zona do Euro foi defeituosa desde a sua criação, como por exemplo, Jacques Delors, um dos arquitetos da moeda única européia. Em entrevista ao jornal britânico "The Daily Telegraph", o ex-presidente da Comissão Européia declara que os esforços feitos pelos governos para superar a crise atual foram poucos e chegaram tarde demais. Para Delors, os erros cometidos quando o euro entrou em operação levaram à atual crise. Dos 27 países que compõe a União Européia, 20 deles estão altamente endividados e dos 16 que compartilham o Euro, cinco estão em situação muito delicada (LEME, 2010; THE DAILY TELEGRAPH, 2011).

Cinco desequilíbrios permitidos pelos países membros foram crescendo de forma gradual ao longo da última década e permitiram que a situação chegasse a esse ponto insustentável. São eles: a) grandes déficits em conta-corrente; b) grandes bolhas de ativos acompanhados por criação de crédito excessivo; c) enormes déficits públicos; d) endividamento crescente; e) perda de competitividade internacional por vários países-membros" (OVERTVELDT, 2012, p. 74).

Para Jacques Delors, os ministros de finanças não queriam enxergar nada de ruim em suas respectivas economias, o que colaborou para que a crise chegasse a essa situação (THE DAILY TELEGRAPH, 2011). Isso, porque os desequilíbrios apresentados quando interligados com outros só pioravam a condição dos Estados-Membros. A criação de crédito, por exemplo, impulsionava a inflação, que por sua vez, colaborava para o aumento salarial e comprometia a competitividade internacional (OVERTVELDT, 2012, p. 74,75).

A Grécia foi o primeiro país a declarar que o seu déficit orçamentário era muito maior do que já havia sido admitido oficialmente. O então recém-eleito primeiro-ministro da Grécia, George Papandreou, em outubro de 2009, afirmou que o governo anterior havia maquiado os números apresentados, permitindo dessa forma, que o país grego entrasse na UEM (ÉPOCA, 2011a).

Após a declaração do então primeiro-ministro grego, George Papandreou, os mercados reagiram; o Euro atingiu sua menor cotação em meses em relação ao dólar e houve muita especulação. Além disso, os governos europeus começaram a se desentender e o problema inicial da Grécia contagiou outros parceiros da zona do Euro, deixando a UE em situação extremamente delicada (LEME, 2010).

A situação da Grécia atingiu Portugal, que por sua vez, também declarou não ser capaz de honrar com seus compromissos. Apesar, de o então primeiro-ministro, José Sócrates descrever o pedido de ajuda como sendo o "último recurso", Portugal não tinha mais condições de financiar, sozinho, sua dívida pública. Isso porque Portugal sofria com uma perda de competitividade gradual, bem como um aumento dos salários. Dessa forma o crescimento econômico foi reduzido e o governo passou a encontrar dificuldades para obter a arrecadação necessária para arcar com os gastos públicos (BBC BRASIL, 2011a).

Para Schultz (2010), os problemas de Portugal são muito mais antigos e profundos. O setor agrícola do país, por exemplo, jamais atingiu o desenvolvimento necessário para ser considerado forte e é até hoje considerado ineficiente. Como a crise atual não permite que mudanças sejam realizadas, o setor, portanto, não contribuirá para que o país se recupere. O setor de turismo, por sua vez, contribuirá muito pouco. Assim como o agrícola, não é desenvolvido, mas caminha para o ser no futuro, o que também não significa uma ajuda de peso no momento atual (SCHULTZ, 2010).

O que mais preocupa a UE e os investidores internacionais em relação a Portugal é o seu fraco desempenho nos últimos anos. O país apresentou o menor crescimento do PIB entre todos os países que compõem a zona do Euro e dificilmente reverterá a situação (MILANESE, 2010b). Por causa do baixo desenvolvimento de setores importantes para a economia, como o da agricultura e turismo, anteriormente citados, Portugal apresenta perspectivas limitadas de expansão, o que faz com que as expectativas de melhora sejam quase inexistentes (NETTO, 2010a).

Já a Espanha sofreu com a chegada da crise ao continente Europeu, porque o seu setor imobiliário, que havia sido o motor da economia espanhola desde o ano 2000 e que em dez anos impulsionou a construção de mais casas no país do que na Itália, na França e na Alemanha somadas, desmoronou (CHADE, 2010b).

Pouco antes de a crise chegar à Europa e comprometer o desempenho de diversos países, a Espanha era vista praticamente como um modelo para os outros membros da UE por apresentar superávits orçamentários e possuir uma regulamentação bancária muito eficiente. Os números eram claros: em 2007 a dívida espanhola equivalia a 43% do PIB, enquanto a alemã, maior economia da Europa, 66% (KRUGMAN, 2010).

> A explosão da bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos, em 2007 e 2008, marcou o início do fim de um ciclo de ouro da Espanha. Desde o início dos anos 90, a economia espanhola vivia um período ininterrupto de expansão que transformou o país em um eldorado na Europa. Mas o peso exagerado da construção civil na economia agora expõe as fragilidades de um mercado pouco produtivo e competitivo e defasado na exploração de alta tecnologia (NETTO, 2010b).

Diante dos fatos, o país precisaria urgentemente promover a reestruturação de toda a sua economia, o que o colocava em situação mais complicada do que a de outros países da zonada do Euro. Para tanto seria preciso que o governo implantasse um regime econômico rígido que o permitisse pagar as dívidas contraídas e que colocasse o déficit público no patamar permitido (SCHULTZ, 2010).

O governo apostou na redução de 30% do número de estatais, no corte de 500 cargos executivos de empresas públicas e na eliminação de 32 postos de confiança do governo, aqueles considerados cargos de alto escalão. Além disso, a idéia era de que 24 companhias estatais passassem por um processo de fusão e de que a maioria das fundações mantidas pelo Estado seriam eliminadas, tudo para diminuir os gastos públicos e conter o déficit. Quanto aos salários do funcionalismo, os cortes anunciados foram entre 0,56% e 7%, com porcentagens um pouco maiores para cargos de diretores gerais e secretários de Estado. A soma esperada com os cortes era de €15,25 bilhões até 2011 (CHADE, 2010c; O ESTADO DE S. PAULO, 2010).

Pouco tempo depois a Espanha anunciou outro pacote, com maiores cortes nos gastos públicos. Dessa vez agregou a redução de 5% nos salários do funcionalismo, o congelamento dos mesmos até 2011, suspensão dos reajustes nas aposentadorias mais elevadas, contenção nos investimentos públicos, além de um corte de € 300 milhões em ajudas oferecidas a pessoas com alguma limitação. Com as novas medidas estimava-se que a economia seria de mais € 15 bilhões até 2011 (NETTO, 2010c; NETTO, 2010d).

Para a vice-presidente da Espanha, María Teresa Fernández de La Veja, todas as medias têm como objetivo reestruturar a máquina estatal de modo que ela se torne mais

eficiente. “Atuamos com rigor, decisão e responsabilidade. Os cortes significam mais trabalho com menos recursos humanos” (CHADE, 2010c).

Outro país atingido pela crise européia foi a Irlanda, que a partir do início dos anos 1990 era chamada de “Tigre Celta”, por causa do seu elevado ritmo de crescimento econômico, foi do *boom* ao desastre financeiro em um espaço de apenas três anos (ESTADÃO, 2010a).

No início dos anos 1990 o grande crescimento irlandês se deu, em grande parte, pela atração de multinacionais que se aproveitaram da baixa taxa de contribuição dos lucros das empresas na Irlanda (12,5%), utilizando dessa forma, o país como base de exportação para a União Européia. Com isso, o país atraiu 25% de todo investimento direto dos Estados Unidos na Europa. E as multinacionais, na sua maioria norte-americanas, eram responsáveis por 70% das exportações irlandesas. A partir de 2001o crescimento econômico baseou-se em grande parte na bolha dos preços do setor imobiliário. Os investimentos em propriedade representavam 5% da produção em 1995, mas chegaram acima dos 14% em 2008. Por volta de 2006 e 2007, a indústria de construção contribuía para 24% dos lucros da Irlanda, 19% do emprego, e 18% das receitas fiscais. Os preços das casas quadruplicaram entre 1996 e 2007 (STOREY, 2011).

Porém foi a partir de 2007 que a situação irlandesa começou a mudar. Com a crise financeira norte-americana, as multinacionais começaram a fechar as suas portas e a abandonar o país, cerca de 1500 empresas fecharam em 2009. O sistema imobiliário, por conseqüência teve uma queda bastante brusca, o preço dos imóveis caiu entre 50% e 60% em 2009 (ESTADÃO, 2010a). Com isso, mais de 170 mil postos de emprego foram fechados em um ano (LEME, 2010).

Assim como a Grécia, a Irlanda também se beneficiou da sua entrada na Zona do Euro para conseguir empréstimos internacionais. Dessa forma o crédito era oferecido com maior facilidade à população, além dos incentivos das autoridades irlandesas para o desenvolvimento de novas propriedades. A dívida das famílias cresceu de 57 bilhões de euros em 2003 para 157 bilhões em 2008. As instituições financeiras irlandesas aumentaram os seus empréstimos em 466% entre 1998 e 2007 (STOREY, 2011).

Com o acirramento da crise norte-americana, a oferta de crédito no mercado irlandês diminuiu, as finanças públicas começaram a apresentar déficit, visto que era preciso

injetar dinheiro na economia para ajudar as instituições financeiras e o desemprego cresceu (ESTADÃO, 2010a).

Depois de passar pela Grécia, Irlanda e Portugal, as turbulências econômicas chegaram à Itália. Para Gavin Hewitt, editor da BBC na Europa, "a crise italiana pode ser explicada de uma maneira simples: os mercados duvidaram que o premiê Silvio Berlusconi tivesse credibilidade para implementar as reformas que reduziriam a enorme dívida do país e gerariam crescimento" (BBC BRASIL, 2011b). A Itália tem uma das maiores dívidas pública da UE, e o tamanho da dívida não é conseqüência da crise, como no caso dos outros países, mas sim da irresponsabilidade do governo, que ignorou por muito tempo o tamanho da sua dívida (LEME, 2010).

O problema da dívida na Itália para Gavin Hewitt (2011), é que a economia do país é tão grande, em comparação com a Grécia, Irlanda e Portugal, que a zona do Euro não teria capacidade de agir. Também segundo ele, "a Itália é grande demais para falir" (BBC BRASIL, 2011b).

Em 2011, o então primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi declarou que o problema da Itália era mais de liquidez do que de insolvência. Segundo Berlusconi, a Itália seria capaz de pagar tudo o que devia e reequilibrar as contas dos setores público e privado, o que permitiria a queda no nível da dívida. O governo italiano é relativamente prudente nas suas finanças públicas, gastando menos com serviços públicos e benefícios dados aos seus cidadãos, do que o arrecadado com impostos, por isso, o único motivo que obriga o país a continuar tomando empréstimos é para pagar os juros da dívida já existente (BBC BRASIL, 2011b).

Como a crise financeira vem atingindo muitos países europeus e as suas respectivas situações financeiras e sociais vêm piorando com o decorrer do tempo, muito se debate sobre o futuro da União Européia e o que deve ser feito para que os efeitos da crise se amenizem. Entre as alternativas para o futuro da UE está a união fiscal e política.

4.3.4 A falta de união política e fiscal

Quando da criação da união monetária, duas condições da AMO, citadas anteriormente, não foram completadas. Essas condições, segundo Johan Van Overtveldt

(2012), são a integração política e a integração fiscal. Quando a crise do euro começou em 2009, essas condições não atendidas vieram subitamente para os discursos de autoridades e economistas europeus e mundiais (OVERTVELDT, 2012).

Angel Ubide, diretor de economia global da Tudor Investment Corporation, declarou em 2010: "Os líderes europeus agora precisam tomar uma decisão inequívoca: ou avançam e completam a União Econômica e Monetária, indispensável para sustentar o euro, ou aceitam o risco de a zona do euro fracassar em sua forma atual" (UBIDE, 2010 *apud* OVERTVELDT, 2012, p. 64).

Para muitas autoridades européias o caminho parece ser o de completar a União Econômica e Monetária, como por exemplo, para o primeiro-ministro da Espanha, Mariano Rajoy, que declarou em junho deste ano que "a União Européia precisa reforçar sua arquitetura. Isso significa um compromisso para criar uma nova autoridade fiscal européia, que poderia guiar a política fiscal na zona do euro, harmonizar a política fiscal dos membros e permitir um controle centralizado das finanças públicas" (O GLOBO, 2012).

Para a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, a União Européia precisa aprofundar sua união política e fiscal, mesmo que alguns países-membros se integrem mais lentamente do que outros. Para a chanceler da maior potência econômica do continente a solução para os problemas econômicos do bloco é "mais Europa", incluindo um orçamento unificado. "Precisamos de união política antes de tudo e acima de tudo" (VEJA, 2012).

Um pacto fiscal europeu foi firmado este ano, por 25 dos 27 países que integram a União Européia, e está agora em processo de ratificação pelos Parlamentos de cada membro (BBC BRASIL, 2012b). Parece que a ameaça da dívida da zona do euro em dividir o bloco econômico fez com que os representantes dos Estados-Membros europeus se reunissem para dar um grande passo em direção a uma maior união econômica e política (ESTADÃO, 2012c).

O pacto fiscal estabelece novas regras, mais rigorosas, que exigem que os governos tenham orçamentos equilibrados e incluam essas regras em suas respectivas constituições nacionais (ESTADÃO, 2012c). Além disso, um país membro apenas poderá ter autonomia sobre os recursos que podem ser cobertos por sua própria renda. Países que precisam de recursos além do que os arrecadados precisarão encaminhar suas necessidades para o grupo de ministros de Finanças da Zona do Euro, que então decidirão sobre os recursos

direcionados para cada país e emitirão títulos da zona do euro para financiar a dívida (EXAME, 2012a). O objetivo principal é tornar os governos mais disciplinados com relação às suas finanças e convencer os mercados de que os países europeus não terão mais a possibilidade de descontrole de seus gastos (BBC BRASIL, 2012b).

Para Angela Merkel, é preciso a partir de agora "transferir mais competências para a Europa, e dar à Europa mais mecanismos de controle". A primeira-ministra afirmou também que os membros da União Européia precisam melhorar sua competitividade. "Precisamos discutir como crescer, como aumentar nossa competitividade. Está claro que em muitas áreas não estamos conseguindo manter o ritmo dos nossos concorrentes internacionais. Precisamos disso não só na Grécia, mas em vários outros países que estão aquém do potencial" (ESTADÃO, 2012c).

A idéia de uma federação européia também ganhou força com o agravamento da crise financeira. Um sistema de poder centralizado e ágil, onde os países transferem grande parte de sua soberania para Bruxelas. A idéia não é nova e vem sendo defendida por teóricos e políticos a favor da Europa. Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu durante os anos em que o euro estava em processo de criação, defendeu que: "Em um mercado unificado, com uma moeda única, me parece que a Europa poderia ir em frente e criar uma federação, ou seja, um super-Estado europeu" (BBC BRASIL, 2012c).

Para Helmut Schlesinger, presidente do Banco Central alemão em 1992, é possível a idéia de existir um Estado Europeu, o que seria uma união política de fato, com uma moeda própria. "Mas aí não estamos mais falando de uma união monetária, e sim da moeda de um novo Estado" (BBC BRASIL, 2012c).

A crise na Europa já dura mais de dois anos e não há sinais de quando e, principalmente, como irá terminar. A essa altura já ficou claro que o problema não está mais restrito aos países periféricos da Europa. A crise é do Euro, o que está em jogo é a própria sobrevivência da moeda. Os benefícios econômicos de pertencer a uma união monetária são reais e numerosos. Contudo, também há custos. A UEM ainda está incompleta, no sentido de que não preenche várias condições para o funcionamento regular e eficiente de uma união monetária. A história nos ensina que a falta de uma união política efetiva, em especial, é importante obstáculo à durabilidade de uma união monetária e de sua moeda única (OVERTVELDT, 2012).

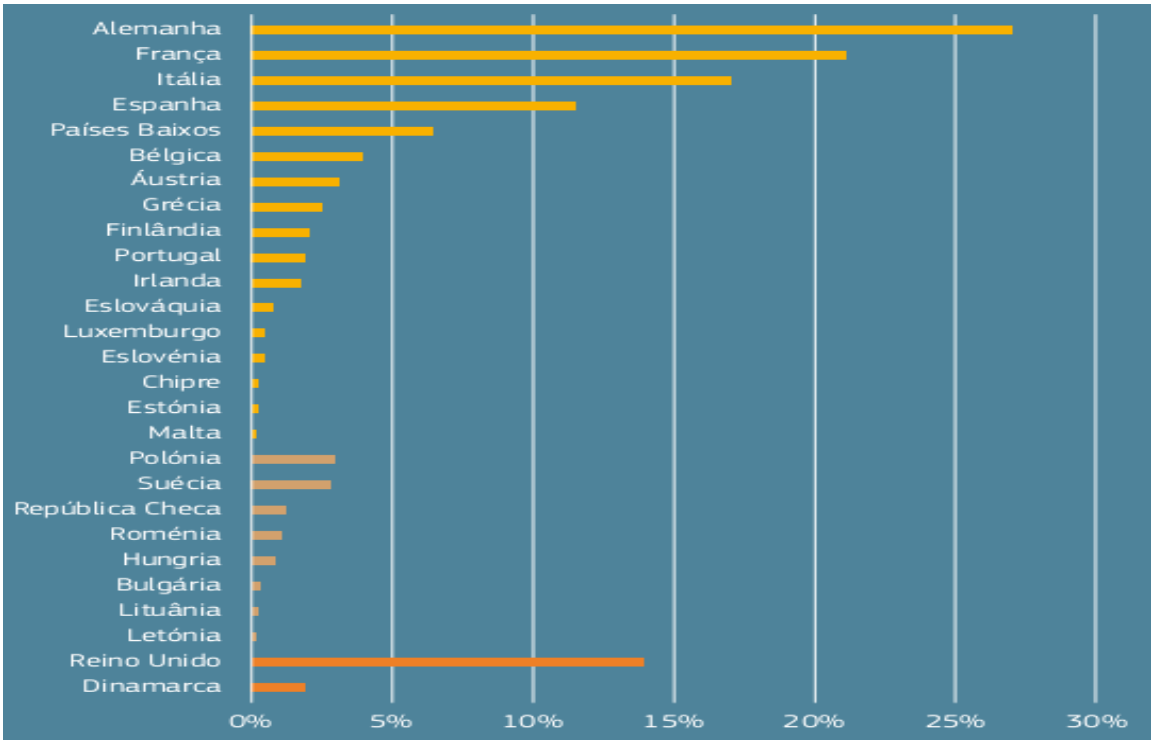
4.4 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA EUROPÉIA NO PERÍODO 2001-2011

Funcionando como um mercado único, a União Européia é uma importante potência comercial a nível mundial. A União Européia apóia o crescimento econômico sustentável através de investimentos em setores como o de transporte e energia, procurando simultaneamente minimizar o impacto do desenvolvimento econômico no meio ambiente (UNIÃO EUROPÉIA, 2012a).

A União Européia apresenta números bastante expressivos tanto na área comercial como na área corporativa e social. Das 500 maiores empresas do mundo classificadas pela sua receita em 2011, 50 têm a sua sede na UE (CNN MONEY, 2011).

Conta com uma população total de mais de 500 milhões de pessoas (EUROSTAT, 2009a), o que representa 7,3% da população mundial (VIENNA INSTITUTE OF DEMOGRAPHY, 2010). Em 2011 a UE gerou um PIB (PPC) de aproximadamente 12,649 bilhões de euros (EUROSTAT, 2012a), o que representa cerca de 20% do PIB global, medido em termos de paridade do poder de compra (IMF, 2011). No Gráfico 2 a seguir é possível observar a participação de cada país membro no total do PIB da União Européia em 2011.

Gráfico 2 - Parte de cada país no total do PIB da União Européia no ano de 2011



Fonte: Comissão Européia, (2012a).

A Alemanha é a principal economia européia, representando um pouco mais de um quarto do PIB europeu, além de ser a maior exportadora e importadora do bloco econômico, o que será apresentado a seguir. A Alemanha é seguida pela França, Itália e Espanha, todas as três economias pertencentes à Zona do Euro. A quinta maior economia da União Européia é o Reino Unido. Na Tabela 2 a seguir é possível observar um histórico do PIB europeu desde 2001 até o ano de 2011.

Tabela 2 – PIB e PIB per capita da União Européia no período de 2001 a 2011

ANO	PIB (milhões €)	PIB per capita (PPC)(€)
2001	9,583,912.70	19,800
2002	9,935,139.00	23,100
2003	10,104,053.30	20,700
2004	10,605,774.70	21,700
2005	11,072,170.80	22,500
2006	11,701,008.10	23,700
2007	12,406,198.50	25,000
2008	12,471,996.40	25,000
2009	11,754,740.00	23,500
2010	12,278,344.40	24,500
2011	12,649,785.30	25,200

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012a); Eurostat (2012b).

A baixa ocorrida no PIB europeu no ano de 2009 foi conseqüência da recessão americana em 2007. No ano de 2008, as bolsas européias e o próprio PIB começavam a apresentar problemas. Em janeiro de 2008 as ações européias tiveram sua maior queda desde os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos (ESTADÃO, 2008c). Além da queda nas bolsas européias, o PIB europeu caiu 0,2% no segundo trimestre de 2008, marcando a primeira queda desde o início da série histórica em 1995. A queda do PIB europeu confirmava as expectativas de que a desaceleração iniciada nos Estados Unidos se espalharia pelas principais economias do globo (ESTADÃO, 2008d).

Com o início dos problemas na União Européia, os governos começaram a apresentar medidas para melhorar a economia dos países atingidos pela recessão. Em agosto de 2008 o Ministério da Economia da Espanha, por exemplo, anunciou um pacote de reformas econômicas a serem implantadas entre 2008 e 2010, com o objetivo de estimular o

crescimento. As medidas anunciadas incluíam 24 iniciativas nas áreas de moradia, transporte, energia e telecomunicação. Além do pacote de reformas, o governo injetaria 20 bilhões de euros entre os anos de 2009 e 2010 para aliviar os devedores de hipotecas e ajudar no financiamento de pequenas e médias empresas. O Imposto sobre riqueza seria eliminado e haveria uma redução no imposto de renda para pessoas físicas (ESTADÃO, 2008d).

Em outubro de 2008 a situação européia só piorava. Com a confirmação britânica de uma recessão na economia de 0,5%, as bolsas européias enfrentaram forte queda. Em 24 de outubro a bolsa de Paris recuou 8,26% (ESTADÃO, 2008e).

Na Tabela 3 a seguir é demonstrado um histórico do crescimento do PIB da União Européia. A taxa de crescimento do PIB europeu ao longo dos anos demonstrou ser na maior parte das vezes positiva, e teve uma pequena queda em 2009, quando teve um crescimento negativo.

Tabela 3 – Crescimento do PIB da União Européia no período de 2001 a 2011

Ano	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Cresc. PIB (em %)	2,1	1,3	1,5	2,5	2,1	3,3	3,2	0,3	(-)4,3	2,0	1,5

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012c).

Essa queda no crescimento do PIB em 2009 representou a maior retração da Zona do Euro desde o estabelecimento da moeda única européia. O Produto Interno Bruto dos 16 países pertencentes à Zona do Euro caiu 1,5% no último trimestre de 2008. A Alemanha, por exemplo, registrou a pior retração da economia desde a adoção do euro, menos 2,1%. A queda do PIB francês foi de 1,2%, o pior resultado desde a crise do petróleo em 1973. A Itália registrou uma queda de 1,8% no PIB e a Holanda uma queda de 0,9% no último trimestre de 2008 (ESTADÃO, 2009a).

Em 2009 a queda no PIB dos países pertencentes à Zona do Euro continuava a acontecer, e os números eram cada vez maiores. O PIB da Alemanha teve contração de 3,8% no primeiro trimestre de 2009. Na França, a economia contraiu 1,2% no período entre janeiro e março de 2009 em relação aos últimos três meses de 2008. A conseqüência principal da contração francesa foi a forte desaceleração dos investimentos e das exportações (ESTADÃO, 2009b).

A Europa apresentou em agosto de 2009 algumas melhoras, como expansão da produção industrial e aumento nos preços do setor imobiliário, o que foi suficiente para as economias européias acreditarem que a crise estaria perdendo força. Mas uma recuperação completa ainda seria lenta e incerta. Para os mais cautelosos, os dados positivos não significavam nem que os problemas tinham acabado e nem que havia provas de uma retomada sustentável. Na verdade, por mais que as quedas nas taxas de crescimento não continuassem a acontecer, a Europa ainda levaria vários meses para encontrar um crescimento sustentável (ESTADÃO, 2009c).

Foi como conseqüência das quedas no PIB das economias européias, que também a partir de 2009 outros índices, como o do desemprego, começaram a subir. Os níveis de desemprego na União Européia desde 2001 podem ser observados na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Desemprego na União Européia no período de 2001 a 2011

Ano	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Desemprego (em %)	8,5	8,9	9,0	9,1	9,0	8,2	7,2	7,1	9,0	9,7	9,7

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012d).

Na Espanha, por exemplo, o desemprego passou a ser a principal preocupação no final de 2008. Em outubro, 1.250 pessoas, em média, eram demitidas diariamente e apenas nos últimos dois meses do mesmo ano, 80% do total de empregos criados em 2007 já tinham sido eliminados. No total, o país já tinha 2,6 milhões de desempregados, o que representava 11% da população ativa. Com esses números a Espanha se tornava o país com o maior índice de desemprego e a pior perspectiva para 2009. Uma das principais conseqüências para o alto nível de desemprego foi a crise que atingiu o setor de construção civil espanhol, setor esse responsável por empregar 20% da população ativa e representar quase 18% do PIB espanhol (ESTADÃO, 2008f).

O Reino Unido divulgou no início de novembro de 2008 o pior aumento do desemprego em 16 anos. Foram 1,5 mil novos desempregados por dia, entre os meses de agosto e outubro. A taxa de desemprego britânica alcançou 5,8% em 2008. Na França mais de 1,2 mil pessoas eram demitidas por dia em 2008, chegando a uma margem de 7,7% de desemprego. E na Alemanha a taxa de desemprego chegou a 7,1% (ESTADÃO, 2008g).

Em 2010 a Espanha era o país com a maior taxa de desemprego, 20% da população ativa, o que representava mais de 4,5 milhões de pessoas. A Alemanha foi o único país europeu que anunciou uma queda nos níveis de desemprego em 2010, diminuindo de 7,4% para 7,3% (ESTADÃO, 2010b).

No ano passado a Itália representava o maior índice de jovens inativos, onde um em cada cinco jovens não estava trabalhando nem estudando, o que representa 21,9% da população entre 15 e 29 anos. Mas o problema italiano é ainda mais grave, o país gasta menos do que outros países europeus em educação. Em 2008, o país investiu apenas 4,6% do PIB em educação, quando a média no restante da União Européia é de 5,2%. Além disso, menos de 20% dos italianos na casa dos 30 anos têm diploma universitário (ESTADÃO, 2011c).

Além de níveis como o crescimento do PIB e desemprego, a UE também apresenta problemas com o seu déficit orçamental, sua dívida pública e a inflação. Todos esses elementos combinados levam o bloco econômico a uma situação bastante complicada.

Através da Tabela 5, que será apresentada a seguir, é possível perceber que a União Européia sempre apresentou problemas com o seu orçamento, gastando mais do que arrecada. O Tratado de Maastrich, por exemplo, que estabelece um limite de dívida pública em porcentagem do PIB de no máximo 60%, não é respeitado.

O que antes era uma crise financeira dos países periféricos, agora, é uma crise financeira de países centrais como a França, por exemplo, que apresentou 81,7% de dívida pública em relação ao PIB em 2010. A Alemanha apresentou 83,2% do PIB, a Holanda 62,7%, a Áustria 72,3% e a Hungria 80,2% de dívida pública em relação ao PIB, também em 2010 (EUROINDICATORS, 2011).

Tabela 5 – Déficit Orçamental e Dívida Pública da União Européia no período de 2001 a 2011

Ano	Déficit Orçamental	% do PIB	Dívida Pública	% do PIB
2001	-142.704	(-) 1,5	5.852.262	61,0
2002	-255.556	(-)2,6	6.010.238	60,4
2003	-320.053	(-)3,2	6.262.348	61,9
2004	-303.091	(-)2,9	6.614.540	62,3
2005	-271.356	(-)2,5	6.960.618	62,9
2006	-172.259	(-)1,5	7.210.108	61,6
2007	-109.197	(-)0,9	7.315.207	59,0
2008	-302.270	(-)2,4	7.789.711	62,5
2009	-808.643	(-)6,9	8.777.601	74,8
2010	-802.310	(-)6,5	9.811.659	80,0
2011	-565.116	(-)4,5	10.421.987	82,5

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012e); Eurostat (2012f).

Dos 27 países pertencentes à União Européia em 2011, 14 contavam com uma dívida pública maior do que os 60% permitidos. Entre os países endividados em até 80% do PIB está a Áustria (72,2%), os Países Baixos (65,2%), Malta (72%), Chipre (71,6), Espanha (68,5) e Hungria (80,6%). Já a Zona do Euro, que conta com 17 países integrantes, apenas cinco, tiveram suas dívidas públicas em nível mais baixo do que o aceito em 2011. Entre eles está a Estônia (6%), a Eslováquia (43,3%), a Finlândia (48,6%), a Eslovênia (47,6%) e Luxemburgo (18,2%) (BMEP, 2012).

Entre os países pertencentes à União Européia em 2011, com dívidas públicas acima de 80% do PIB, está a Bélgica (98%), a Alemanha (81,2%) e Reino Unido (86,8%). Os países em situação extrema, ou seja, dívida pública acima de 100% do PIB está a Irlanda (108,2%), a Grécia (165,3%), a Itália (120,1%) e Portugal (107,8%) (BMEP, 2012).

Para alguns governos europeus, como o da Alemanha e da França, existe uma importância muito grande em se diminuir o endividamento público através de medidas de austeridade. No entanto, para alguns, essas políticas de austeridade promovidas pelos governos e instituições como o banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, são ineficazes. Na verdade, essas medidas causam um efeito contrário. A redução de gastos, a diminuição dos salários e das aposentadorias leva a uma retração do consumo. Dessa forma,

as empresas se vêem forçadas a reduzir sua produção e cortar salários, além de demitir seus funcionários. Como conseqüência, as receitas fiscais dos Estados diminuem, enquanto seus gastos para compensar os efeitos do desemprego aumentam, criando dessa forma um interminável circulo vicioso (LAMRANI, 2012).

Através da Tabela 6 apresentada a seguir, é possível observar que as taxas de inflação da União Européia são baixas e constantes, ficando geralmente na casa dos 2%.

Tabela 6 – Inflação na União Européia no período de 2001 a 2011

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INFLAÇÃO (em %)	2,7	2,2	2,0	2,1	2,1	2,1	2,3	3,4	1,0	2,1	3,1

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012g).

A inflação européia mantém-se estável por conseqüência de vários fatores, entre eles as exigências do Tratado da União Européia, que estipula regras orçamentais e a política monetária do Banco Central Europeu (COMISSÃO EUROPÉIA, 2012b).

> As décadas antes da introdução do euro caracterizaram-se por uma inflação elevada e volátil, custos de obtenção de crédito elevados e criação de emprego relativamente baixa. Esta é a razão por que um dos objetivos primordiais da União Européia e dos seus Estados-Membros é manter a inflação baixa e estável (COMISSÃO EUROPÉIA, 2012c).

Entre os países que mantém uma taxa de inflação abaixo dos 2% está a Suécia (1,4%) e a Irlanda (1,2%). Dos 27 Estados-Membros da União Européia, 16 deles têm uma taxa de inflação acima do permitido, ou seja, inflação maior que 3%. Entre os países com maior taxa de inflação está a Eslováquia (4,1%), a Estônia (5,1%), o Reino Unido (4,5%) e a Romênia (5,8%) (EUROSTAT, 2012g).

Na tabela 7 a seguir, é possível observar o saldo da balança de pagamentos da União Européia ao longo dos anos de 2001 a 2011.

Tabela 7 – Balança de Pagamentos da União Européia no período de 2001 a 2011

Ano	Balança de pagamentos (milhões de euros)
2001	(-)93,837
2002	(-)16,248
2003	(-)30,849
2004	(-)37,209
2005	(-)87,912
2006	(-)146,610
2007	(-)128,974
2008	(-)261,080
20 09	(-)80,070
2010	(-)61,890
2011	(-)39,509

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012h).

Os saldos da balança de pagamento da União Européia são importantes para compreender a atual crise. Isso, porque o problema dos déficits na balança de pagamento piorou com o início da crise em 2008, quando houve grandes interrupções de capital privado. Essas interrupções nos fluxos privados ocorreram, principalmente, durante a crise mundial de 2008, afetando a Grécia e a Irlanda. O problema da Irlanda, por exemplo, foi além de simples interrupções. Na verdade, o país sofreu com uma grande fuga de capitais. Conseqüentemente o nível de atividade caiu e a posição fiscal piorou drasticamente (WOLF, 2012).

Para melhorar os saldos de suas respectivas balanças, os países devem resolver seus problemas estruturais. Nesse caso precisam reduzir sua demanda doméstica, tornar-se mais competitivos e aumentar suas exportações (WOLF, 2012).

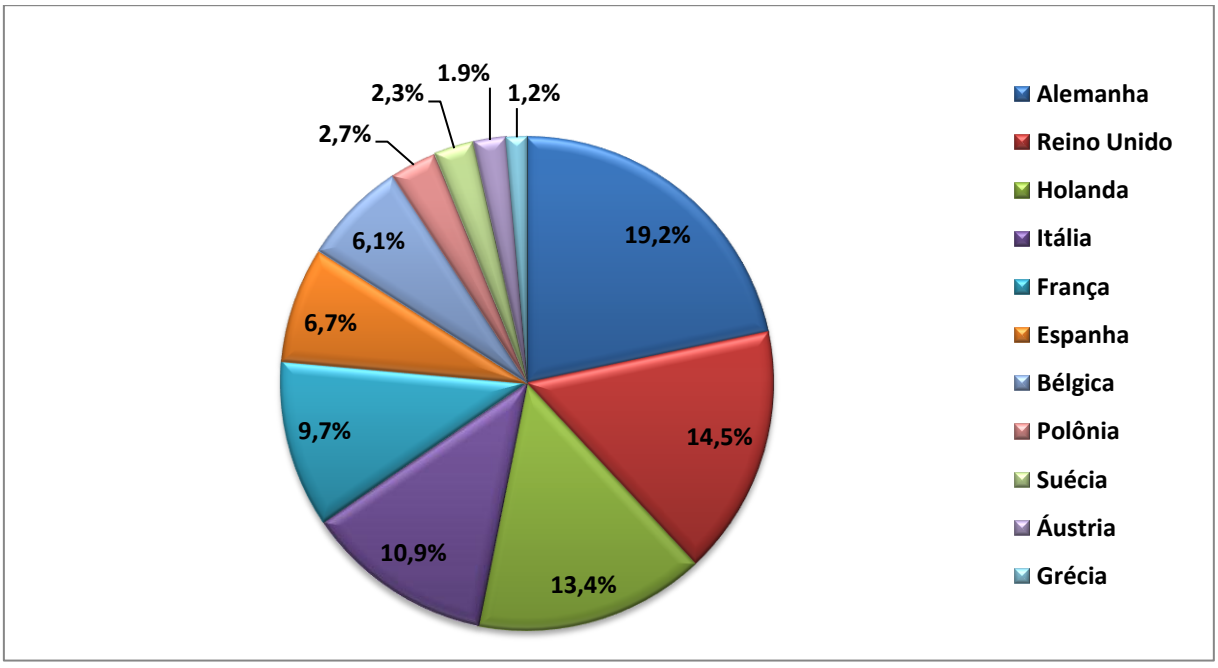
4.4.1 Comércio Exterior

O bloco econômico europeu corresponde com cerca de 20% do volume mundial das exportações e importações. A UE é o principal exportador e o segundo maior importador do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (COMISSÃO EUROPÉIA, 2007).

A União Européia compra e vende, sobretudo, produtos manufaturados, os quais representam 90% das suas exportações e cerca de três quartos das suas importações. As máquinas e os equipamentos de transporte equivalem a mais de 44% das exportações e de 30% das importações. Após as máquinas e os equipamentos de transporte, estão os produtos químicos e a energia, seguidos pelos produtos alimentícios e as matérias-primas, que representam um pouco mais de 5% das exportações e de 5,3% das importações (EUROSTAT, 2012i; EUROSTAT, 2012j).

A Alemanha, como a maior economia européia, detém o maior *market share* sobre a importação total da União Européia. No Gráfico 3, a seguir, é possível observar a participação das principais economias no total de importação em 2011. A Grécia é a 14ª economia mais importadora da União Européia, junto com a Dinamarca (EUROSTAT, 2012k).

Gráfico 3 – Market share europeu para importação em 2011



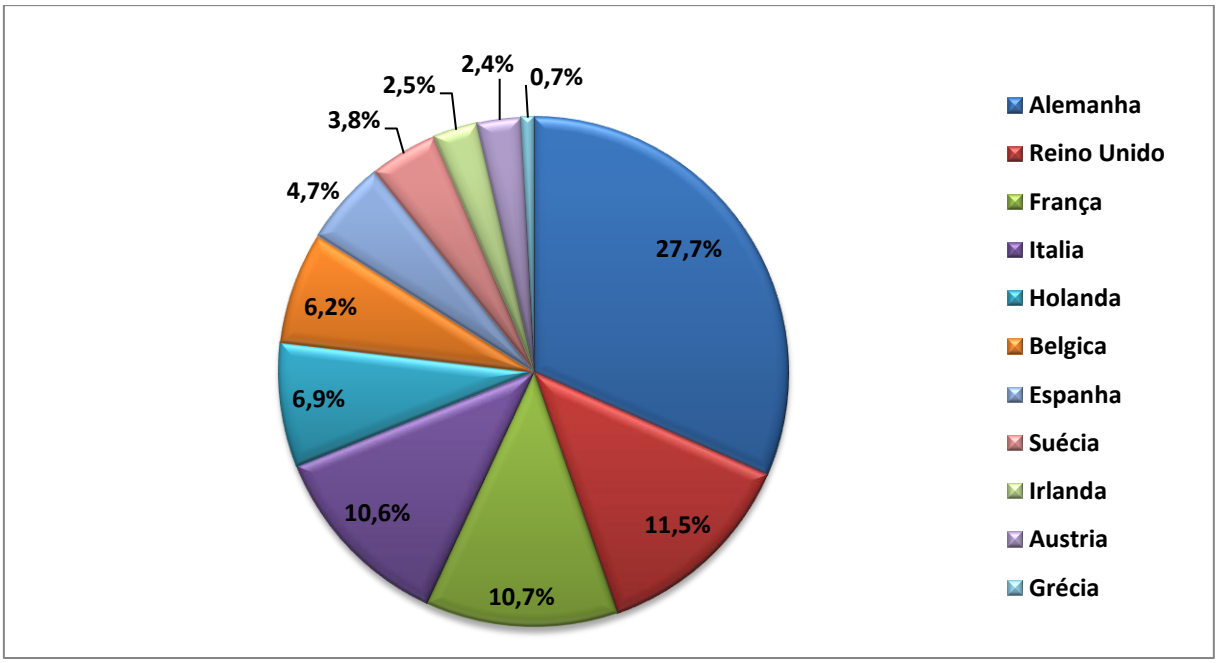
Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012k).

Os principais produtos importados pela União Européia em 2011 foram combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados (28,5%), máquinas e equipamentos de transporte (25,7%), produtos químicos (8,9%), produtos alimentares e bebidas (5,3%), matéria-prima (5,0%) e outros (26,5%) (EUROSTAT, 2012i).

Já quanto a exportação, os principais produtos exportados pela UE em 2011 foram máquinas e equipamentos de transporte (41,8%), produtos químicos (16,3%), combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados (6,4%), produtos alimentares e bebidas (5,7%), matéria-prima (2,9%) e outros (26,9%) (EUROSTAT, 2012j).

No Gráfico 4 abaixo é possível observar o *market share* da exportação européia no ano de 2011, onde a Alemanha também ocupa a primeira posição e a Grécia, juntamente com Portugal, ocupa a 17ª posição (EUROSTAT, 2012l).

Gráfico 4 – Market share europeu para exportação em 2011



Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012l).

O que acontece com a União Européia, também acontece com os Estados Unidos, ou seja, o bloco econômico importa mais do que exporta, o que faz com que a balança comercial do bloco como um todo seja negativa. Basta dar uma olhada no histórico dos resultados da balança comercial, apresentados na Tabela 8 abaixo, para percebemos que o saldo das importações é constantemente maior que o saldo das exportações.

Tabela 8 – Balança comercial da União Européia no período 2001 a 2011 (em milhões de dólares)

Ano	Exportação Produtos	Importação Produtos	Exportação Serviços	Importação Serviços	Saldo
2001	6,118,895,777	6,312,854,542	1,538,136,192	1,554,791,808	-210,614,381
2002	6,419,988,805	6,589,884,915	1,624,786,560	1,625,941,376	-171,050,926
2003	7,470,793,652	7,663,709,822	1,890,152,064	1,864,386,048	-167,150,154
2004	9,100,715,794	9,417,882,589	3,387,997,184	3,220,782,848	-149,952,459
2005	10,388,365,984	10,642,107,809	3,773,592,832	3,584,280,576	-64,429,569
2006	12,042,911,488	12,269,556,992	4,261,896,960	3,995,801,600	39,449,856
2007	13,919,589,716	14,150,390,961	5,143,979,008	4,758,987,264	154,190,499
2008	16,077,386,455	16,470,600,763	5,758,156,288	5,394,610,176	-29,668,196
2009	12,394,451,263	12,645,164,321	3,541,082,112	3,437,650,176	-147,281,122
2010	15,113,947,126	15,407,022,717	4,154,650,112	3,882,248,960	-20,674,439
2011	17,579,205,293	17,818,202,532	4,096,098,560	3,708,724,992	148,376,329

Fonte: Elaboração da autora baseado em Trademap, (2012a); Trademap, (2012b); Trademap, (2012c); Trademap, (2012d).

O problema do déficit na balança comercial é apenas um dos diversos problemas enfrentados pela União Européia. Além de uma balança comercial deficitária, existe uma dívida pública crescente e um alto endividamento privado. O resultado só pode ser a contração do PIB, com as conseqüentes falências e desemprego (PROPHETARUM, 2008).

Os principais parceiros comerciais da União Européia são os Estados Unidos, a China e a Suíça, os três países ocupam as primeiras colocações nos quadros de exportações e importações européias. Nas Tabelas 9 e 10 a seguir é possível observar os cinco principais parceiros de importação e exportação da União Européia.

Tabela 9 – Market Share dos parceiros de exportação da União Européia

País	2001	2005	2010	2011
Estados Unidos	27,8%	23,7%	17,9%	16,8%
Suiça	8,6%	8,2%	8,1%	9,0%
China	3,5%	4,9%	8,3%	8,8%
Rússia	3,6%	5,4%	6,3%	7,0%
Noruega	3,1%	3,2%	3,1%	3,0%

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012l).

Tabela 10 – Market Share dos parceiros de importação da União Européia

País	2001	2005	2010	2011
China	8,4%	13,5%	18,5%	17,1%
EUA	20,8%	13,4%	11,3%	11,1%
Rússia	6,7%	9,5%	10,5%	11,7%
Suiça	6,5%	5,6%	5,6%	5,3%
Noruega	4,7%	5,7%	5,2%	5,5%

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012k).

Em termos econômicos, comerciais e monetários, a União Européia já atingiu o estatuto de grande potência mundial. A UE exerce uma influência considerável em organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio e os organismos especializados da Organização das Nações Unidas, bem como em conferências mundiais sobre o ambiente e o desenvolvimento.

Porém, a União Européia e os seus Estados-Membros têm ainda um longo caminho a percorrer, em termos diplomáticos e políticos. Dessa forma, se torna inevitável refletir sobre a necessidade de novos avanços, onde não é necessário apenas ultrapassar algumas questões já levantadas, como a falta de uma identidade européia, mas também é preciso responder a novos desafios, "sob pena de acentuação de debilidades e fragilidades do edifício comum europeu" (ALVES, 2008, p. 18).

A seguir será demonstrada uma breve caracterização da economia grega, onde serão discutidas questões sobre o comércio internacional da Grécia, bem como suas principais características econômicas.

5 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA GREGA NO PERÍODO 2001 - 2011

A Grécia está situada no sudeste da Europa, próximo a Ásia e a África. O seu território inclui mais de 2000 ilhas, das quais apenas 165 são habitadas. Em 2011 o total da população grega era de 11,3 milhões de habitantes. A sua capital Atenas, é a cidade mais populosa do país (EUROSTAT, 2012m; UNIÃO EUROPÉIA, 2012b).

O país grego é membro da União Européia desde 1981, membro da União Econômica e Monetária da União Européia desde 2001, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1952, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1961, da União da Europa Ocidental (UEO) desde 1995, e membro fundador da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro (OCEMN) e membro da Agência Espacial Européia (AEE) desde 2005 (CAMPOS, 2011).

O legado grego é bastante abrangente, afinal, o país é um dos berços da civilização européia. É também o berço de nascimento da democracia, da filosofia, da medicina, dos Jogos Olímpicos, da literatura e da historiografia, bem como da ciência política, e dos mais importantes princípios matemáticos. É também o berço de nascimento do teatro ocidental, incluindo os gêneros do drama, tragédia e o da comédia. As cidades-Estado gregas foram pioneiras do desenvolvimento das formas de governo democrático. O patrimônio histórico e cultural da Grécia continua a repercutir no mundo moderno nos campos da literatura, arte, filosofia e política (CASELANI, 2011).

Werner Jaeger, intelectual alemão, em seu livro Paidéia (1995), afirma que “não é possível descrever em poucas palavras a posição revolucionária da Grécia na história da educação humana”. Paidéia, palavra que deu origem ao título de seu livro, representa o legado deixado de uma geração para outra na sociedade (JAEGER, 1995, p.7).

Apesar de as heranças deixadas pelo país grego terem grande importância para a formação das sociedades ocidentais, a Grécia antes dos acontecimentos de 2009 não era um país em destaque no cenário internacional e, de certa forma, não apresentava riscos para o mercado financeiro mundial. Só se falava na Grécia quando dos integrantes da União Européia ou em conflitos com a sua vizinha Turquia. A agência de *ratings* Fitch, por exemplo, coloca a Grécia atualmente como sendo uma economia com nota CCC, ou seja, a

nota mais baixa que um país poderia ter. Porém, anteriormente, em 2007, a nota da Grécia chegou a alcançar a nota A, considerada bastante positiva (FITCH, 2012).

A Grécia é um país desenvolvido, tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante elevado se comparado com países como o Brasil, por exemplo. Em 2005 ficou 22º lugar no ranking das Nações Unidas, que considera o país grego "muito elevado". Em 2007 ficou em 25º lugar e em 2011 caiu para a 29ª colocação (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMM, 2011).

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) grego foi constante desde o início dos anos 90. Porém, foi a partir de 2009 que os valores do PIB começaram a apresentar uma queda. Na Tabela 11, a seguir, será apresentado o PIB e o PIB per capita anual da Grécia no período de 2001 a 2011.

Tabela 11 – PIB e PIB per capita da Grécia no período de 2001 a 2011

ANO	PIB (milhões US$)	PIB per capita (US$)
2001	129,841	11,858
2002	146,050	13,292
2003	192,850	17,494
2004	227,950	20,607
2005	240,075	21,621
2006	262,052	23,506
2007	304,899	27,241
2008	341,187	30,363
2009	321,795	28,521
2010	299,102	26,433
2011	298,733	26,427

Fonte: Elaboração da autora baseado em The World Bank, (2012a); The World Bank (2012b).

Assim como os outros países da União Européia, a Grécia também enfrentou problemas com o seu PIB quando da recessão americana em 2007 devido à crise financeira. Em 2008, por exemplo, o PIB grego caiu 2,5% no terceiro trimestre e 2,6% no quarto trimestre, fechando o ano com um crescimento de (-) 0,2% do PIB (ESTADÃO, 2010c).

Enquanto outros países da União Européia, como Alemanha e França, apresentavam crescimento depois de cinco trimestres em retração, a Grécia continuava a decrescer. No terceiro trimestre de 2009 o PIB da Grécia cresceu (-) 0,3% (ESTADÃO, 2009d). Em 2009 a economia grega teve uma contração de 2%. Um resultado pior do que as estimativas do governo, que previam uma contração de apenas 1,5% (ESTADÃO, 2010c).

Na verdade, a atividade econômica na Grécia já vinha desacelerando desde o início de 2008, quando a economia grega cresceu apenas 2,9%, depois de ter registrado um crescimento de 4% em 2007 (ESTADÃO, 2010c).

Em 2011, o PIB grego caiu 5% no terceiro trimestre e 7% no quarto, quando comparado com o ano anterior. É o sétimo trimestre seguido de queda, o sexto com crescimento negativo superior a 4,5%. Como conseqüência para essas freqüentes quedas do PIB está a adoção de medidas de austeridade. Com demissões de funcionários, redução do salário mínino, taxas de impostos mais altas, assim como novas taxas de propriedade e renda, os gastos dos consumidores foram reduzidos, o que atingiu a demanda econômica (ÉPOCA, 2012a).

O país sofre com graves problemas há muitos anos como o aumento do nível de desemprego, a ineficiência burocrática, evasão fiscal e a corrupção. Na Tabela 12 apresentada a seguir é possível observar que o Produto Interno Bruto (PIB) grego começou a cair após a crise americana em 2007, apresentando, portanto, seus primeiros resultados negativos em 2008. Mas foi após o anúncio da crise pelo Estado grego em 2009 que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) piorou.

Tabela 12 – Crescimento do PIB grego no período de 2001 a 2011

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TAXA (em %)	4,2	3,4	5,9	4,4	2,3	5,5	3,0	(-) 0,2	(-) 3,3	(-) 3,5	(-) 6,9

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012m).

Foi também a partir de 2009 que outros índices, como o do desemprego, começaram a subir drasticamente. Em 2009, o percentual total de desempregados entre os 15 e 25 anos era de 25,8%, segundo dados da Eurostat (EUROSTAT, 2012n). Além da alta taxa de desemprego entre os jovens trabalhadores, havia outro problema, o dos baixos salários. Os jovens recebiam salários de 700 euros por mês, o que representava na época, cerca de US$

940 dólares, e não era suficiente para suprir as necessidades de seus lares e famílias (ESTADÃO, 2007b). Os níveis de desemprego na sociedade grega desde 2001 podem ser observados na Tabela 13 abaixo.

Tabela 13 – Taxa de desemprego na Grécia no período de 2001 a 2011

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TAXA (em %)	10,7	10,3	9,7	10,5	9,9	8,9	8,3	7,7	9,5	12,6	17,7

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012o).

O problema do desemprego na Grécia não é atual, na verdade, como é possível observar na Tabela 13 acima, a Grécia apresenta taxas de desemprego bastante altas desde 2001. Em 2007, por exemplo, o país grego apresentou taxas de desemprego maiores que a média da União Européia, que na época era de 7,7%. Em 2006, a taxa de 8,9% foi a menor taxa de desemprego apresentada pela Grécia desde 1998 (ESTADÃO, 2007b).

No terceiro trimestre de 2008 a taxa de desemprego grega era de 7,5%, um pouco abaixo da média de desemprego entre os países da Zona do Euro, que no mesmo período era de 7,8%. A Grécia fechou 2008 com uma porcentagem de desemprego de 7,7% (ÉPOCA, 2009a).

Em 2009 o desemprego na Grécia teve a maior alta em pelo menos 11 anos. No último trimestre de 2009 o desemprego alcançou a marca de 10,3%, contra 7,9% do ano anterior. Em trimestres, foi o maior nível desde 2005. O número de pessoas desempregadas na Grécia no ano de 2009 chegou a cerca de 514 mil pessoas, o que representava 31% a mais que em 2008 (ESTADÃO, 2010d).

O constante aumento do desemprego se somou com a insatisfação popular com a crise econômica e a corrupção, gerando a pior onda de protestos no país nas últimas décadas. A Grécia enfrentou em 2009 muitos protestos e paralisações contra a política econômica do governo conservador atuante na época. Estudantes, funcionários civis, bancários, enfermeiros, professores e até mesmo a Confederação de Trabalhadores da Grécia, se uniram em protestos contra a situação econômica do país (ESTADÃO, 2008h).

No mês de setembro de 2010 a taxa de desemprego na Grécia alcançou 12,9% (ÉPOCA, 2011b). O último trimestre do ano foi marcado por uma queda de 0,7% na taxa de

desemprego na Grécia, fechando o ano com uma taxa de 12,6%. Apesar da queda no último trimestre, a taxa de desemprego em 2010 foi maior que a de 2009 (ÉPOCA, 2010a).

O ano de 2011 não apresentou nenhuma melhora nas taxas de desemprego. Em fevereiro as taxas de desemprego alcançaram 15,9%, contra 15,1% em janeiro. Os jovens eram os mais atingidos pela recessão, 40,4% das pessoas com idade entre 15 e 24 anos estavam sem emprego em fevereiro, contra 32% do mesmo período no ano anterior (ÉPOCA, 2011c). Em março o desemprego aumento para 16,2%, aumentando também o nível das mulheres desempregadas, que subiu para 19,5% em março, contra 15,% no mesmo período de 2010 (ÉPOCA, 2011d).

Os sucessivos aumentos nas taxas de desemprego levaram a novas manifestações na Grécia em junho de 2011 (ÉPOCA, 2011e). Apesar das manifestações contra as novas medidas de austeridade do governo grego, o desemprego aumento novamente em julho, alcançando 17,6% (ÉPOCA, 2011f). A taxa de desemprego para mulheres foi de 21,5% no período de julho a setembro, em comparação com 15% para os homens (ÉPOCA, 2011g).

Se por um lado o boom econômico na Grécia fez muitas fortunas, por outro, trouxe também muitos problemas, como por exemplo, deixar um quinto da população abaixo da linha da pobreza, mesmo antes da crise econômica começar a afetar os mercados globais (ESTADÃO, 2008i). No primeiro semestre de 2011, 12,9% das famílias gregas, cerca de 500 mil pessoas, não dispunham de nenhum tipo de renda, seja salarial ou assistencial. Isso aconteceu porque que a maioria dos desempregados já estavam parados a mais de um ano, e o seguro desemprego na Grécia dura, no máximo, nove meses (ÉPOCA, 2011h).

Além de níveis como o crescimento do PIB e desemprego, a Grécia também apresentou problemas com o seu déficit orçamental, sua dívida pública e a inflação. Todos esses elementos combinados levaram a Grécia ao pedido de resgate.

Através das Tabelas 14 e 15, que serão apresentadas a seguir, é possível perceber que a Grécia sempre apresentou problemas com o seu orçamento, pois o país sempre gastou mais do que recebia, ou seja, os impostos arrecadados pelo Estado grego não eram suficientes para pagar os gastos, por exemplo, com os serviços públicos, como a saúde e a educação. Nesse caso o país recorria sempre ao crédito, o que foi elevando cada vez mais o endividamento público grego, que chegou ao seu limite (EUROINDICATORS, 2011).

Tabela 14 – Déficit orçamental grego no período de 2001 a 2011

Ano	Déficit Orçamental	% do PIB
2001	-6.542	(-)4,5
2002	-7.465	(-)4,8
2003	-9.633	(-)6,2
2004	-13.379	(-)7,9
2005	-9.932	(-)5,5
2006	-5.115	(-)2,6
2007	-14.524	(-)6,4
2008	-23.121	(-)9,8
2009	-36.306	(-)15,4
2010	-24.193	(-)10,5
2011	-19.565	(-)9,1

Fonte: Elaboração da autora baseado em Euroindicators, (2011), Eurostat (2012p).

Como conseqüência dos freqüentes déficits orçamentais, a dívida pública grega também vinha aumentando ano após ano. Na Tabela 15, a seguir, são apresentados os dados de dívida pública e privada da Grécia no período de 2001 a 2011.

O que é possível observar na Tabela 15, é que a Grécia, desde que entrou para a Zona do Euro, em 2001, nunca cumpriu o limite de dívida pública em até 60% do PIB. Na verdade o país sempre esteve muito acima do limite.

Há, inclusive, evidências de que a Grécia, com ajuda do banco norte-americano Goldman Sachs, manipulou suas contas a fim de preencher os requisitos para ingressar na Zona do Euro. Autoridades gregas constataram em poucos dias, que seus antecessores, haviam maquiado as contas públicas para os parceiros da União Européia e o Banco Central Europeu (BCE). O verdadeiro déficit público do país era mais do que o dobro do informado pelo governo anterior (SETTI, 2011).

Tabela 15 – Dívida Pública e privada grega no período de 2001 a 2011

Ano	Dívida Pública	% do PIB	Dívida Privada (% do PIB)
2001	151.869	103,7	64,8
2002	159.214	101,7	68,1
2003	167.723	107,8	71,8
2004	182.702	108,5	78,3
2005	194.666	107,5	89,9
2006	204.218	104,6	97,7
2007	239.364	105,4	107,2
2008	262.318	110,7	119,0
2009	298.706	127,1	122,4
2010	328.588	142,8	125,2
2011	355.617	165,3	125,0

Fonte: Elaboração da autora baseado em Euroindicators, (2011); Eurostat, (2012q); Eurostat, (2012r).

Em 2009, o então Primeiro Ministro grego George Papandreou afirmou, em coletiva à imprensa depois de participar de uma reunião de líderes da União Européia, que os problemas da dívida grega foram causados pelo próprio país, e que não eram conseqüência da crise financeira internacional. George Papandreou inclusive citou corrupções internas do governo anterior, por exemplo, no setor de saúde, envolvendo 5 bilhões de euros, como um dos problemas da dívida (ESTADÃO, 2009e).

A verdade é que o país se endividou muito nesta última década, contraindo cada vez mais empréstimos e aumentando, assim, a sua dívida. Com uma reputação em baixa, fica cada vez mais difícil para a Grécia conseguir empréstimos, pois os investidores cobram altos juros para novos empréstimos e refinanciamento de sua dívida, agravando ainda mais o cenário. Na Tabela 16, a seguir, é possível observar as taxas de juros no período de 2001 a 2011.

Tabela 16 – Taxa de juros da Grécia nos ano de 2001 a 2011

ANO	JUROS (%)	ANO	JUROS (%)
2001	5,13	2011/fev.	11,40
2002	4,58	2011/mar.	12,44
2003	4,45	2011/abr.	13,86
2004	3,77	2011/maio	15,94
2005	3,57	2011/jun.	16,69
2006	4,04	2011/jul.	16,15
2007	4,53	2011/ago.	15,90
2008	5,08	2011/set.	17,78
2009	5,49	2011/out.	18,04
2010	12,01	2011/nov.	17,92
2011/jan.	11,73	2011/dez.	21,14

Fonte: Elaboração da autora baseado em European Central Bank, (2012).

O Banco Central Europeu (BCE) e o FMI são as instituições que emprestam dinheiro a Grécia com uma taxa de juros menor do que a do setor privado, mas ainda acima do custo de tomada de empréstimo de países como Alemanha e França (BBC BRASIL 2012d).

A situação grega é tão frágil, que mesmo com as reduções nas taxas de juros e perdão de parte da dívida, o país enfrentará problemas em reduzir as suas dívidas no longo prazo (BBC BRASIL, 2012d).

Além de não apresentar condições de melhoras financeiras, que sirvam de garantia para que investidores estrangeiros voltem a investir no país, a Grécia não tem condições de realizar mais empréstimos, e também não pode contar com a solução mais fácil em tempos de crise, que é o aumento de crédito (LUMINI, 2012).

O país poderia resolver sua crise financeira através da inflação, imprimindo dinheiro para pagar sua dívida. No entanto, em uma união monetária como o euro, essa possibilidade não existe, pois quem imprime a moeda é o Banco Central Europeu. Também não podem alterar a taxa de juros, pois isso poderia afetar a economia dos outros países da união (LUMINI, 2012).

Por isso, as taxas de inflação apresentadas pela economia da Grécia nos últimos anos são bastante constantes ficando normalmente na casa dos 3%, como podemos observar na Tabela 17 abaixo. O nível de inflação apresentado pela Grécia está dentro da margem das inflações Européias. A inflação da Grécia é menor do que a de países como Bulgária, Portugal e Finlândia. A Espanha, por exemplo, apresentou os mesmos 3,1% de inflação em 2011 (EUROSTAT, 2012s).

Tabela 17 – Inflação grega no período de 2001 a 2011

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Inflação (em %)	3,4	3,6	3,6	2,9	3,6	3,2	2,9	4,2	1,8	4,7	3,1

Fonte: Elaboração da autora baseado em UN, (2010); Eurostat,(2012s)

Em março de 2010 a inflação grega teve um aumento de 3,9%. O valor superou as expectativas do governo que eram de 3,4% e ficou muito acima da média européia, que é de 1,5% de inflação. O principal motivo para a alta da inflação foi um aumento no preço dos transportes, que avançou 15,5%, refletindo a elevação no preço do petróleo. Com a desaceleração da economia grega, a inflação em alta traz problemas ao consumo e à competitividade (ESTADÃO, 2010e).

No me de junho de 2010 a inflação apresentou uma leve queda, 5,2%, quando comparada com os 5,4% do mês de maio. Porém, mesmo com a leve queda, a inflação grega ficou mais do que três vezes acima da média para a zona do euro. O aumento no preço da gasolina elevou os custos com transporte a 18,2% (ESTADÃO, 2010f).

O aprofundamento da crise grega, juntamente com os cortes no orçamento público e o aumento dos impostos para fechar o orçamento, faz a inflação alta pesar ainda mais sobre o consumidor grego (ESTADÃO, 2010f).

Além dos problemas enfrentados com a inflação, com os juros, com a dívida pública e os déficits orçamentais, a Grécia também enfrenta problemas com a sua balança de pagamentos. Na Tabela 18, apresentada a seguir, é possível observar um histórico da balança de pagamentos grega no período de 2001 a 2011.

Tabela 18 – Balança de Pagamentos da Grécia no período de 2001 a 2011

Ano	Balança de pagamentos (milhões de euros)
2001	(-)10,585
2002	(-)10,201
2003	(-)11,266
2004	(-)10,718
2005	(-)14,744
2006	(-)23,759
2007	(-)32,602
2008	(-)34,798
2009	(-)25,814
2010	(-)22,501
2011	(-)20,629

Fonte: Elaboração da autora baseado em Eurostat, (2012t).

A queda nos valores da balança de pagamentos da Grécia acontece, principalmente, pela recessão que sofre a economia grega. O nível de produção nacional caiu, o governo cortou empregos e reduziu os salários, a população não tem dinheiro para gastar, o que conseqüentemente leva a um círculo vicioso. Além disso, com as produções em baixa, o país não exporta, o que diminui a competitividade e a arrecadação grega (SPRINGER, 2012).

Além dos impactos negativos de uma recessão, como o aumento do desemprego e da queda na renda, há ainda os impactos fiscais, associados à queda da arrecadação tributária. Ou seja, corre-se o risco de a Grécia entrar em um círculo vicioso, onde um programa de ajuste levaria a uma recessão, o que por sua vez, deterioraria a situação fiscal, tornando necessária a aquisição de outro ajuste, porém, ainda maior (SPRINGER, 2012).

A Grécia está entre os 30 países que detém a maior carga tributária do mundo. Em 2011, por exemplo, o país grego totalizou uma arrecadação de 30% do seu PIB. Apesar da alta carga tributária, o país apresenta um bom desempenho em retorno de serviços públicos à população, com um valor do Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (IRBES) de 153,69, o que deu a Grécia a 9ª colocação. Quanto maior o valor do IRBES, melhor é o retorno da

arrecadação dos tributos para a população. A Austrália, primeira colocada, tem uma carga tributária que representa 25,9% do seu PIB e um IRBES de 164,18 (O POVO, 2012).

Na Tabela 19, a seguir, é possível observar os valores da carga tributária na Grécia, bem como sua participação no PIB grego.

Tabela 19 – Carga tributária da Grécia no período de 2001 a 2010

Ano	% PIB	Carga Tributária (USD)	Per Capita
2001	32,9	43,163.10	3,941.90
2002	33,6	49,520.90	4,507.00
2003	32,0	62,362.80	5,657.20
2004	31,2	71,846.20	6,495.00
2005	31,9	77,120.40	6,945.30
2006	31,2	82,781.50	7,426.20
2007	31,8	98,964.90	8,841.80
2008	31,5	109,062.50	9,705.60
2009	30,0	98,092.80	8,694.00
2010	30,9	94,303.40	8,357.50

Fonte: Elaboração da autora baseado em Organisation for Economic Co-operation and Development, (2012).

A situação na Grécia não é nada fácil. A carga tributária sobe acentuadamente, enquanto o governo impõem uma série de taxas extraordinárias, como reduzir o limite de isenção de impostos de 12 mil euros para 5 mil euros. A maioria dos gregos da classe média é tributada entre 25% e 40% do seu rendimento anual, além disso, quem tem aposentadoria superior a 1.200 euros sofrerá um corte de 20% (CHADE, 2011; TERRA, 2012).

Os gregos comuns, a maior parte empregados de baixa e média renda, têm o seu imposto retido mensalmente de seus salários, enquanto executivos ricos, médicos ou advogados declaram sua renda em valor abaixo do correto ou subornam agentes fiscais (TERRA, 2012).

Se antes os gregos viviam no chamado orgulho europeu do ‘bem-estar social’, hoje já não vivem mais. Os impostos estão mais altos e o governo cortou drasticamente investimentos em saúde e educação, por exemplo (CHADE, 2011).

5.1 COMÉRCIO EXTERIOR

A Grécia corresponde com cerca de 1,2% do volume total das importações da União Européia, ficando em 14º lugar entre as 27 economias. Já nas exportações, o país grego representa com cerca de 0,7% do volume total de exportações efetuadas pelo bloco econômico europeu, o que a coloca na 17ª posição, também entre os 27 Estados-Membros (EUROSTAT, 2012k; EUROSTAT, 2012l). O país grego é a 8ª maior economia da União Européia, e a 11ª na Zona do Euro, com uma representação de cerca de 3% (COMISSÃO EUROPÉIA, 2012).

A Grécia conta com uma margem de diferença entre os três setores da economia bastante alta, o terceiro setor responde por 17,9% do PIB e a agricultura por apenas 3,3%, enquanto o setor de serviços responde por 78,9%, com destaque para o turismo, que gera cerca de 15% do PIB do país (FACTBOOK, 2012).

Já a ocupação de trabalhadores por setores da economia está disposta da seguinte forma: 12,4% da população trabalham com a agricultura, 22,4% trabalham nas indústrias e 65,1% trabalham com serviços (FACTBOOK, 2012).

A Grécia apresenta um déficit comercial constante, pois as importações totalizam um montante muito maior que as exportações. Esse déficit comercial em nada ajuda outro ponto negativo da economia grega, que é o déficit orçamental, ou seja, o país não vende o suficiente para pagar suas importações, da mesma forma que não recebe fundos suficientes para pagar suas despesas públicas. Na Tabela 20, apresentada abaixo, é possível observar que nenhum dos saldos da balança comercial, em nenhum dos anos, se apresentou positivo.

Tabela 20 – Importações e exportações gregas no período de 2001 a 2011 (milhares de dólares)

Ano	Exportação Produtos	Importação Produtos	Exportação Serviços	Importação Serviços	Saldo
2001	10,402,391	28,434,456	19,447,700	11,574,840	-10,159,205
2002	10,327,361	31,299,036	19,888,004	9,764,246	-10,847,917
2003	13,655,066	44,854,520	24,153,700	11,177,901	-18,223,655
2004	15,246,706	52,810,385	33,203,580	14,002,347	-18,362,446
2005	17,434,447	54,893,897	34,272,248	14,747,799	-17,935,001
2006	20,942,762	63,738,964	35,582,160	16,342,153	-23,556,195
2007	23,582,465	78,546,425	42,889,912	20,180,992	-32,255,040
2008	26,391,556	92,614,142	49,897,828	24,799,502	-41,124,260
2009	20,466,791	69,440,205	37,484,564	19,922,400	-31,411,250
2010	21,601,967	63,582,628	37,816,072	20,222,352	-24,386,941
2011	31,228,774	60,263,625	40,335,620	19,476,584	-8,175,815

Fonte: Elaboração da autora baseado em Trademap, (2012e); Trademap, (2012f); Trademap, (2012g); Trademap, (2012h).

Os principais produtos exportados pela Grécia em 2011 foram combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação; alumínio; ferro e aço; equipamentos eletrônicos; e plástico. Já os produtos mais importados pela Grécia em 2011 foram combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação; produtos farmacêuticos; equipamentos elétricos; máquinas, reatores nucleares, caldeiras; e veículos (TRADEMAP, 2012i; TRADEMAP, 2012j).

Os principais produtos agropecuários produzidos pela Grécia são o trigo, o milho, a cevada, a beterraba (para produção de açúcar, principalmente), azeitonas, tomate, vinho, tabaco, azeito, batata, carne bovina, leite e derivados (FACTBOOK, 2012).

Os principais parceiros comerciais da Grécia são a Alemanha e a Itália. Os dois países ocupam as primeiras colocações nos quadros de exportações e importações gregas. Nas Tabelas 21 e 22, apresentadas a seguir, é possível conferir o percentual de participação dos

cinco maiores parceiros de exportação e importação da Grécia nos anos de 2001, 2005, 2010 e 2011.

Tabela 21 – Market Share dos parceiros de exportação da Grécia

	2001	2005	2010	2011
Alemanha	11,3%	12,5%	10,9%	9,5%
Itália	8,4%	10,5%	10,8%	7,8%
Reino Unido	7,9%	6,7%	5,2%	4,0%
Bulgaria	5,5%	5,8%	6,5%	5,5%
Estados Unidos	5,5%	5,2%	4,0%	5,3%

Fonte: Elaboração da autora baseado em Trademap, (2012i).

Tabela 22 – Market Share dos parceiros de importação da Grécia

	2001	2005	2010	2011
Alemanha	13,9%	13,3%	10,5%	10,6%
Itália	12,2%	12,3%	9,9%	9,3%
Rússia	5,6%	7,7%	9,8%	9,4%
Holanda	5,6%	5,5%	5,3%	5,5%
França	6,3%	5,7%	4,9%	5,0%

Fonte: Elaboração da autora baseado em Trademap, (2012j).

A situação da Grécia neste momento não tem igual. Redução de salários e aposentadorias; desemprego entre os jovens em 50%; empresas, pequeno comércio, jornais e editoras falindo; milhares de mendigos e sem-teto nas ruas; impostos altíssimos e cortes constantes em salários e aposentadorias; privatizações em série, suspensão de serviços públicos, como saúde e educação e da seguridade social; suicídios que se multiplicam e muitos outros.

A seguir, serão apresentados os altos gastos públicos feitos pela Grécia ao longo dos anos, como, por exemplo, as Olimpíadas de 2004.

5.2 OS ALTOS GASTOS PÚBLICOS E A EVASÃO FISCAL GREGA

O filósofo grego Aristóteles, há dois mil anos, já criticava os gastos excessivos dos gregos que não se preocupavam em guardar dinheiro para enfrentar crises futuras ou garantir a tranqüilidade na velhice (SERASA, 2012).

Há dez anos a situação não poderia ser diferente. Afinal, quando a Grécia entrou para a Zona do Euro tudo parecia ser mais fácil, "o euro era uma espécie de paraíso". Os gregos conseguiam captar empréstimos com juros ligeiramente acima dos que o governo alemão pagava, pois afinal, agora faziam parte da união monetária econômica, o que trouxe uma maior visibilidade e confiança por parte dos investidores internacionais (ESTADÃO, 2011b).

A Grécia, que era um país que já tinha dado vários calotes ao longo do século XX e que estava acostumada as altas taxas de inflação e aos altos déficits, bem como a um recorrente déficit na balança comercial, podia agora, se endividar pagando praticamente as mesmas taxas de juros da Alemanha, ou seja, o euro era de fato o paraíso (BAGUS, 2012).

Foi nesse período de grande visibilidade que a Grécia começou a captar grandes volumes de empréstimos, principalmente com emprestadores estrangeiros e grandes bancos europeus. Os gregos estavam usando os empréstimos baratos adquiridos no mercado para consumir mais (ESTADÃO, 2011b).

Para Paul Krugman (2012), os problemas da Grécia começaram a partir do momento que o país entrou para a Zona do Euro, pois apesar de o país não ser nenhum paraíso, o mesmo não estava em crise. "O desemprego era elevado, mas não catastrófico, e a nação mais ou menos se mantinha à tona nos mercados mundiais, ganhando o suficiente com as exportações, o turismo, o transporte marítimo, e conseguia pagar mais ou menos as suas importações" (KRUGMAN, 2012a, p.1).

Quando entrou para a Zona do Euro, a Grécia passou a acreditar que era um lugar seguro para se investir. Com a grande visibilidade adquirida, o dinheiro começou a inundar a Grécia, que, em parte, financiou seus déficits. Além disso, a economia grega cresceu, a inflação subiu e a Grécia tornava-se cada vez menos competitiva (KRUGMAN, 2012a).

A Grécia desperdiçou grande parte, quando não a maior parte do dinheiro que entrava. Compravam máquinas e carros alemães, o que aumentava o PIB da Alemanha, ao invés de introduzir reformas em seu país. Reformas essas, que nenhuma autoridade eleita estava disposta a fazer. Como por exemplo, reduzir a imensa burocracia do país. A maioria também não estava interessada no pagamento da dívida, dos déficits comerciais ou dos custos trabalhistas. E para piorar, pouquíssimos eram os que combatiam a corrupção, os subsídios fraudulentos e os privilégios imerecidos (ESTADÃO, 2011b; KRUGMAN, 2012a).

As conseqüências da falta de reformas são visíveis atualmente na Grécia. Quase todas as fábricas do norte grego estão fechadas, porém parecem recém construídas. Na verdade, essas empresas, na sua maioria, nem abriram as portas. A construção dessas empresas foi uma forma de seus investidores conseguirem dinheiro no mercado a juros baixos. Sem empresas não há trabalho, sem trabalho não há renda, o que por sua vez não movimenta a economia. Esse é um dos principais motivos pelo qual a economia grega não progride e não é competitiva (ESTADÃO, 2011b).

A Grécia gastou bem mais do que podia na última década, pediu empréstimos pesados, o que deixou sua economia refém da crescente dívida. Nesse período, os gastos públicos subiram muito e os salários do funcionalismo praticamente dobraram. Enquanto os cofres públicos eram esvaziados pelos gastos, a receita era atingida pela alta evasão de impostos, prática generalizada no país (ESTADÃO, 2010g).

Essa prática de evasão fiscal praticada pelos gregos atinge, em média, 35% do orçamento grego, o que corresponde a um déficit orçamental de 20 bilhões de euros por ano. O governo, além de não tomar medidas para diminuir ou enfrentar a evasão fiscal, buscou mais empréstimos, com altas taxas de juros, no mercado financeiro. Ao longo de 30 anos, essa prática representou um aumento significativo da dívida grega (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2011).

Para piorar a situação da evasão fiscal, a Grécia é considerada o país mais corrupto da União Européia pela Transparência Internacional. Para que permissões e certificados sejam obtidos é necessário o pagamento de suborno, além disso, alguns vêem a corrupção como parte da cultura grega, afirmando também que impostos são desnecessários. Dessa forma, o governo grego enfrenta um duplo problema. Se por um lado as pequenas empresas são barradas pela burocracia, que as impedem de crescer e se tornarem lucrativas,

por outro, as grandes empresas encontram maneiras de quase não pagar impostos (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2012).

Segundo Paul Krugman (2012), é grande a corrupção e a sonegação de impostos na Grécia, além disso, o governo grego sempre teve o hábito de viver além dos próprios recursos. Porém, ao contrário do que se fala, Paul Krugman defende que os gregos não são preguiçosos, pelo contrário, sua jornada de trabalho é mais longa do que a dos alemães, por exemplo, e os gastos na área social da Grécia, enquanto porcentagem do PIB, são bem inferiores aos da Suécia ou da Alemanha, por exemplo (KRUGMAN, 2012a).

Há quem acredite que a crise da dívida grega não foi conseqüência dos altos salários, ou do custo do Estado de bem estar, visto que os gregos nunca chegaram a desfrutar de altos salários, bem como de hospitais bem equipados. Para eles, as verdadeiras causas do crescimento descontrolado da dívida grega foram os empréstimos do FMI, ajudados por uma classe política corrupta (SOUZA, 2012).

Há também os que afirmam que as Olimpíadas de 2004 ilustram a perda de controle das finanças gregas, visto que até hoje não existe um consenso sobre qual foi o valor total gasto. Na verdade, o país já vinha acumulando gastos públicos, e as Olimpíadas teriam apenas agravado a situação financeira grega (BBC BRASIL, 2011c).

5.2.1 Olimpíadas de 2004

A aventura de sediar os Jogos Olímpicos em Atenas trouxe prestígio, fez a Grécia reviver, mesmo que por apenas três semanas, a glória e a pompa dos jogos pan-helênicos da Antiguidade e deu uma boa melhorada na autoestima e no orgulho da população. Mas ela também expôs sérias falhas de planejamento e organização, e deixou uma conta bastante grande para ser paga (BBC BRASIL, 2011c).

Para melhor entender os efeitos causados por megaeventos esportivos nas cidades sedes, inicialmente será conceituado o que pode se entender por megaevento. Segundo Marlene Matias (2008), megaevento é um acontecimento de curta duração, com resultados permanentes por longo tempo nas cidades e/ou países que o sediam e está associado à criação de infra-estrutura e comodidades para o evento. O megaevento quando é bem sucedido irá

projetar uma imagem positiva da cidade e/ou país sede, e também poderá proporcionar conseqüências em longo prazo em termos de turismo, realocação industrial e entrada de investimentos (MATIAS, 2008).

Em 1997 quando a Grécia foi eleita sede dos Jogos Olímpicos de 2004, a posição das autoridades gregas era bastante clara, o evento seria um desafio e uma oportunidade. Afinal, o conceito que deu a Grécia a chance de sediar os Jogos Olímpicos era bastante potente, "As Olimpíadas de volta ao berço histórico" (SIRKIS, 2005).

Foram altos os investimentos feitos pela esfera federal para dar vida aos Jogos Olímpicos de Atenas. O país na época era governado pelo partido socialista PASOK, o mesmo construiu o novo aeroporto, as novas linhas de metro, adquiriu novos equipamentos esportivos e construiu a Vila Olímpica, muito criticada por sua fraca arquitetura. Em nada lembrava a pomposa Grécia, faltavam elementos que marcassem a personalidade, mostrando um vínculo com uma cultura, uma história. Mais parecia um grande condomínio de baixa classe média. Na esfera local, pouco era feito, visto que no país inventor da democracia, as cidades têm um poder local fragilizado (SIRKIS, 2005).

Diante desse quadro poucos foram os efeitos, sejam eles positivos ou negativos identificados com a realização dos Jogos Olímpicos – Atenas 2004. Houve problemas com a hospedagem, que não tinha capacidade para atender a demanda gerada pelos Jogos Olímpicos, a falta de aproximação entre os poderes federal e municipal prejudicou a participação privada no financiamento de obras, e gastos desenfreados para conseguir terminar tudo a tempo dos Jogos. Porém a cidade melhorou de certa forma. Decadente há uma década, renovou boa parte de sua infraestrutura (SIRKIS, 2005).

Com o fim dos Jogos Olímpicos é hora de colocar as contas em dia, ou pelo menos tentar. Em 2004, a economia grega fechou com um déficit de 7,5% do PIB, segundo dados da Eurostats em matéria publicada na BBC Brasil. Esse déficit era o maior entre todos os países do bloco da União Européia. No mesmo ano, a dívida pública subiu para 98,6% do PIB (BBC BRASIL, 2011c).

O fato de a Grécia ter trocado de governo poucos meses antes das Olimpíadas também não ajudou a dar mais transparência à contabilidade dos Jogos. Kostas Karamanlis, premiê grego da época, jogou a culpa do aumento da dívida sobre o governo anterior, acusando-o de ter "maquiado" os gastos totais do governo com as Olimpíadas (BBC BRASIL,

2011). No final de 2004, o então ministro das Finanças da Grécia, George Alogoskoufis, disse que a conta bateu em US$ 11,9 milhões. Em 1997 as autoridades gregas e o Comitê Olímpico Internacional estimaram um custo de aproximadamente US$ 1,5 bilhão (VALOR ECONÔMICO, 2011).

Victor Matheson, professor de economia na College of the Holy Cross, em Worcester (EUA), e autor de vários estudos sobre o impacto econômico de grandes eventos esportivos, disse em entrevista ao Valor Econômico, que "as Olimpíadas certamente são um reflexo dos problemas que o país como um todo enfrenta". O mesmo autor cita ainda que a dívida da Grécia em porcentagem do PIB chega a 110%, e que as Olimpíadas acrescentam cinco pontos percentuais nisso, o que pode parecer pouco, foi na verdade, o suficiente para reiniciar nos gregos o hábito de gastar em excesso (VALOR ECONÔMICO, 2011).

"No fim, os Jogos não são uma causa fundamental para a dívida grega. Mas talvez o país não devesse ter aceitado fazê-los, porque houve um gasto significativo de dinheiro", disse em entrevista ao Valor Econômico, Spyros Economides, professor da London School of Economics. Para Spyros a dívida da Grécia não foi acumulada por famílias em empréstimos ou cartões de crédito. Mas sim uma dívida do Estado, que pegava fundos da União Européia, e investia em projetos sociais populistas e políticas clientelistas, ao invés de demandar esses fundos para infra-estrutura, construções, ou programas de criação de emprego ou suporte agrícola (VALOR ECONÔMICO, 2011).

5.2.2 Os gastos continuam

Mesmo em crise, a Grécia decidiu gastar quase 30 milhões de euros na construção de um autódromo de Fórmula 1. O governo grego anunciou que a obra será construída no sudoeste do país, na cidade de Jalandritsa, no Peloponeso, cerca de 200 quilômetros de Atenas (ÉPOCA, 2012b).

A pista de Fórmula 1 receberá competições internacionais, não só a Fórmula 1, mas também outros grandes eventos. Como a Fórmula 1 representa apenas um ou dois usos por ano, a idéia é possibilitar que a pista fique aberta em toda a temporada (EXAME, 2012b).

Os fundos públicos gregos vão subsidiar cerca de um terço do projeto, que custará 94,6 milhões de euros no total. O restante do valor será pago pela empresa de investimentos Racing Patras SA. O governo grego já liberou a verba, que é parte de plano para acelerar investimentos considerados prioritários. Além disso, o governo grego justifica a construção da pista como uma forma de impulsionar o turismo e gerar empregos (EXAME, 2012b).

Juntamente com os investimentos para o circuito, o governo grego quer investir mais 44,24 milhões de euros na construção de uma fábrica de vidro, ao norte do país, e um complexo hoteleiro, na ilha de Creta. A Grécia, que está em seu quinto ano de recessão, e impõe fortes medidas de austeridade e conta com uma taxa de desemprego maior de 20%, defende que com os três projetos o país irá criar 800 postos de trabalho (ÉPOCA, 2012b).

5.3 OS PEDIDOS DE RESGATE E A TROIKA

Apesar da grave situação grega, o país e seus representantes mantiveram o discurso de que não necessitariam de resgate até meados de 2010. As autoridades gregas afirmavam, freqüentemente, que o país não precisaria ativar o mecanismo de resgate elaborado pela União Européia e o Fundo Monetário Internacional. O então Ministro das Finanças, George Papaconstantinou, declarou em abril de 2010 que o país continuaria a tomar empréstimos, apesar dos altos custos para captação de recursos nos mercados financeiros e dos temores de que a Grécia não conseguiria honrar com seus compromissos (ESTADÃO, 2010h).

George Papaconstantinou afirmou: “nosso objetivo não é a flutuação diária das taxas de juros, mas a restauração da credibilidade do país. Nós temos um programa de estabilidade sério, uma execução orçamentária cuidadosa, um programa sério de mudanças estruturais” (ESTADÃO, 2010h).

Porém, não muito tempo depois, em maio de 2010, um acordo foi acertado entre a Grécia, a União Européia e o FMI. A ajuda seria de 110 bilhões de euros, além de um corte de € 30 bilhões no orçamento grego em três anos. Foi o primeiro resgate efetuado a uma das 16 nações da Zona do Euro (ESTADÃO, 2010i).

Entre os cortes efetuados no orçamento estava o congelamento dos salários por pelo menos três anos, fim do 13º e 14º salário para quem ganhasse mais de três mil euros, e redução para os funcionários públicos, aumento de 10% nos impostos sobre combustíveis, álcool e tabaco, redução dos bônus para pensionistas (ESTADÃO, 2010i).

Foi também em 2010 que criou-se a Troika. Uma comissão tripartida que conta com a Comissão Européia, o FMI e o Banco Central Europeu. Troika, palavra de origem russa, significa tríade. A palavra referia-se, quando da sua criação, a um tipo de trenó puxado por três cavalos. É por isso que atualmente a mesma se refere a qualquer coisa ou situação que envolva ou dependa o seu respectivo funcionamento a três partes distintas (REGULA, 2012, tradução nossa).

Atualmente o significado da palavra Troika nos remete a idéia de uma comissão formada por três poderes, que tem controle sobre um problema. É exatamente o que acontece com a Grécia, por exemplo, que em troca de resgates fornecidos pela Troika, implementa internamente medidas que ajudarão o país a se recuperar (REGULA, 2012; IN, 2010, tradução nossa).

O pacote aprovado em 2010 tinha como objetivo permitir que a Grécia restaurasse suas finanças públicas, reformasse sua economia, além de reconquistar o acesso aos mercados internacionais de títulos. Dos € 110 bilhões de euros fornecidos à Grécia, € 80 bilhões vieram de contribuições dos países da Zona do Euro e os € 30 bilhões restantes foram fornecidos pelo FMI. A Alemanha contribuiu com a maior parte, € 22,3 bilhões do total de € 80 bilhões. A França contribuiu com € 16,8 bilhões e a Itália com € 14,7 bilhões (ESTADÃO, 2010j).

Além das medidas de austeridade citadas anteriormente, foram impostas novas medidas para salvar mais € 4,8 bilhões de euros (MELANDER, 2010). As novas medidas incluíam cortes de 30% em subsídios de Natal e de Páscoa, fim dos bônus de ausência, um novo corte de 12% em bônus públicos, um corte de 7% nos salários dos funcionários públicos e privados, um aumento das taxas do IVA de 4,5% para 5%, de 9% para 10% e de 19% para 21%, aumento do imposto sobre combustíveis para 15%, aumento dos impostos para carros importados entre 10% e 30%, aumento de 20% nos impostos para bebidas e 65% para cigarros, entre outras medidas (KOSTARELOU, 2010, tradução nossa).

Outro pacote de austeridade foi aprovado em junho de 2010. Visando salvar € 38 bilhões de euros até 2012, o pacote tornou-se a maior reforma do governo em uma geração

(THE NEW YORK TIMES, 2010). Entre as medidas aprovadas está o corte de 8% sobre os subsídios do setor público, além dos cortes estipulados nos dois pacotes de austeridade anteriores, um corte de pagamento de 3% para funcionários do setor público, 13º e 14º salários de no máximo € 500 euros, sendo esses salários excluídos para quem ganhasse acima de € 3 mil euros, aumento do IVA para 23% de 19%, 11% de 9% e 5,5,% de 4%, 10% de aumento nos impostos sobre álcool, cigarros e combustível, aumento de 10% sobre o imposto para carros importados, idade média para aposentadoria passou de 61 para 65 anos para homens e mulheres, foi criado um fundo de estabilidade financeira, entre outras medidas (IN, 2010b, tradução nossa).

Em 2011, outro resgate foi concedido para a Grécia, o que significa a implantação de novas medidas de austeridade para a sociedade. O resgate foi de € 60 bilhões de euros, que serviriam para cobrir as despesas gregas de € 27 bilhões de euros em 2012 e de € 32 bilhões em 2013. A Alemanha enfrentou problemas em convencer seus contribuintes em dar mais dinheiro para a Grécia depois do pacote de resgate de € 110 bilhões de euros em 2010 (ESTADÃO, 2011d).

Entre as novas medidas de austeridade estava aumento do imposto de renda para aqueles que ganham mais de € 8 mil euros por ano, e imposto extra para os que ganham mais de € 12 mil, redução dos salários no setor privado, entre outras (COSTAS, 2011; REAL, 2011, tradução nossa).

A Grécia sofre os efeitos de mais de dois anos de austeridade e turbulência política que afetaram gravemente sua economia. Além disso, as medidas de austeridade afetaram a sociedade grega. Veja a seguir o conceito de medidas de austeridade e as suas conseqüências para a sociedade grega.

5.4 MEDIDAS DE AUSTERIDADE

A expressão ‘austeridade’ tem sido freqüentemente usada em matérias que dizem respeito às políticas econômicas dos países pertencentes à União Européia. A melhor tradução para essa expressão, em grosso modo, é a contenção de gastos de forma rígida (ESTADÃO, 2012d).

Já em termos econômicos, austeridade significa “rigor no controle de gastos”. Essas medidas de austeridade são adotadas pelos governos nacionais quando os níveis de déficits públicos são considerados insustentáveis, sendo necessários rígidos cortes nas despesas do Estado (RAFAEL, 2011).

As medidas de austeridade podem ser impostas de duas maneiras, ou através de cortes nas despesas públicas, ou através dos aumentos generalizados dos impostos. Assim sendo, quanto mais forem os cortes em despesas públicas e menos se subirem os impostos, menos recessivas serão as medidas de austeridade (RAFAEL, 2011).

O governo da Grécia, possuindo grandes déficits orçamentários, tem adotado duras e dolorosas medidas de austeridade para não decepcionar seus credores da dívida. Por isso, o Estado grego acaba cortando verbas direcionadas para o bem-estar da população, afetando áreas como, por exemplo, a da educação, da previdência e salários de servidores públicos (ESTADÃO, 2012d).

Alguns analistas e economistas internacionais argumentaram desde o início da crise financeira que as medidas de austeridade poderiam ser evitadas, ou seja, as economias nacionais que estivessem sofrendo com déficits orçamentais poderiam sobreviver sem os cortes rígidos (BBC BRASIL, 2012e).

Olli Rehn, comissário europeu para assuntos econômicos e monetários, expõe que a União Européia precisa chegar a um meio termo entre as reduções dos gastos e o os estímulos ao crescimento. Para Olli Rehn “a consolidação fiscal, quando necessária, [deve ser] feita em um ambiente propício ao crescimento e de forma diferenciada, para chegar a um equilíbrio entre a necessidade de consolidação fiscal e as preocupações com o crescimento” (BBC BRASIL, 2012e).

Para Paul Krugman as medidas de austeridade na Europa já foram longe demais. Além de levarem a população ao limite, os cortes orçamentais aumentaram o desemprego a níveis iguais aos da Grande Depressão. Ainda para o autor, os políticos europeus foram tomados pelo pensamento de que os déficits, e não o elevado desemprego, são o perigo presente, e que a redução dos déficits vai, de alguma forma, resolver o problema criado pelos excessos do setor privado" (KRUGMAN, 2012b).

Além disso, Paul Krugman critica o momento em que essas medidas de austeridade estão sendo implantadas. Para Krugman, “o período certo para medidas de

austeridade é aquele de *boom*, e não o de crise". O corte de gastos governamentais em uma economia afetada pela crise faz com que tal economia sofra uma depressão ainda maior (KRUGMAN, 2012c).

Hollande, socialista que irá assumir a presidência da França, afirma que os pactos fiscais firmados pelos países da Zona do Euro devem ser revistos, a fim de dar mais ênfase ao crescimento da economia. Alguns contestam as propostas do novo presidente, alegando ser apenas um diferente tipo de austeridade, com alvo nos mais ricos (BBC BRASIL, 2012e).

As medidas de austeridade adotadas pela Grécia não agradam em nada a sociedade. Na verdade, a população é quem mais sofre com os fortes cortes nos gastos públicos gregos.

5.5 CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE GREGA

As medidas de austeridade, que deveriam supostamente solucionar os problemas da Grécia, estão, na verdade, atrasando a economia do país. Lojas estão fechando, as receitas fiscais estão diminuindo e o desemprego atingi taxas surpreendentes (VICENTE, 2010).

A situação da sociedade grega é tão grave que os gregos chegaram a sacar dinheiro dos bancos para fazer estocagem de alimentos em casa antes das eleições de junho desse ano. Segundo bancários, cerca de 800 milhões de euros estavam sendo retirados todos os dias dos bancos na Grécia em junho. Isso aconteceu, pois a população grega estava com receio de que o partido de esquerda SIRYZA ganhasse as eleições e cancelasse o acordo de resgate, forçando a Grécia a deixar a Zona Euro (ESTADÃO, 2012e).

Esta situação complicada da sociedade grega surge apesar dos esforços do governo em solucionar as finanças do país. As apertadas medidas de austeridade do governo conseguiram reduzir o déficit do país em 39,7%. As medidas têm reduzido os gastos governamentais num total de 10%. 4,5% a mais do que a UE e o Fundo Monetário Internacional tinham exigido (VICENTE, 2010).

Mas o problema é que as medidas de austeridade têm afetado cada aspecto da economia do país. O poder de compra da população está caindo, o consumo diminuiu e o número de falências e pessoas desempregadas só aumenta. Além disso, a receita fiscal, que é

muito necessária para consolidar as finanças nacionais têm caído, o que dá origem a uma mistura de medo, desespero e raiva na sociedade grega atual (VICENTE, 2010).

Os pacotes de austeridade adotados pelo governo grego têm abalado seriamente a economia grega. Entre as medidas adotadas está à redução dos salários dos funcionários públicos em mais de 20% e o corte das pensões de reforma, além de estipular o aumento de vários impostos. O resultado desses pacotes de austeridade é que os gregos têm cada vez menos dinheiro para gastar e a receita das vendas está a baixar em todo o país (VICENTE, 2010).

Sem perspectivas, afundados em um país em crise, os jovens gregos desempregados estão recomeçando suas vidas em sociedades alternativas. Como, por exemplo, a comunidade *Free and Real*, que foi fundada há dois anos na ilha de Evia, por quatro jovens de Atenas (BBC BRASIL, 2012f).

Free and Real conta com dez moradores em tempo integral e mais de cem visitantes. Os moradores da sociedade alternativa não têm acesso a eletricidade, moram em cabanas comunitárias e comem a comida que eles mesmos produzem no local (BBC BRASIL, 2012f).

Apostolos Sianos, um dos fundadores da comunidade afirma, em entrevista à BBC News, que abriu mão do emprego e de comodidades da sociedade moderna. Para ele o que é uma crise da civilização para os outros é a crise econômica global (BBC BRASIL, 2012f).

Outra preocupação com o futuro da sociedade grega vem do atual Primeiro-Ministro grego, Antonis Samaras, que afirma que a “sociedade grega está a ponto de se desintegrar, devido ao endividamento, ao desemprego e ao extremismo criado pela crise da dívida pública” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Para o Primeiro-Ministro, esse momento econômico é o maior desafio à democracia grega, e destacou ainda o risco crescente causado pela alta do desemprego no país. "Por causa das medidas de austeridade, os gregos perderam em cinco anos mais de um terço de sua qualidade de vida". Por causa disso, forças radicais, como a do partido neonazista Aurora Dourada, ganharam força na política nacional, o que é motivo de preocupação para o Primeiro-Ministro (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Quem esperava que a crise da dívida permitisse a correção dos erros e a renovação institucional grega, constata que as reformas desestruturaram um Estado já ineficiente e destrói a sociedade. Não sofrem da crise aqueles que por décadas aproveitaram-se do Estado e do interesse público, sofrem os assalariados, que sempre pagaram seus impostos, e os grupos sociais mais fragilizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação desse projeto possibilitou o entendimento sobre o período 2001-2011 para a economia grega, bem como ajudou a responder ao objetivo geral do presente projeto que era analisar as principais causas da crise econômica de 2009 na Grécia no contexto da União Monetária.

Para que o objetivo geral pudesse ser alcançado, foram traçados três objetivos específicos que auxiliariam nas respostas finais do trabalho. Dessa forma, o primeiro objetivo específico era descrever a evolução da economia grega no período 2001-2011, fornecendo uma análise de dados tais como inflação, crescimento do PIB, valor de dívida pública, taxa de juros, valor de déficit público, entre outros, onde foi possível compreender o que aconteceu com a economia grega ao longo dos últimos dez anos.

O segundo objetivo específico tratou de conceituar a crise das dívidas soberanas, bem como seus impactos nas economias nacionais. Para atingir esse segundo objetivo foi apresentado o conceito de dívida pública, que serve como base para o conceito de dívidas soberanas, assim como foram apresentados alguns aspectos sobre essas crises de dívidas soberanas, como os financiadores internacionais e a importância das Agências de ratings para o mercado internacional.

Já o terceiro objetivo específico analisou os impactos da crise da dívida soberana grega na sociedade. Para responder ao terceiro objetivo foi analisado o conceito de medidas de austeridade. Essas medidas são fortemente utilizadas atualmente na Grécia, e é um dos principais problemas enfrentados pela sociedade grega.

Com isso, observa-se que a problemática principal do projeto foi respondida com sucesso, bem como todos os seus objetivos específicos. Portanto, foram identificadas três principais causas para a crise econômica da Grécia em 2009. A primeira causa foi a crise financeira norte-americana de 2007, que além de atingir a Grécia, atingiu países como Portugal, Espanha, Irlanda e até mesmo a Itália. A segunda causa foi conseqüência do aumento desenfreado da dívida pública grega, e por fim, a falta de solidariedade e coordenação política da União Européia para resolver questões de endividamento público dos Estados da Zona Euro.

Como sugestão para futuros trabalhos envolvendo essa temática sugere-se analisar mais profundamente as implicações que uma possível união fiscal e política trariam para a sociedade européia. Além disso, poderia ser feito um estudo objetivando identificar os problemas quanto a falta de uma identidade européia, que de certa forma, prejudica a evolução do bloco econômico. Adicionalmente, poderiam ser analisados os últimos dez anos de outra economia européia em crise, como a Irlanda, a Espanha e até mesmo a Itália.

REFERÊNCIAS

ABC NEWS. **Obama makes statement on Global, Domestic Economy.** 8 jun. 2012. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Politics/video/obama-makes-statement-global-domestic-economy-16525125>. Acesso em: 9 jun. 2012.

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização.** São Paulo: Nobel Livraria, 1997.

ALDRIGHI, Dante Mendes. **Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros.** mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 jun. 2012

ALVES, Rui Henrique Ribeiro Rodrigues. **O futuro da União Européia:** Organização Econômica e Política no contexto dos desafios pós-Euro. 2008. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/10799/2/Tese.pdf>. Acesso em: 21 out.2012.

ALVES, Rui Henrique. **Da moeda única à união política?** Set. 2000. Disponível em: <http://wps.fep.up.pt/wps/wp99.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

ARMADA, Charles Alexandre Souza. **A globalização e a crise financeira mundial:** oportunidade em meio à crise. Mar. 2012. Disponível em: <http://www.esmesc.com.br/upload/arquivos/8-1260210179.PDF>. Acesso em: 13 out. 2012.

AZEVEDO, Anselmo; ARENGA, Mário. **Prós e contras da Globalização:** fundamentos de gestão. 22 dez. 2007. Disponível em: <http://arenga.net/UAL/1%BA%20Ano%20-%201%BA%20Semestre/FG/Trabalho/globalizacao.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

BAGUS, Philipp. **A tragédia do Euro.** 2012. Disponível em: <http://www.mises.org.br/EbookChapter.aspx?id=503>. Acesso em: 25 out. 2012.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira.; LEHFELD, Neide Aparecida da Souza. **Fundamentos de metodologia científica:** um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2000.

BBC BRASIL. **Crise faz gregos criarem sociedades alternativas do século 21.** 21 ago. 2012f. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120820_grecia_sociedade_alternativa_ebc.shtml>. Acesso em: 25 out. 2012.

BBC BRASIL. **Depois da Grécia, Itália vira foco do pânico europeu.** 7 nov. 2011b. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111107_italia_turbulencia_dg.shtml>. Acesso em: 25 set. 2012.

BBC BRASIL. **Entenda a crise da dívida da Grécia.** 24 fev. 2012d. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120224_grecia_entendas_rp.shtml>. Acesso em: 24 out. 2012.

BBC BRASIL. **Entenda a crise da dívida grega.** 24 fev. 2012a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120224_grecia_entendas_rp.shtml>. Acesso em: 27 out. 2012.

BBC BRASIL. **Entenda a discussão sobre austeridade fiscal na Europa.** 7 maio 2012b. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120507_qa_austeridade_europa_jp.shtml>. Acesso em: 26 set. 2012.

BBC BRASIL. **Entenda a discussão sobre austeridade fiscal na Europa.**7 maio 2012e. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120507_qa_austeridade_europa_jp.shtml>. Acesso em: 25 out. 2012.

BBC BRASIL. **Entenda melhor a crise econômica de Portugal.** 18 abr. 2011a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110418_qa_portugal_pacote_rp.shtml>. Acesso em: 25 set. 2012.

BBC BRASIL. **Euro começa a circular em 12 países europeus.** 1 jan. 2002a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/020101_eurodb.shtml>. Acesso em: 20 set. 2012.

BBC BRASIL. **Euro já é realidade em três países.** 14 dez. 2001a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/011214_euroep.shtml>. Acesso em: 20 set. 2012.

BBC BRASIL. **Futuro do euro vira teste de união política na Europa.** 17 maio 2012c. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120517_euro_futuro_jp.shtml>. Acesso em: 26 set. 2012.

BBC BRASIL. **Uma cronologia da crise econômica mundial.** 2009a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/interatividade/2009/09/090904_aftershock_timeline.shtml>. Acesso em: 11 set. 2012.

BBC BRASIL.**Olimpíadas foi prenúncio de crise grega, dizem analistas.** 30 nov. 2011c. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111117_atenas_2004_crise_grega_tp.shtml>. Acesso em: 30 maio 2012.

BMEP. **Boletim mensal de Economia Portuguesa.** Abr. 2012g. Disponível em: <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/ficheiros-do-bmep/2012/abril/destaques/Procedimento-dos-defices-excessivos.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

BOXBERGER, Gerald; KLIMENTA, Harald. **As dez mentiras da Globalização:** alternativas para combater o mercado todo poderoso. São Paulo: Aquariana, 1999.

BRUM, Argemiro Luís. **Os acordos de livre comércio: uma nova estratégia econômica mundial.** 1993. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/745/999>. Acesso em: 4 out. 2012.

CALEGARI, Daniela. **Neofuncionalismo e Intergovernamentalismo:** preponderância ou coexistência na União Européia? 2009. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/daniela_calegari.pdf>. Acesso em: 17 out. 2012.

CAMPOS, Paulo F. **Grécia.** 27 jul. 2011. Disponível em: <http://paulofcamposs.blogspot.com.br/2011_07_01_archive.html>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CARDOTE, Leonardo Fernandes Rodrigues. **A crise econômica de 2008: a interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional.** 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr/article/viewFile/880/570>. Acesso em: 11 jun. 2012.

CARTA CAPITAL. **Crise de Identidade.** 19 maio 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-de-identidade/>. Acesso em: 19 set. 2012.

CASELANI, Patrícia. **Mitologia grega.** 18 out. 2011. Disponível em: <http://aprendahistoriarapidoefacil.blogspot.com.br/2011/10/mitologia-grega.html>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE). **O caráter histórico e multidimensional da globalização.** 10 maio 2002. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/10029/Por-Cap1-Globalizacion.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

CHADE, Jamil. **Crise grega esfarela estado de bem-estar.** 25 set. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,crise-grega-esfarela-estado-de-bem-estar-,777207,0.htm>. Acesso em: 24 out. 2012.

CHADE, Jamil. **Desemprego supera 20% pela primeira vez desde 97.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 mai. 2010b, Economia, B13.

CHADE, Jamil. **Espanha reduz o peso do Estado para deter crise.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 maio 2010c, Economia, B13.

CHADE, Jamil. **Europa terá que captar E 1,6 trilhão.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 fev. 2010a, Economia B15.

CINTRA, Marcos Antonio M.; FARHI, Maryse. **A crise financeira e o global shadow banking system.** 20 nnov. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/02.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2012.

CNN MONEY. Global 500 – Our annual ranking of the world's largest corporations. 25 jul. 2011. Disponível em:<http://money.cnn.com/magazines/fortune/global500/2011/europe/ >. Acesso em: 12 set. 2012.

COMISSÃO EUROPÉIA. **A inflação e a UE.** 2012c. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/focuson/inflation/inflation_and_eu_pt.htm>. Acesso em: 15 set. 2012b.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Euro Area Map.** Mar. 2012a. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/general/pdf/euro_area_map_en.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Gerir a inflação.** 2012b. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/focuson/inflation/how_pt.htm>. Acesso em: 15 set. 2012a.

COSTAS, **Papadis. 30 ερωτήσεις και απαντήσεις για μισθούς και συντάξεις.** 4 jul. 2011. Disponível em: <http://www.tovima.gr/finance/article/?aid=409325>. Acesso em: 23 out. 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **"Evasão fiscal é a principal causa da dívida grega", diz investigador.** 13 nov. 2011. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2120070&seccao=Europa>. Acesso em: 25 out. 2012.

ÉPOCA. **'Indignados' gregos se manifestam contra medidas de austeridade do Governo.** 5 jun. 2011e. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI238865-16367,00-INDIGNADOS+GREGOS+SE+MANIFESTAM+CONTRA+MEDIDAS+DE+AUSTERIDADE+DO+GOVERNO.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **"Vamos batalhar para voltar ao caminho do crescimento", promete premiê da Grécia.** 27 set. 2011a. Disponível em: < http://revistaepoca.globo.com/Negocios-e-carreira/noticia/2011/09/vamos-batalhar-para-voltar-ao-caminho-do-crescimento-promete-premie-da-grecia.html>. Acesso em: 20 set. 2012.

ÉPOCA. **Desemprego cresce 17,7% na Grécia no 3º trimestre.** 15 dez. 2011g. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI284800-16367,00-DESEMPREGO+CRESCE+NA+GRECIA+NO+TRIMESTRE.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **Desemprego na zona do euro já é maior desde 1998.** 31 out. 2011f. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI276294-16357,00-DESEMPREGO+NA+ZONA+DO+EURO+JA+E+O+MAIOR+DESDE.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **Desemprego sobe para 15,9% em fevereiro na Grécia.** 12 maio 2011c. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI232734-16367,00-DESEMPREGO+SOBE+PARA+EM+FEVEREIRO+NA+GRECIA.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **Desemprego subiu para 7,8% na zona do euro.** 12 jan. 2009a. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI21093-16418,00-DESEMPREGO+SUBIU+PARA+NA+ZONA+DO+EURO.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **Governo grego investirá 28,92 milhões de euros em circuito de Fórmula 1.** 1 out. 2012b. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/descomplicador/tag/europa/>. Acesso em: 25 out. 2012.

ÉPOCA. **Quase 13% das famílias gregas não têm nenhum tipo de renda.** 24 nov. 2011h. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI280918-16357,00-QUASE+DAS+FAMILIAS+GREGAS+NAO+TEM+NENHUM+TIPO+DE+RENDA.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **Queda do PIB da Grécia prova que Europa está no caminho errado?** 14 fev. 2012a. Disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/ofiltro/2012/02/14/queda-do-pib-da-grecia-prova-que-europa-esta-no-caminho-errado/>. Acesso em: 24 out. 2012.

ÉPOCA. T**axa de desemprego na Grécia atinge 16,2% em março.** 08 jun. 2011d. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI239780-16357,00-TAXA+DE+DESEMPREGO+NA+GRECIA+ATINGE+EM+MARCO.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA. **Taxa de desemprego na OCDE recua a 8,5% em dezembro de 2010.** 15 fev. 2011b. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI211279-16418,00-TAXA+DE+DESEMPREGO+NA+OCDE+RECUA+A+EM+DEZEMBRO+DE.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ÉPOCA2010. **Emprego fica estável no 3º trimestre na zona do euro.** 15 dez. 2010a. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI195963-16367,00-EMPREGO+FICA+ESTAVEL+NO+TRIMESTRE+NA+ZONA+DO+EURO.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **A vida com o euro.** 23 out. 2011b. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-vida-com-o-euro-,789266,0.htm>. Acesso em: 25 out. 2011.

ESTADÃO. **Ações européias caem mais de 5% com temor de recessão nos EUA.** 21 jan. 2008c. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,acoes-europeias-caem-mais-de-5-com-temor-de-recessao-nos-eua,112676,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **As agências de risco e seus ratings.** 20 abr. 2011a. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/descomplicador/2011/04/20/as-agencias-de-risco-e-seus-ratings/>. Acesso em: 27 out. 2012

ESTADÃO. **Com Reino Unido à beira da recessão, bolsas desabam na Europa.** 24 out. 2008e. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,com-reino-unido-a-beira-da-recessao-bolsas-desabam-na-europa,265635,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Conheça os principais pontos do Tratado de Lisboa.** 13 dez. 2007a. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,conheca-os-principais-pontos-do-tratado-de-lisboa,95280,0.htm>. Acesso em: 24 set. 2012.

ESTADÃO. **Depois de 15 meses, zona do euro volta a crescer.** 13 nov. 2009d. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,depois-de-15-meses-zona-do-euro-volta-a-crescer,465929,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Desemprego na Grécia dispara, pressionando déficit do orçamento.** 18 mar. 2010d. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,desemprego-na-grecia-dispara-pressionando-deficit-do-orcamento,9668,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Desemprego, a terceira fase da crise financeira global.** 4 dez. 2008g. Disponível: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,desemprego-a-terceira-fase-da-crise-financeira-global,288561,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Economia da zona do euro tem 1ª retração desde 1995.** 14 ago. 2008d. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,economia-da-zona-do-euro-tem-1-retracao-desde-1995,223762,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Economia européia sofre mais retração da era do euro.** 13 fev. 2009a. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,economia-europeia-sofre-maior-retracao-da-era-do-euro,323444,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Em meio à crise, 1,2 mil espanhóis perdem emprego por dia.** 8 out. 2008f. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-meio-a-crise-12-mil-espanhois-perdem-emprego-por-dia,256093,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Entenda a crise na Irlanda.** 18 nov. 2010a. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,entenda-a-crise-na-irlanda,43907,0.htm>. Acesso em: 25 set. 2012.

ESTADÃO. **Entenda:** Crise na Grécia. 28 abr. 2010g. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,entenda-crise-na-grecia,544177,0.htm>. Acesso em: 25 out. 2012.

ESTADÃO. **Euro faz 10 anos em clima de desconfiança.** 1 jan. 2012b. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,euro-faz-10-anos-em-clima-de--desconfianca-,817294,0.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

ESTADÃO. **Grécia adota plano de austeridade em troca de ajuda financeira.** 2 maio 2010i. Disponível em: < http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,grecia-adota-plano-de-austeridade-em-troca-de-ajuda-financeira,16210,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Grécia começa a receber socorro financeiro no próximo dia 19.** 3 maio 2010j. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,grecia-comeca-a-receber-socorro-financeiro-no-proximo-dia-19,16239,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Grécia enfrenta novo dia de manifestações e paralisações.** 18 dez. 2008h. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,grecia-enfrenta-novo-dia-de-manifestacoes-e-paralisacoes,295835,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Grécia espera novo pacote de quase € 60 bilhòes em junho, diz fonte.** 11 maio 2011d. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20internacional,grecia-espera-novo-pacote-de-quase-%E2%82%AC-60-bilhoes-em-junho-diz-fonte,66204,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Grécia não dará calote em dívida, diz primeiro-ministro.** 11 dez. 2009e. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,grecia-nao-dara-calote-em-divida-diz-primeiro-ministro,480495,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Grécia não precisa de ajuda da UE e FMI no momento, diz porta-voz.** 8 abr. 2010h. Disponível em: < http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,grecia-nao-precisa-de-ajuda-da-ue-e-fmi-no-momento-diz-porta-voz,12860,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Gregos sacam dinheiro e estocam comida antes de eleição.** 13 jun. 2012e. Disponível em: < http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,gregos-sacam-dinheiro-e-estocam-comida-antes-de-eleicao,115928,0.htm>. Acesso em: 25 out. 2012.

ESTADÃO. **Índices apontam que o pior da crise pode ter passado na Europa.** 5 ago. 2009c. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,indices-apontam-que-o-pior-da-crise-pode-ter-passado-na-europa,414083,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Inflação ao consumidor na Grécia sobe 3,9% em doze meses.** 9 abr. 2010e. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,inflacao-ao-consumidor-na-grecia-sobe-39-em-doze-meses,13016,0.htm>. Acesso em: 24 out. 2012.

ESTADÃO. **Inflação na Grécia sobe 5,2% em junho ante junho de 2009.** 7 jul. 2010f. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,inflacao-na-grecia-sobe-52-em-junho-ante-junho-de-2009,26273,0.htm>. Acesso em: 24 out. 2012.

ESTADÃO. **Itália tem número mais alto de jovens inativos da União Européia.** 19 jan. 2011c. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,italia-tem-numero-mais-alto-de-jovens-inativos-da-uniao-europeia,51623,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Jovens gregos usam blog contra salários e desemprego.** 12 jun. 2007b. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia,jovens-gregos-usam-blog-contra-salarios-e-desemprego,8325,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Lucro do banco JPMorgan cai 50% no 1º tri para US$ 2,37 bi.** 16 abr. 2008b. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,lucro-do-banco-jpmorgan-cai-50-no-1-tri-para-us-237-bi,157680,0.htm>. Acesso em: 27 set. 2012.

ESTADÃO. **O projeto Europa fracassou?** 28 ago. 2012a. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-projeto-europa-fracassou-,922530,0.htm >. Acesso em: 19 set. 2012.

ESTADÃO. **Os efeitos da crise do setor imobiliário dos Estados Unidos.** 2 abr. 2008a. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/os-efeitos-da-crise-do-setor-imobiliario-dos-eua,1546.htm>. Acesso em 28 abr. 2012.

ESTADÃO. **Pacto fiscal é um grande passo para estabilidade, diz Merkel.** 1 mar. 2012c. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,pacto-fiscal-e-um-grande-passo-para-estabilidade-na-ue-diz-merkel,104625,0.htm>. Acesso em: 26 set. 2012.

ESTADÃO. **PIB da Grécia cai e o de Portugal fica estável.** 12 fev. 2010c. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,pib-da-grecia-cai-e-o-de-portugal-fica-estavel,4971,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **PIB da zona do euro tem contração recorde no trimestre.** 15 maio 2009b. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,pib-da-zona-do-euro-tem-contracao-recorde-no-trimestre,371310,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

ESTADÃO. **Protestos ameaçam sobrevivência do governo da Grécia.** 9 dez. 2008i. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,protestos-ameacam-sobrevivencia-do-governo-da-grecia,291153,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

ESTADÃO. **Quando uma medida econômica é austera.** 9 out. 2012d. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/descomplicador/tag/europa/>. Acesso em: 25 out. 2012.

ESTADÃO. **Taxa de desemprego chega a 20% na Espanha.** 30 abr. 2010b. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,taxa-de-desemprego-chega-a-20-na-espanha,16003,0.htm>. Acesso em: 12 set. 2012

EUROINDICATORS. **Euro area and EU27 government deficit at 6.0% and 6.4% of GDP respectively.** Abr. 2011. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/2-26042011-AP/EN/2-26042011-AP-EN.PDF>. Acesso em: 15 ago. 2012.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **Long-term interest rate for convergence purposes.** 2012. Disponível em: <http://sdw.ecb.europa.eu/browse.do?node=SEARCHRESULTS&sk=IRS.M.BE.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.DE.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.IE.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.GR.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.ES.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.FR.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.IT.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.CY.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.LU.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.MT.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.NL.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.AT.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.PT.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.SI.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.SK.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z&sk=IRS.M.FI.L.L40.CI.0000.EUR.N.Z>. Acesso em: 13 out. 2012.

EUROSTAT. **Balance of payment by country.** 4 fev. 2012f. Disponível em: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupModifyTableLayout.do>. Acesso em: 24 out. 2012.

EUROSTAT. **GDP per capita in PPS.** 4 fev 2012b. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tec00114>. Acesso em: 12 set. 2012.

EUROSTAT. **General Government déficit.** 4 fev 2012p. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=teina200&tableSelection=2>. Acesso em: 23 abr. 2012.

EUROSTAT. **General Government Gross debt.** 4 fev. 2012q. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=teina225&tableSelection=1>. Acesso em: 23 abr. 2012.

EUROSTAT. **Gross domestic product at market prices.** 4 fev 2012a. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=tec00001&language=en>. Acesso em: 12 set. 2012.

EUROSTAT. **Harmonised unemployment rate by sex.** 4 fev. 2012d. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1>. Acesso em: 12 set. 2012.

EUROSTAT. **Harmonised unemployment rate by sex.** 4 fev. 2012o. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1>. Acesso em: 13 out. 2012.

EUROSTAT. **Inflation rate (annual).** 4 fev. 2012s. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=tec00118&tableSelection=1&footnotes=yes&labeling=labels&plugin=1>. Acesso em: 16 ago. 2012.

EUROSTAT. **Inflation rate.** 2 abr. 2012g. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=tec00118&tableSelection=1&footnotes=yes&labeling=labels&plugin=1>. Acesso em: 15 set. 2012.

EUROSTAT. **Population and social conditions.** 11 dez. 2009a. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-QA-09-047/EN/KS-QA-09-047-EN.PDF>. Acesso em: 12 set. 2012.

EUROSTAT. **Population at 1 January.** 4 fev. 2012. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=tps00001&tableSelection=1&footnotes=yes&labeling=labels&plugin=1>. Acesso em: 15 ago. 2012.

EUROSTAT. **Private debt in % of GDP.** 4 fev. 2012r. Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tipspd10&plugin=1>. Acesso em: 10 out. 2012.

EUROSTAT. **Public Debt.** 23 abr. 2012f. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=teina225&tableSelection=1>. Acesso em: 21 ago. 2012.

EUROSTAT. **Public Déficit.** 23 abr. 2012e. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=teina200&tableSelection=2>. Acesso em: 21 ago. 2012.

EUROSTAT. **Real GDP growth rate – volume.** 4 fev. 2012c. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tec00115>. Acesso em: 12 set. 2012.

EUROSTAT. **Real GDP growth rate.** 4 fev. 2012m. Disponível em: >http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tec00115>. Acesso em: 13 out. 2012.

EUROSTAT. **Share of exports by partner (%).** 4 fev. 2012l. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=tet00040&language=en>. Acesso em: 21 out. 2012.

EUROSTAT. **Share of exports by product (%).** 4 fev. 2012j. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=tet00061&language=en>. Acesso em: 21 out. 2012.

EUROSTAT. **Share of imports by partner (%).** 4 fev 2012k. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=tet00040&language=en>. Acesso em: 20 out. 2012.

EUROSTAT. **Share of imports by product (%).** 4 fev 2012i. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=tet00061&language=en>. Acesso em: 20 out. 2012.

EUROSTAT. **Unemployed rate by age group.** 4 fev. 2012n. Disponível em: < http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdec460&plugin=1>. Acesso em: 24 out. 2012.

EXAME. **Crise é a pior desde a 2ª Guerra Mundial, afirma Alan Greenspan.** 17 mar. 2008b. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/crise-e-a-pior-desde-a-2a-guerra-mundial-afirma-alan-greenspan-m0154728>. Acesso em 11 set. 2012.

EXAME. **Europa prepara plano para união fiscal, diz revista.** 10 jun. 2012a. Disponível em: http://exame.abril.com.br/economia/noticias/europa-prepara-plano-para-uniao-fiscal-diz-revista. Acesso em: 26 set. 2012.

EXAME. Grécia investirá € 28,92 milhões em circuito de Fórmula 1. 1 out. 2012b. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/grecia-investira-28-92-milhoes-em-circuito-de-formula-1>. Acesso em: 25 out. 2012.

EXAME. **Greenspan diz que só há uma ou duas crises como a atual por século.** 4 ago. 2008a. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/greenspan-diz-que-so-ha-uma-ou-duas-crises-como-a-atual-por-seculo-m0165397>. Acesso em: 11 set. 2012.

FACTBOOK. **Greece.** 9 out. 2012. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gr.html>. Acesso em: 24 out. 2012.

FARHI, Maryse. **A crise e os dilemas da política econômica.** 2012. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/130820121622301842_Maryse%20Farhi.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

FEA-USP, 2008. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2012.

FEITOSA, Maria Luiza P. de Alencar Meyer. **Globalização:** alguns aspectos conceituais e analíticos. jan./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.educacional.com.br/upload/dados/materialapoio/3710007/8200100/Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20-%20alguns%20aspectos%20conceituais%20e%20anal%C3%ADticos.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

FERNANDES, António Teixeira. **Ciadadania e Identidade Européias.** 2001. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1480.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

FERNANDES, Joel Aló. **A integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente africano:** proposta de fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). 30 abr. 2007. Disponível em: <http://www.didinho.org/dissertacao_de_mestrado_de_Joel_Alo_Fernandes.pdf>. Acesso em: 17 out. 2012.

FERREIRA, Thiago José Milet Cavalcanti. **As etapas do processo de integração regional.** Uma análise a partir do modelo europeu. 30 maio 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/12833>. Acesso em: 4 out. 2012.

FITCH. **Complete Sovereign Rating History.** 24 ago. 2012. Disponível em: <www.fitchratings.com/web_content/ratings/sovereign_ratings_history.xls>. Acesso em: 24 set. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Premiê diz que sociedade grega está a ponto de se desintegrar.** 5 out. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1164313-premie-diz-que-sociedade-grega-esta-a-ponto-de-se-desintegrar.shtml>. Acesso em: 25 out. 2012.

FRANÇA. **Tratado de Nice.** 2001 Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12001C/pdf/12001C_PT.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

GALL, Norman. **O terremoto financeiro:** a crise global do século. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GARSELAZ, Paulo da Silva. **Dívida Pública:** uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3820/000344102.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 out. 2012.

GEROMINI, Flávio Luiz Del'Arco. **Uma avaliação da crise internacional de 2008 sobre o mercado acionário brasileiro.** 11 nov. 2009. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291572>. Acesso em: 27 set. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. **Crise Econômica: Radiografia e soluções para o Brasil.** 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/images/arquivo/criserenato.pdf >. Acesso em 28 abr. 2012.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octávio. **A sociedade global.** 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
IMF. **Gross Domestic Product.** Set. 2011. Disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weodata/weorept.aspx?sy=2009&ey=2010&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=001%2C998&s=NGDP_RPCH%2CNGDPD%2CPPPGDP%2CPPPPC%2CPPPSH&grp=1&a=1&pr.x=69&pr.y=7>. Acesso em: 12 set. 2012.

IN2010a. **Προσφυγή της Ελλάδας στο μηχανισμό στήριξης ανακοίνωσε ο πρωθυπουργός.** 23 abr. 2010. Disponível em: < http://news.in.gr/greece/article/?aid=1129265>. Acesso em: 23 out. 2012.

IN2010B. **Μαχαίρι στο 13ο και 14ο μισθό στο Δημόσιο, σώζεται στον ιδιωτικό τομέα.** 2 maio 2010. Disponível em: <http://news.in.gr/greece/article/?aid=1132263&lngDtrID=251>. Acesso em: 23 out. 2012.

INFOMONEY. **EUA: Ford soma prejuízo de US$ 8,7 bilhões no segundo trimestre do ano.** 24 jul. 2008c. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1447185>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **EUA: número de execuções hipotecárias sobe 71% no terceiro trimestre.** 23 out. 2008i. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1411870>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Fed e Tesouro dos EUA elevam ajuda à AIG para US$ 152,5 bilhões.** 10 nov. 2008l. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1429374>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Fed empresta volume recorde de US$ 437,5 por dia a bancos.** 17 out. 2008h. Disponível em: < http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1406125>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **JPMorgan projeta tempos difíceis para 2009 e só vê recuperação após dois anos.** 4 nov. 2008j. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/1422926>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Lehman Brothers reporta prejuízo de US$ 2,8 bilhões no segundo trimestre fiscal.** 16 jun. 2008b. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1152438>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Mais duas quebras de bancos levam sistema financeiro dos EUA a 19 falências no ano.** 8 nov. 2008k. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1429135>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Marcando quatro trimestres seguidos de prejuízos, Citi reporta perdas de US$ 2,8 bi.** 16 out. 2008g. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1404407> Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Merrill Lynch divulga prejuízo de US$ 5,1 bilhões e decepciona analistas.** 16 out. 2008f. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1404373>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **NBER oficializa a recessão dos EUA e pontua seu início em dezembro de 2007.** 1 dez. 2008n. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/1449366>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Nível da atividade industrial nos EUA vem pior que o esperado.** 1 dez. 2008m. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1448932>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **S&P reduz rating para Morgan Stanley, Merrill Lynch e Lehman Brothers.** 2 jun. 2008a. Disponível em: **<http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1137977**>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Senado aprova plano e ajuda a Wall Street, que terá novo teste no Congresso.** 2 out. 2008e. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1353004>. Acesso em: 11 set. 2012.

INFOMONEY. **Vendas nos EUA caem e GM fecha trimestre com prejuízo de US$ 15,5 bilhões.** 1 ago. 2008d. Disponível em:< http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1245745>. Acesso em: 11 set. 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS. **Prioridades para a Acção Externa de Portugal.** 2006. Disponível em: <http://www.ieei.pt/post.php?post=83>. Acesso em: 19 set. 2012.

JAEGER, Werner W. **Paidéia:** a formação do homem grego. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOSTARELOU, Helen. **Αξέχαστη (!) και δυσοίωνη η 3η Μαρτίου.** 4 mar. 2010. Disponível em: <http://www.enet.gr/?i=issue.el.home&date=04/03/2010&id=137789>. Acesso em: 23 out. 2012.

KRUGMAN, Paul. **A armadilha do euro.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 maio 2010, Economia, B12. Trad. Augusto Calil.

KRUGMAN, Paul. **A Grécia é uma vítima.** 19 jun. 2012a. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/paul-krugman/tag/grecia/>. Acesso em: 25 out. 2012.

KRUGMAN, Paul. **Keynes tinha razão sobre aplicar medidas de austeridade em períodos de boom.** 3 jan. 2012c. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2012/01/03/keynes-tinha-razao-sobre-aplicar-medidas-de-austeridade-em-periodos-de-boom.htm>. Acesso em: 25 out. 2012.

KRUGMAN, Paul. **Paul Krugman:** "A austeridade foi demasiado longe". 28 set. 2012b. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=581391>. Acesso em: 25 out. 2012.

LAMRANI, Salim. **A história da dívida pública européia:** como os bancos privados enriqueceram às custas da população. 26 jun. 2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/22692/a+historia+da+divida+publica+europeia+como+os+bancos+privados+enriqueceram+as+custas+da+populacao.shtml>. Acesso em: 15 set. 2012.

LEME, Nayara Furlan Rocha. **Euro:** da criação à crise. 2010. 85f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2010.

LUMINI, Milena. **A crise na Grécia e o fim do euro.** Disponível em: <http://www.cotidiano.ufsc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=709:crise-grecia&catid=42:reportagem&Itemid=62>. Acesso em: 24 out. 2012.

MACHADO, João Bosco. **MERCOSUL:** Processo de integração: origem, evolução e crise. 2000. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/machado_j._b._teoria_da_integracao_2000_1_.pdf>. Acesso em: 17 out. 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Blocos regionais e globalização.** 1997. Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/blocosregionaiseaglobalizacao71810.pdf>. Acesso em: 4 out. 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização:** estado nacional e espaço mundial. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARIANO, Karina L. P. **O Neoliberal Institucionalismo:** um modelo teórico para a integração regional. 1995. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD50.pdf>. Acesso em: 17 out. 2012.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina I. Pasquariello. **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais.** 1 abr. 2002. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art02.pdf>. Acesso em: 4 out. 2012.

MARINHO, Leonardo. **Por dentro da crise norte americana.** 22 set. 2008. Disponível em: <http://deutilt.wordpress.com/2008/09/22/por-dentro-da-crise-norte-americana/>. Acesso em: 27 set. 2012.

MATIAS, Marlene. **Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades.** Out. 2008. Disponível em: < http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/viewFile/12934/8732>. Acesso em: 30 maio 2012.

MAZZUCCHELLI, Frederico. **A crise em perspectiva: 1929 e 2008.** Nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000300003&script=sci_arttext> Acesso em 28 abr. 2012.

MELANDER, Ingrid. **Greek parliament passes austerity bill.** 5 mar. 2010. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2010/03/05/greece-vote-idUSATH00527020100305?type=usDollarRpt>. Acesso em: 23 out. 2012.

MILANESE, Daniela. **Crise grega contamina outros países.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 abr. 2010a, Economia, B3

MILANESE, Daniela. **Crise grega contamina outros países.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 abr. 2010b, Economia, B3.

MOMBELLI, Armando. **A outra face do Euro.** 3 Jan. 2012. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/economia/A_outra_face_do_euro.html?cid=31848454>. Acesso em: 24 Set. 2012.

MOREIRA, Tito Belchior Silva; SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. **A crise do sistema financeiro internacional: da especulação ao colapso.** 2010. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

NADER, Pedro Eduardo Portilho de. **A crise econômica na imprensa.** 28 ago. 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_crise_economica_na_imprensa>. Acesso em: 27 set. 2012.

NETTO, Andrei. **Espanha anuncia pacote de austeridade fiscal.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 maio 2010d, Economia, B10.

NETTO, Andrei. **Espanha vive hoje 'dias de Grécia'.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23 maio 2010c, Economia, B15.

NETTO, Andrei. **Especulação imobiliária foi símbolo do crescimento.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23 mai. 2010b, Economia, B15.

NETTO, Andrei. **Fitch rebaixa rating da dívida de Portugal.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25 mar. 2010a, Economia, B3.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa –** características, usos e possibilidades. São Paulo:

O ESTADO DE S. PAULO. **Espanha aprova pacote de austeridade.** São Paulo, 21 mai. 2010, Economia, B8.

O GLOBO. **Europa estuda passo importante para união fiscal contra a crise.** 3 jun. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/europa-estuda-passo-importante-para-uniao-fiscal-contra-crise-5109146>. Acesso em: 26 set. 2012.

O POVO. **Entre 30 países com maior carga tributária do mundo, Brasil dá menor retorno à população.** 24 jan. 2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2012/01/24/noticiaspoliticas,2772726/entre-30-paises-com-maior-carga-tributaria-do-mundo-brasil-da-menor-retorno-a-populacao.shtml>. Acesso em: 24 out. 2012.

OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais:** interdependência e sociedade global. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. et al. **Relações internacionais & globalização:** grandes desafios. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia:** processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 2002.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Total tax revenue.** 2012. Disponível em: <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>. Acesso em: 13 out. 2012.

ORNELAS, Sílvia. **Qual a identidade de uma Europa multicultural?** 2009. Disponível em: <http://www3.uma.pt/dpeh/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=91&Itemid=59>. Acesso em: 19 set. 2012.

OVERTVELDT, Johan Van. **O fim do euro: a história da moeda da União Européia e seu futuro incerto.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OVERTVELDT, Johan Van. **O fim do euro: a história da moeda da União Européia e seu futuro incerto.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PARLAMENTO EUROPEU. **Deputados.** 2012. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/performsearch.html>. Acesso em: 24 set. 2012.

PFETSCH, Frank R. **A União Européia:** história, instituições, processos. Brasília, DF: UnB, 2001.

PFETSCH, Frank R. **A União Européia:** história, instituições, processos. Brasília, DF: UnB, 2001.

PINTO, Messias de Sá. **A área de livre comércio das Américas e os interesses da União Européia na América latina.** Abr. 2004. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/teses/Messias%20de%20S%C3%A1%20Pinto_A%20%C3%A1rea%20de%20com%C3%A9rcio%20livre%20das%20Am%C3%A9rica-DOUTORAMENTO.pdf>. Acesso em: 17 out. 2012.

POWELL, Sarah; GHAURI, Pervez. **Entenda as críticas à globalização e o que é biopirataria.** 6 nov. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/825911-entenda-as-criticas-a-globalizacao-e-o-que-e-biopirataria.shtml>. Acesso em: 14 out. 2012.

PREDEBON, Eduardo Angonesi. **Internacionalização e integração econômica: o caso da WEG S.A.** 23 set. 2010. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24925/INTERNACIONALIZACAO%20E%20INTEGRACAO%20ECONOMICA%20O%20Caso%20da%20WEG%20S%20A.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 out. 2012.

PRESSEUROP. **Os Europeus são demasiado diferentes para se entenderem.** 22 ago. 2012. Disponível em: <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/2561701-os-europeus-sao-demasiado-diferentes-para-se-entenderem>. Acesso em: 19 set. 2012.

PROPHETARUM, Clavis. **João Franco:** com uma balança comercial deficitária, uma dívida pública em crescendo, um asfixiante endividamento dos privados, e uma dependência energética esmagadora do exterior, o resultado só pode ser a contração do PIB, com as conseqüentes falências e desemprego. 8 ago. 2008. Disponível em: <http://movv.org/2012/08/08/joao-franco-com-uma-balanca-comercial-deficitaria-uma-divida-publica-em-crescendo-um-asfixiante-endividamento-dos-privados-e-uma-dependencia-energetica-esmagadora-do-exterior-o-resultado-so-p/>. Acesso em: 21 out. 2012.

QUEIROZ, Nana. **Crise econômica pode arruinar o projeto da União Européia.** 14 nov. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/crise-economica-pode-arruinar-o-projeto-da-uniao-europeia>. Acesso em 7 jun. 2012.

RAFAEL, Adelson. **Medidas de austeridade da Comissão Permanente da Assembléia da República:** Pragmatismo ou populismo? 10 ago. 2011. Disponível em: <http://adelsonrafael.blogspot.com.br/2011/08/medidas-de-austeridade-da-comissao.html>. Acesso em: 25 out. 2012.

RAMOS, Cláudia Toriz. **Teorias da integração européia:** uma breve perspectiva. 2005. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/672>. Acesso em: 17 out. 2012.

REAL. **Τι προβλέπει το Μεσοπρόθεσμο - Διαβάστε όλα τα μέτρα.** 24 jun. 2011. Disponível em: <http://www.real.gr/DefaultArthro.aspx?page=arthro&id=76372&catID=11>. Acesso em: 23 out. 2012.

REGULA, DeTraci. **The Troika.** 2012. Disponível em: < http://gogreece.about.com/od/Glossary-of-Greek-Terms/g/The-Troika.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

RIBAS, Evelyse Carvalho. **A Conformação do Paradigma das Relações Internacionais Contemporâneas: tendências e perspectivas para o século XXI.** 2012. Disponível em: <http://www.carvalhoribas.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86:a-conformacao-do-paradigma-das-relacoes-internacionais-contemporaneas-tendencias-e-perspectivas-para-o-seculo-xxi&catid=17:artigos&Itemid=4>. Acesso em: 6 out. 2012.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **Integração *versus* Integração: a busca dos conceitos perdidos.** 1994. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/859/1134>. Acesso em: 4 out. 2012.

SANDRONI, Paulo H. **Crise hipotecária e risco moral.** Dez. 2007. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/5067.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

SANTOS, Carlos José Giudice dos. **Tipos de pesquisa.** Disponível em: < http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/METODOL/_OF.TIPOS_CONHECIMENTO.PDF>. Acesso em 29 abr. 2012.

SCHMITTER, Philippe C. **A experiência da integração européia e seu potencial para a integração regional**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 out. 2012.

SCHULTZ, Stefan. **As cinco ameaças ao futuro do euro.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 fev. 2010, Economia, B5.

SERASA. **Gregos já se preocupavam com o assunto.** 2012. Disponível em: < http://www.serasaexperian.com.br/guia/11.htm>. Acesso em: 25 out. 2012.

SETTI, Ricardo. **Grécia:** a crise começou com uma fraude. 29 dez. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/kostas-karamanlis/>. Acesso em: 23 out. 2012.

SIMÕES, Joaquim. **Dívida pública:** o que é? 4 jun. 2010. Disponível em: <http://clarezanopensamento.blogspot.com.br/2010/06/divida-publica-o-que-e.html>. Acesso em: 10 out. 2012.

SIRKIS, Alfredo. **Lições de Atenas.** 25 out. 2005. Disponível em: < http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=3773931&canal=264&total=44&indice=20>. Acesso em: 30 maio 2012.

SIZE, Pierre. **Dicionário da globalização:** a economia de A a Z. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997.

SOARES, Mário. **As causas da crise.** 21 dez. 2010. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1739590&seccao=M%E1rio%20Soares&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco&page=-1>. Acesso em: 8 jun. 2012.

SOROS, George. **O novo paradigm para os Mercados Financeiros:** A crise atual e o que ela significa. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SOUZA, Hugo R. C. **"Dividocracia"e "Catastroika" na Grécia.** Abr. 2012. Disponível em: < http://www.anovademocracia.com.br/no-88/3930-qdividocraciaq-e-qcatastroikaq-na-grecia>. Acesso em: 25 out. 2012.

SPRINGER, Paulo. **A Grécia deve abandoner o euro?** 12 mar. 2012. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2012/03/12/a-grecia-deve-abandonar-o-euro/>. Acesso em: 24 out. 2012.

STIGLITZ, Joseph. E. **Globalização:** como dar certo. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

STOREY, Andy. **Ireland's Debt Crisis: Roots and Reactions.** 21 nov. 2011. Disponível em: <http://www.irishleftreview.org/2011/11/21/irelands-debt-crisis-roots-reactions/#more-5741>. Acesso em: 25 set. 2012.

SUPERINTERESSANTE. **Crash!** Entenda a crise. Nov. 2008. Disponível em: http://super.abril.com.br/cotidiano/crash-entenda-crise-447839.shtml. Acesso em: 27 set. 2012.

TERRA. **Ex-ministro gasta 20 mil em cortina e irrita Grécia.** 15 jun. 2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5838652-EI8142,00-Exministro+gasta+mil+euros+em+cortina+e+irrita+a+Grecia.html>. Acesso em: 24 out. 2012.

THE DAILY TELEGRAPH. **Euro doomed from start, says Jacques Delors.** 2 dez. 2011. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/8932647/Euro-doomed-from-start-says-Jacques-Delors.html>. Acesso em: 20 set. 2012.

THE NEW YORK TIMES. **Three reported killed in Greek protests.** 5 maio 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/05/06/world/europe/06greece.html?src=me&_r=0>. Acesso em: 23 out. 2012.

THE WORLD BANK. **GDP (current US$).** 2012a. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?page=2>. Acesso em 16 ago. 2012.

THE WORLD BANK. **GDP per capita (current (US$).** 2012b. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD/countries>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TOLEDO, Marcelo Gaspari Cirne de. **Dívida soberana e o diagnóstico do sistema financeiro internacional na década de 90.** Dez. 2003. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0115507_03_cap_01.pdf>.

TRADEMAP. **List of importing markets for a product exported by Greece.** 2012i. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Product_SelCountry_TS.aspx >. Acesso em: 16 ago. 2012.

TRADEMAP. **List of markets for a product imported by Greece.** 2012f. Acesso em: 16 ago. 2012j. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelProductCountry_TS.aspx>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TRADEMAP. **Products exported by European Union.** 2012b. Disponível em: < http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelProduct_TS.aspx>. Acesso em: 21 out. 2012

TRADEMAP. **Products exported by Greece.** 2012e. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelProductCountry_TS.aspx>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TRADEMAP. **Products imported by European Union.** 2012a. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelProduct_TS.aspx>. Acesso em: 21 out. 2012

TRADEMAP. **Products imported by Greece.** 2012f. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelProductCountry_TS.aspx>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TRADEMAP. **Services exported by European Union.** 2012d. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelService_TS.aspx>. Acesso em: 21 out. 2012

TRADEMAP. **Services exported by Greece.** 2012g. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelServiceCountry_TS.aspx>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TRADEMAP. **Services imported by European Union.** 2012c. Disponível em: < http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelService_TS.aspx>. Acesso em: 21 out. 2012

TRADEMAP. **Services imported by Greece.** 2012h. Disponível em: <http://www.trademap.org/tm_light/Country_SelServiceCountry_TS.aspx>. Acesso em: 16 ago. 2012.

TRANPERÊNCIA INTERNACIONAL. **National Integrity System Assessment Greece.** 29 fev. 2012. Disponível em: <http://www.transparency.org/whatwedo/pub/national_integrity_system_assessment_greece>. Acesso em: 29 maio 2012.

UN. **World Economic Situation and Prospects - Statistical Annex.** 2010. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_archive/2010annex.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012

UNIÃO EUROPÉIA. **A economia.** 2012a. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/facts-figures/economy/index_pt.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

UNIÃO EUROPÉIA. **Estados-Membros:** Grécia. 2012b. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/greece/index_pt.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMM. **Country Profile:** Human Development Indicators. 2011. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/GRC.html>. Acesso em 15 ago. 2012.

UOL. **Cotação recorde do euro segura alta do petróleo na Europa.** 9 Nov. 2007. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/11/09/ult3679u2642.jhtm>. Acesso em: 24 set. 2012.

VALOR ECONÔMICO. **Gasto olímpico grego ilustra a perda de controle das finanças.** 29 jun. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/895761/gasto-olimpico-grego-ilustra-perda-de-controle-das-financas>. Acesso em: 30 maio 2012.

VEJA. **Merkel pede união fiscal na UE, mesmo com desigualdades.** 7 jun. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/merkel-pede-uniao-fiscal-na-ue-mesmo-com-desigualdades>. Acesso em: 26 set. 2012.

VICENTE, Sara. **Desespero e raiva crescem na sociedade grega.** 7 set. 2010. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/desespero-e-raiva-crescem-na-sociedade-grega>. Acesso em: 25 out. 2012.

VIEIRA, Carlos Alberto Adi et al.; OLIVEIRA, Odete Maria de. (coord.). **Relações Internacionais & Globalização:** grandes desafios. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

VIENNA INSTITUTE OF DEMOGRAPHY (VID). European Union reaches 500 Million through Combination of Accessions, Migration and Natural Growth. 30 ago. 2010. Disponível em: <http://www.oeaw.ac.at/vid/datasheet/EU_reaches_500_Mill.shtml>.Acesso em: 12 set. 2012.

WOLF, Martin. **Porque o Bundesbank está errado.** 11 abr. 2012. Disponível em: <https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/11/por-que-o-bundesbank-esta-errado/>. Acesso em: 22 out. 2012.

ZANGHELINI, Airton Nagel. **Apostila de Relações Internacionais.** 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53012486/3/Paradigmas-das-relacoes-internacionais>. Acesso em: 6 out. 2012.

OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais:** interdependência e sociedade global. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. et al. **Relações internacionais & globalização:** grandes desafios. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia:** processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 2002.